

Departamento de História

**O turismo nas Caldas da Rainha do século XIX para o século XX
(1875-1936)**

Ricardo Fonseca de Oliveira Furtado Hipólito

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea
Especialidade em Cidades e Património

Orientador:

Doutor Frédéric Vidal, Investigador Integrado,
Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL)

Co-Orientador:

Doutora Ana Maria Pina, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014



Departamento de História

O turismo nas Caldas da Rainha do século XIX para o século XX
(1875-1936)

Ricardo Fonseca de Oliveira Furtado Hipólito

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea
Especialidade em Cidades e Património

Orientador:

Doutor Frédéric Vidal, Investigador integrado,
Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA-IUL)

Co-Orientador:

Doutora Ana Maria Pina, Professora Auxiliar
ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, é imprescindível agradecer ao Professor Doutor Frédéric Vidal, que de pronto aceitou a orientação deste trabalho, mostrando-se sempre empenhado e entusiasmado com o tema e que ao longo da elaboração do mesmo, perante as hesitações, dúvidas e inquietações que lhe fui transmitindo, soube sempre lidar com as mesmas de forma assertiva e pragmática.

O mesmo agradecimento à Professora Doutora Ana Maria Pina, por ter aceitado co-orientar este trabalho e por se mostrar sempre disponível às minhas solicitações. É também justo endereçar uma palavra de agradecimento ao restante corpo docente do Departamento de História do ISCTE, pela disponibilidade e incentivo que sempre manifestaram.

Um agradecimento especial à Professora Isabel Xavier, da Associação Património Histórico de Caldas da Rainha, pela ajuda na pesquisa e recolha de dados, e também ao Miguel Chaby que, de pronto, se mostrou totalmente disponível para me ceder todas as digitalizações de Bilhetes-postais que pudesse necessitar para documentar o trabalho.

Ainda uma palavra de apreço para os funcionários do Arquivo Histórico Municipal de Caldas da Rainha, do Arquivo Histórico da Associação Comercial dos Conselhos de Caldas da Rainha, do Arquivo do Museu do Hospital e das Caldas, do Centro de Documentação do Turismo de Portugal, da Biblioteca do Museu José Malhoa e da Biblioteca Municipal de Caldas da Rainha, todos eles contribuíram excepcionalmente para a construção deste trabalho.

Foram ainda imprescindíveis as ajudas dos colegas do ISCTE-IUL, Marta, Francisco, Carlos, Vanessa e Sandra, sempre disponíveis para sugerir e aconselhar melhores caminhos e soluções para os problemas que lhes coloquei.

A mais especial palavra de apreço para a minha família (Mãe, Pai, Irmãos, Irmã e Avó) e à Christine, ao João, ao Joel, ao Luís, ao Eládio que, de diversas formas e em vários momentos, corresponderam às minhas solicitações e compreenderam as minhas ausências sempre com palavras de incentivo.

Por fim, um último e sentido obrigado à Clara e à Cristina pelas correções do português e do inglês, respetivamente.

RESUMO

A segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX assistiram ao desenvolvimento das práticas turísticas em território nacional. As termas foram locais privilegiados para o desenvolvimento dessas práticas e dos hábitos e costumes a elas associados. No panorama termal nacional daquele período, Caldas da Rainha afirmava-se como uma das mais populares e concorridas estâncias do país, ao mesmo tempo que vivia um período de assinalável progresso em várias áreas.

Fundadas no final do século XV com o objetivo de dar assistência aos desfavorecidos do reino, as termas caldenses viram-se inundadas de termalistas e turistas no final do século XIX, incluindo a família real e muitos outros oriundos das classes mais altas, dispostos a pagar para usufruir das aplicações termais e, em simultâneo, desfrutar dos lazeres que, cada vez mais, lhes estavam associados. O aumento da afluência a Caldas da Rainha motivou o desenvolvimento de medidas com a finalidade de criar infraestruturas e serviços que correspondessem às expectativas que da localidade se tinham.

O século XX traria a consolidação do termalismo caldense enquanto atividade turística e viria este complementado com outras ofertas como o excursionismo ou a praia. Nesta transformação foram importantes os contributos da administração local e da administração central. Entretanto, as práticas turísticas conquistam a atenção da administração central que as institucionaliza, legisla e regulamenta com o intuito de controlar as práticas e obter dividendos económicos de uma atividade em franca expansão.

A forma como todas estas transformações foram implementadas em Caldas da Rainha, uma estância virada para o assistencialismo social e que, ao contrário de muitas outras termas, não foi idealizada para ser explorada e dinamizada turisticamente, é a resposta que este trabalho pretende dar.

Palavras-chave: Administração Central, Administração Local, História do turismo, Termalismo, Urbanismo.

ABSTRACT

The second half of the nineteenth century and the first half of the twentieth century saw the developing of touristic habits in Portugal. The baths were prime locations for the developing of those practices, habits and costumes. In the Portuguese thermal context, Caldas da Rainha took the front line as one of the most popular and busy thermal resorts in the country. At the same time it experienced a period of remarkable development and progress in many areas.

Founded on the fifteenth century, with the aim of assisting the poor people, in the end of the nineteenth century Caldas da Rainha found itself flooded of thermalists and tourists, including the Royal Family and many other families from the highest social classes. Those were willing to pay to enjoy the thermal applications and simultaneously taking pleasure in leisure activities that were increasingly associated to the baths. The increased inflow to Caldas da Rainha motivated the development of infrastructures and services to face the tourism expectations.

The twentieth century brought the consolidation of Caldas thermalism as a touristic activity but also its complementation with other offers such as excursion or the beach. Both local and central administration were important to this. Central administration started giving a brand new attention to touristic practices and tried to legislate and control those new habits as well as taking economical advantage of it.

The way all those changes have been promoted in Caldas da Rainha, firstly built as an assistencial thermal spa and, contrary to many other baths, not thought to be used or promoted as a tourist spa, is the main focus of this work.

Key-words: Central administration, Local administration, History of tourism, Thermalism, Urbanism

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
ÍNDICE DE QUADROS	VIII
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. OBJETO DO ESTUDO	1
1.2. OBJETIVOS E METODOLOGIA	4
1.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	8
2. UMA VILA TERMAL	20
2.1. CALDAS DA RAINHA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	20
2.2. O TERMALISMO: DA CURA AO LAZER	27
2.2.1. AS PRÁTICAS TERMAIS NACIONAIS	27
2.2.2. AS PARTICULARIDADES DO TURISMO CALDENSE	31
2.2.3. CONCLUSÃO	33
3. O NASCIMENTO DE UM CENTRO TURÍSTICO	35
3.1. AS VISITAS DA FAMÍLIA REAL	35
3.2. NOVOS ESPAÇOS, NOVAS SOCIABILIDADES	44
3.3. O DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS HOTELEIRAS	53
4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO LOCAL	61
4.1. O PAPEL DE RODRIGO BERQUÓ	61
4.2. AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES (1908-1910)	64
4.3. A COMISSÃO DE INICIATIVA DAS CALDAS DA RAINHA (1924-1936)	68
4.4. A PRAIA DA FOZ DO ARELHO	78
5. CONCLUSÃO	83
6. FONTES E BIBLIOGRAFIA	LXXXVIII
6.1. FONTES IMPRESSAS	LXXXVIII
6.2. LEGISLAÇÃO	XC
6.3. PERIÓDICOS	XCH
6.4. ARQUIVOS	XCH
6.5. BIBLIOGRAFIA	XCH
7. ANEXOS	XCVIII
ANEXO I - AS TERMAS DE RAMALHO ORTIGÃO (1875)	XCIX
ANEXO II - GRÁFICO E TABELA DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO E BANHISTA E POPULAÇÃO (1876-1930)	C
ANEXOS III - LISTA DE UNIDADE HOTELEIRAS POR ANO E RESPETIVA FONTE	CI

**ANEXOS IV - TRANSCRIÇÃO DO ART.º 5.º DO DECRETO N.º 8046, DE 24 DE
FEVEREIRO DE 1922** **CIV**

8. CURRICULUM VITAE **CV**

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro n.º 2.1	Tabela demográfica da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo (1878-1940) p. 23
Quadro n.º 3.1	Unidades hoteleiras em Caldas da Rainha referidas nas fontes consultadas (1875-1940) p. 56
Quadro n.º 4.1	Comissões de Iniciativa do Distrito de Leiria (1922-1936) p. 77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura n.º 2.1	Evolução da população da sede de concelho, freguesia de Nossa Senhora do Pópulo (1878-1940) p. 22
Figura n.º 3.1	Céu de Vidro do Clube de Recreio do Parque D. Carlos I p. 45
Figure n.º 3.2	Passeio no Parque D. Carlos I p. 46
Figura n.º 3.3	Lago do Parque em dia de regatta p. 47
Figura n.º 3.4	Pavilhões [do Parque] e Salão Ibéria p. 49
Figura n.º 4.1	Mapa de Caldas da Rainha com os locais do complexo termal com intervenção de Rodrigo Berquó p. 62

1. INTRODUÇÃO

1.1. OBJETO DO ESTUDO

O trabalho a que me proponho teve como objetivo estudar o desenvolvimento da atividade turística em Caldas da Rainha no período cronológico entre 1875 e 1936. Sendo as termas caldenses das mais afamadas de Portugal naquela época e tendo alcançado significativo destaque como um dos principais centros de turismo nacional nas primeiras décadas do século XX, tornou-se pertinente aprofundar o estudo do processo que naquele período contribuiu para transformar uma vila de cariz termal num centro turístico. Uma vez que o turismo só pode ser entendido enquanto fenómeno através do estudo dos diferentes locais, casos como o de Caldas da Rainha são contributos indispensáveis. Estes ajudam à compreensão do fenómeno turístico para lá da sua componente institucional, dando a conhecer os contextos locais de forma mais aprofundada, contribuindo dessa forma para uma análise mais aproximada da realidade de cada caso e com elas para o conhecimento geral da história da atividade.

O desenvolvimento turístico local esteve dependente da pró-atividade e consciencialização das “gentes locais” e dos “amigos da terra”, sobretudo daqueles que acreditavam no potencial turístico das localidades, e que de alguma forma organizavam atividades com o objetivo de promover a sociabilidade e a convivência de uma cada vez maior afluência de entusiastas e curiosos. Estes dados são relevantes na medida em que foram levados a cabo décadas antes da existência de instituições e políticas nacionais de regulamentação, gestão e definição da atividade turística.

Todo este processo de transformação contou com contributos de várias ordens, desde as reformas dos tempos e hábitos sociais, à legitimação científica das águas termais (no caso concreto das termas), não esquecendo a modernização das infraestruturas, a introdução de atividades de recreio e lazer, as novas atividades económicas resultantes dos serviços gerados pelo turismo, a legislação e regulamentação das atividades e as indispensáveis instituições privadas e públicas e os atores locais.

Não deixando de ter em consideração os estudos já realizados, a abordagem ao caso particular de Caldas da Rainha pretende contribuir para o conhecimento mais aprofundado da história do turismo em Portugal. Embora focando uma perspetiva de âmbito local, abordando necessariamente as instituições e a administração local, não esquece os espaços de sociabilidade, as infraestruturas associadas ao turismo (hotéis, transportes, entre outros), as atividades de lazer e a particularidade da presença da família real em território caldense.

O primeiro objetivo deste trabalho passou por conhecer onde e como se desenvolveu a atividade turística, no seu conceito moderno. O contexto internacional conta com diversos estudos que abordam não apenas os momentos e particularidades da atividade em si, mas também as transformações sociais, tecnológicas e económicas que estiveram na génese do desenvolvimento da atividade¹. É generalizada a ideia de que o turismo no seu conceito moderno surgiu no Reino Unido no

¹ Barton, Susan (2005), *Working-class organization and popular tourism, 1840-1970*, Manchester, Manchester University Press; Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema; Boyer, Marc (2005), *Historie Générale du Tourisme, du XVII^e au XXI^e siècle*, Paris, L'Harmattan; Boyer, Marc

século XVIII². A atividade teve como condição essencial ao seu desenvolvimento a particularidade de a viagem ter passado a ser promovida por lazer, diferenciando-se assim de outros conceitos de viagem já enraizados nas sociedades e motivados por imperativos profissionais, por questões de saúde ou ainda de cariz religioso³. Inicialmente um exclusivo da aristocracia, fruto das transformações sociais que redefiniram as prioridades e as ambições sociais (tais como as transformações laborais, económicas, industriais e científicas) os hábitos e costumes turísticos alastraram às restantes faixas da pirâmide social, ainda que com diferenças significativas na forma e nos meios de fruição e com ligeiras diferenças cronológicas.

As práticas turísticas em Portugal ganharam expressão sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. O seu desenvolvimento tirou partido de uma época de relativa acalmia e prosperidade trazida pela Regeneração e pelo Fontismo e que permitiram ao país recuperar algum do atraso em que vivia e dotar-se de infraestruturas essenciais para a expansão, entre outros, das atividades turísticas

As termas de Caldas da Rainha eram, neste contexto, um local com significado no panorama termalístico nacional, contando, entre o seu vasto leque de frequentadores, com a aristocracia nacional e sobretudo com a presença frequente da família real. Às virtudes termais juntar-se-ia brevemente o dinamismo económico que faria da localidade um polo regional. A cerâmica conheceria também um assinalável período de popularidade e prestígio e a Lagoa de Óbidos e a praia da Foz do Arelho começavam a destacar-se e a merecer a atenção e visita de cada vez mais turistas, merecendo também uma atenção especial neste trabalho, não sendo metodologicamente correto fazer a análise do turismo caldense sem a inclusão de ambos, pese embora a escassez de informação.

A opção pela escolha de Caldas da Rainha relaciona-se com as particularidades daquela estância termal, nomeadamente o facto de o seu elemento gerador de potencial turístico, o termalismo, ser uma exploração estatal e por isso diretamente dependente das oscilações orçamentais do estado, situação que ainda hoje se verifica. Por outro lado, as preocupações estatais com o turismo só seriam efetivadas após a criação das instituições que regulamentariam a atividade já no século XX. É por isso interessante perceber como se desenvolveu turisticamente um local cuja mais importante infraestrutura (Hospital Termal) estava sob a administração financeira do estado, sem que este tivesse ainda definido políticas públicas para o turismo.

Outro aspeto a ter em atenção foi a presença da família real, e da elite nacional em geral, que concedeu à localidade uma popularidade e prestígio assinalável, sendo a presença destas personalidades motivo de romarias de curiosos. Com os proveitos que estes fluxos significativos de gente geravam para a localidade, o microcosmos local viu-se forçado a adaptar-se à nova condição de

(2007), *Le Tourisme de Masse*, Paris, L'Harmattan; Jamal, Tazim e Mike Robinson (2009), *The Sage Handbook of Tourism Studies*, Londres, SAGE Publications, Ltd.

² Todavia, algumas das características do turismo moderno eram já oferecidas pela sociedade romana do período do Imperador Augusto, entre os anos 44 a. C. e 69 d. C.. Não sendo, por isso, elementos pioneiros do conceito moderno de turismo, cf. Lomine, Loykie (2009), "Tourism In Augustian Society", em John K Walton, *Histories of Tourism, Representation, Identity and Conflict*, Clevedon, Chanel View Publications, p. 69.

³ Barton, Susan (2005), *Working-class organization and popular tourism, 1840-1970*, Manchester, Manchester University Press, p. 23.

“termas da moda”. É por isso também interessante perceber o impacto da presença de fatores de mobilização social como as figuras de âmbito nacional num meio relativamente pequeno. Ao mesmo tempo pretendi perceber a que transformações essa presença obrigou, não apenas nos comportamentos e hábitos, mas também, e não menos importante, nos espaços e infraestruturas que foram sendo criados ou remodelados.

Para os limites cronológicos foi definido o período 1875-1936. Este foi, por ventura, um dos maiores desafios deste trabalho, não apenas na definição dos seus extremos, mas sobretudo pela extensão cronológica que medeia entre uma data e outra, que numa primeira leitura pode parecer exagerado. Todavia, ainda que «de forma indefinida, rudimentar»⁴ e pouco sofisticada, as práticas de turismo existem em Portugal nos finais do final do século XIX. Naquele período «ir à praia (mais do que às termas) passara a integrar o conceito de lazer de muitos portugueses» e «as excursões, piqueniques e passeios culturais contam-se entre as novas práticas que se difundiram entre todas as camadas sociais»⁵. Estes são indicadores claros de que a análise do desenvolvimento turístico não pode, nem deve, estar limitada ao período pós criação das instituições oficiais (1906), visto existirem comportamentos que fazem subentender uma afirmação de práticas consideradas de turismo, décadas antes da criação daquelas instituições.

Por outro lado, o último quartel do século XIX foi um período de assinalável progresso para Caldas da Rainha, com alguns acontecimentos determinantes para o futuro turístico da localidade, como a definição do plano de reforma do Hospital Termal (1884), a chegada do comboio (1887), a administração de Rodrigo Berquó (1888-1896), que colocaria em prática o plano aprovado em 1884, a edificação das primeiras unidades hoteleiras, ou ainda a edificação da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (1884), que traria para a localidade Rafael Bordalo Pinheiro e a popularização das louças das Caldas, também elas com impacto turístico.

A escolha do ano de 1875 prendeu-se exclusivamente por ter sido nessa data que Ramalho Ortigão publicou *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, um levantamento nacional feito pelo próprio dos locais onde a água termal era conhecida e utilizada, com mais ou menos eficácia. Nesta obra, Caldas da Rainha aparece já referenciada como «a mais concorrida terra de águas da província da Estremadura». Mas, mais importante que o destaque a nível regional, o autor do levantamento refere a afluência de «2 000 a 3 000, não contando 1 400 a 1 700 pobres»⁶ termalistas por ano, números significativos para uma vila com menos de 5 000 habitantes⁷.

Na definição da baliza final do estudo foi tida em conta a extinção de um dos mais empenhados órgãos de dinamização turística de Caldas da Rainha, a Comissão de Iniciativa, criada em

⁴ Brito, Sérgio Palma (2003), *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Média Livros, Vol. 2, p. 219.

⁵ Lousada, Maria Alexandre (2010), “Viajantes e turistas. Portugal, 1850-1926”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 65-73.

⁶ Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, pp. 122-138.

⁷ Serra, João B. (1995) 2.^a Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico, pp. 100 e 120.

1924 e extinta no último dia do ano de 1936. A Comissão de Iniciativa surgiu na sequência de outras tentativas, sem sucesso, de se criar na vila um organismo que se dedicasse à gestão do turismo. Ao contrário das suas antecessoras, a Comissão de Iniciativa, dependente da administração central, levou a cabo um vasto e meritório trabalho que não faria sentido algum excluir deste estudo pela profusão de informação disponível na imprensa local.

1.2. OBJETIVOS E METODOLOGIA

Os propósitos deste trabalho não estiveram circunscritos à narração do processo de desenvolvimento de uma “indústria de turismo” em Caldas da Rainha. Procurei perceber se o caso específico desta localidade se definiu por si ou se obedeceu a um comportamento padronizado deste tipo de locais quer para o contexto nacional ou até internacional. Esta análise foi pertinente na medida em que, sendo a estância caldense um centro termal na sua essência, o desenrolar do estudo permitiu verificar a variedade de ofertas turísticas, não exclusivamente associadas ao termalismo, que ali foram surgindo, tais como o excursionismo, a praia ou os eventos desportivos, que se articulavam entre si.

Tendo presentes estas mutações na essência turística de Caldas da Rainha, foi interessante perceber que medidas foram tomadas ou se ambicionaram tomar, independentemente da sua concretização ou não, olhando nessa perspetiva o papel das entidades locais nesse processo, não desviando a atenção do facto de que, desde cedo, existiu uma disputa de poder entre a Câmara Municipal e o Hospital Termal em várias questões relacionadas com a administração local. Ainda neste ponto foi importante conhecer as infraestruturas que compunham o complexo turístico local e de que forma se modernizaram e com que finalidades o fizeram, com destaque particular para o Hospital, o Parque e a hotelaria. Como complemento, foi decisivo perceber o papel da administração central e das entidades oficiais de turismo na localidade (Delegação da Sociedade Propaganda de Portugal (1916-1918) e Comissão de Iniciativa das Caldas da Rainha (1924-1936)), olhando as medidas e regras estipuladas para a promoção turística local.

Assim, para responder aos objetivos definidos, o trabalho foi dividido em três partes distintas que, conjugadas, procuram definir um panorama geral, o mais aproximado possível, do que terá sido o desenvolvimento turístico em Caldas da Rainha, olhando os pontos que penso serem os mais determinantes nesse processo.

No primeiro capítulo fez-se uma contextualização local, com um breve enquadramento histórico da localidade desde a sua fundação até ao período em análise para assim compreender em que bases assentou o desenvolvimento do termalismo local, tendo consultado para esse fim estudos dedicados aos vários períodos da história da localidade⁸. Numa segunda fase, foi tido em atenção o

⁸ Rodrigues, Luís Nuno, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha; Aires-Barros, Luís et al (Coord.) (2005), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim; Serra, João B. (1995) 2.^a Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico; Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico.

termalismo nacional procurando conhecer as suas características e a sua evolução, servindo esta análise para definir de que forma o termalismo se enraizou nas práticas turísticas nacionais e de que forma se foi procurando a sua regulamentação e legislação. Não existindo uma obra singular e exaustiva sobre o tema, foram consultadas diversas obras⁹ que abordam a temática do termalismo e das suas práticas em alguns capítulos e artigos, mas sempre com uma perspetiva introdutória do tema.

De seguida, será traçado um perfil do termalismo caldense e da sua transformação em fenómeno suscetível de afluência turística sem esquecer os traços singulares que lhe são característicos, aproveitando os estudos já referidos. O complemento destes com alguns estudos sobre a história da localidade, também já mencionados, permitiram perceber que vários foram os elementos que contribuíram para a transformação de uma vila que, na sua génese, desenvolvia um termalismo de matriz assistencial¹⁰ e que o transformou, mais tarde, em atividade turística, embora não exclusivamente.

Saliento que não é objetivo abordar a vertente científica ou medicinal propriamente dita do termalismo, antes os hábitos sociais a ele associados e que, em função das mudanças sociais e laborais, se tornaram no grande motivo de afluência a estes locais. A disseminação das práticas termais motivaram a transformação do conceito de termalismo, que deixou de estar associado apenas à cura e passa a estar associado cada vez mais ao lazer e ao turismo, transformando, assim, de forma decisiva, a maneira como a atividade era promovida, procurada e usufruída.

Num segundo capítulo, centrarei a atenção na construção do centro turístico de Caldas da Rainha, nomeadamente nas suas componentes social e infraestrutural. À significativa afluência, da qual fazia parte a elite nacional, juntaram-se novos espaços, novas atividades e novos hábitos que contribuíram para mudar o microcosmos local, fazendo de uma vila termal, com funções sobretudo de cariz social, num polo turístico dinâmico, vanguardista e frenético, onde as modas e a sociabilidade eram as mais sofisticadas.

Nesta perspetiva procurei, numa primeira fase, perceber a importância da presença da família real em território caldense, por um lado no sentido de conhecer qual o protocolo aplicado nessas visitas e por outro, tentando com isso definir, do ponto de vista local, não apenas que tipo de medidas foram tomadas mas também que tipo de reação tinham os locais perante a presença real. Para o estudo

⁹ Aires-Barros, Luís et al (Coord.) (2005), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim; Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial; Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte; Mangorrinha, Jorge (2002), *À Volta das Termas*, Caldas da Rainha, Livraria Nova Galáxia; Mangorrinha, Jorge (2012), *O que é uma Cidade Termal*, Lisboa, Gráfica 99; Quintela, Maria Manuel (2008), “Curar e Recrear em termas portuguesas”, em Carlos Pina Cabral e José Carlos Nascimento, *Termas de Portugal*, Lisboa, Pandora.

¹⁰ A questão social e assistencial do termalismo só será abordada numa perspetiva global em 1947, num Congresso Internacional em Aix-les-Bains, cf. Pinto, Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005), “O Programa e a Arquitectura Termal” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: património das águas*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 146.

e análise da presença real na vila caldense foram consultadas biografias de D. Fernando II¹¹, D. Luís, D. Carlos e D. Manuel II¹², monarcas com presença na localidade durante o período cronológico em estudo. Esta consulta visa conhecer um pouco melhor a componente social e familiar dos diferentes monarcas, bem como os seus hábitos, costumes e as suas preferências na ocupação dos tempos livres. Noutra perspetiva, foram também consultados os periódicos locais¹³ na procura de relatos e testemunhos da passagem da realeza pela vila. Foi ainda tida em conta a já mencionada bibliografia sobre a história local, também analisada nas partes referente aos reinados dos já referidos monarcas, e ainda estudos relativos ao período de transição da monarquia para a República¹⁴.

Numa segunda fase, foi abordada a particularidade dos novos espaços e sociabilidades que caracterizavam a localidade. Procurei definir as categorias de espaços e respetivas funções, bem como conteúdos lúdicos e recreativos a eles associados, aproveitando estudos já mencionados e outros¹⁵. Foi também feita uma análise à oferta hoteleira local baseada na consulta das fontes publicitárias e promocionais que foram encontradas.

Na terceira parte do trabalho centrei a análise nas medidas de institucionalização e promoção do turismo, não apenas no contexto institucional, mas também do ponto de vista urbano e geográfico. Foi importante estudar o papel de Rodrigo Berquó enquanto responsável pela implementação de um vasto plano de reformas que envolveram toda a localidade. Os estudos que abordam detalhadamente a obra daquele administrador¹⁶ permitirão compreender a extensão do seu trabalho e a importância do mesmo no curto prazo, mesmo tendo em conta que a obra não foi terminada na sua totalidade por força da prematura morte de Berquó. Este arquiteto/engenheiro já com experiência termal¹⁷ estabeleceu-se profissionalmente na vila no final do ano de 1888, numa altura em que já havia sido aprovado o Plano de Melhoramentos de 1884, mas que aguardava por alguém para o colocar em prática. Francisco Eduardo de Andrade Pimentel, administrador do Hospital Termal (1877-1888), seu

¹¹ D. Fernando II é aqui incluído não enquanto consorte da Rainha D. Maria II e regente em algumas ocasiões, mas enquanto membro da família real, já que, no início do período cronológico abrangido por este estudo, o trono já pertencia ao seu filho D. Luís que, entretanto, sucedera ao irmão, D. Pedro V, em 1861. As informações recolhidas a seu respeito foram justamente retiradas das biografias de D. Pedro V e D. Luís.

¹² Mónica, Maria Filomela (2012) 8.^a edição, *D. Pedro V*, Lisboa, Circulo de Leitores; Espinha da Silveira, Luís Nuno e Paulo Jorge Fernandes (2006), *D. Luís*, Lisboa, Circulo de Leitores; Ramos, Rui (2013) 8.^a edição, *D. Carlos (1863-1908)*, Lisboa, Círculo de Leitores; Proença, Maria Cândida (2013), *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores.

¹³ *O Círculo das Caldas, Cavacos das Caldas, Almanaque Ilustrado Caldense e Echos das Caldas*.

¹⁴ Mendes, Dora (Coord.) (2010), *República a Banhos: O Hospital Termal e a I República*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar Oeste Norte; Couto, Matilde Tomaz (Coord.) (2010), *O Museu José Malhoa As Caldas e a República*, Museu José Malhoa, Caldas da Rainha.

¹⁵ Aires-Barros, Luís et al (Coord.) (2005), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim; Soure, Dulce (1993), *Um parque para as Caldas: história do Parque D. Carlos I*, Caldas da Rainha, Património Histórico, Grupo de Estudos.

¹⁶ Mangorrinha, Jorge (1996) (Coord.), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha; Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte.

¹⁷ Rodrigo Berquó foi convidado para administrar as termas de Felgueira, distrito de Viseu, em 1882, tendo ainda definido um plano de remodelação das termas das Caldas de Monchique em 1888 até à sua mudança para as Caldas da Rainha, no final desse mesmo ano, cf. Mangorrinha, Jorge (1996), “Da Felgueira às Caldas da Rainha. A Arquitectura Termal”, em Jorge Mangorrinha (Coord.), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha. pp. 47-72.

antecessor, pedira a reforma e abriu assim a porta de entrada na vila para Berquó. Este foi convidado pelo amigo José Luciano de Castro, membro do governo, para tomar as rédeas da instituição hospitalar e pôr em prática o ambicioso plano, não sendo de menosprezar nesta escolha de Castro, preferências partidárias, não analisadas neste trabalho.

Num segundo ponto foram analisadas as instituições com funções de gestão do turismo local. A imprensa local (*O Circulo das Caldas* e *Gazeta das Caldas*) e alguns relatórios e notas oficiais das instituições centrais foram essenciais para apreciar os contributos daquelas instituições e assim melhor compreender as medidas tomadas e os seus objetivos. Ainda que com significativas limitações logísticas e financeiras, as instituições de gestão do turismo tentaram dotar as localidades de meios e regras que permitissem o seu desenvolvimento turístico de forma eficaz e assertiva, embora nem sempre o tenham conseguido com o desejado sucesso. Apesar das dificuldades, foram tomadas medidas com vista a tentar suprir as carências naturais de uma atividade ainda pouco profissionalizada. O sucesso destas instituições passaria pela descentralização das ações e pela não limitação da gestão da atividade às instituições centrais, localizadas na capital e sem meios para conseguir operar em todo o território. Seria com esse objetivo que tanto a Sociedade Propaganda de Portugal e, mais tarde, a Repartição de Turismo, criariam delegações nos locais de maior relevo turístico, ambicionando promover melhoramentos de vária ordem nesses locais e assim dinamizar o seu potencial turístico. O estudo do trabalho levado a cabo por aquelas instituições em solo caldense permitiu um conhecimento efetivo do funcionamento destas instituições e do impacto das mesmas nas localidades.

Por último, um ponto que visa sobretudo enquadrar a praia da Foz do Arelho enquanto elemento complementar a oferta turística de Caldas da Rainha, apesar de a sua projeção enquanto local de turismo ter sido relativamente reduzida até ao século XX. Depois do *boom* do termalismo, as praias foram os locais da preferência da grande maioria dos turistas. Sendo espaços mais acessíveis, por serem mais baratos, mas também locais onde as diferenças sociais e respetivos comportamentos eram mais heterogéneos, as praias foram locais suscetíveis de maior procura. Assim surge a Foz do Arelho no panorama balnear, embora com reputação apenas local. A informação relativa à praia da Foz do Arelho neste período, não sendo inexistente, não é abundante. A recolha da mesma foi feita em alguns dos estudos já mencionados sobre Caldas da Rainha e que aqui e ali introduzem alguns dados. Foi ainda tido em especial atenção o estudo que aborda a relação entre a Foz do Arelho e o empresário Francisco Grandela¹⁸, um dos seus grandes entusiastas e mecenas. Também a imprensa local, os roteiros e guias de propaganda do local foram importantes fontes de informação, embora neste tipo de publicações as informações encontradas sejam na sua maioria breves abordagens ao local e à sua promoção.

Relativamente às metodologias utilizadas no trabalho, a recolha de fontes e bibliografia passou pelos arquivos e bibliotecas onde é possível encontrar informação sobre as temáticas deste trabalho.

¹⁸ Trancoso, Vasco (2009) 2.^a edição, *Grandella e a Foz do Arelho*, Caldas da Rainha, Património Histórico.

Para o estudo da história do turismo e das suas políticas e práticas foi consultado o Centro de Documentação e Informação do Turismo de Portugal, procurando a documentação oficial, nomeadamente relatórios das instituições (Sociedade Propaganda de Portugal e Repartição de Turismo). Esta pesquisa foi complementada com consultas realizadas na Biblioteca Nacional e na Hemeroteca Municipal de Lisboa, nomeadamente com a intenção de encontrar fontes de âmbito publicitário ou propagandístico e de encontrar testemunhos na imprensa¹⁹, sendo retirada informação de todos eles, embora nalguns casos sem o volume e qualidade inicialmente perspetivadas.

Já para o contexto local, a recolha de informação visou estudar três áreas distintas: o termalismo, o turismo e o contexto geral da localidade. Nesse sentido foram tidos em conta o Arquivo Histórico Municipal de Caldas da Rainha, mais centrado na história da autarquia, o Arquivo Histórico e Biblioteca do Museu do Hospital e das Caldas, mais focado na história do Hospital, o Arquivo da Associação Comercial dos Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos, o Arquivo da Associação Património Histórico, informação de âmbito variado transversal aos três tópicos e o Arquivo da *Gazeta das Caldas*, com a consulta de todos os exemplares daquele periódico existentes entre em 1925 e 1936. Todas as pesquisas efetuadas nestes locais foram complementadas com pesquisas na Biblioteca Municipal das Caldas da Rainha e na Biblioteca do Museu José Malhoa na busca de novos dados e conteúdos.

Tendo Caldas da Rainha uma vasta bibliografia e sendo o período em estudo um dos momentos cronológicos melhor documentados da história da localidade, muita da informação recolhida já se encontrava referenciada em muitos estudos já publicados, sendo essa informação aproveitada, analisada e reinterpretada para o âmbito deste trabalho. Muitas das fontes referenciadas nesses mesmos estudos serão analisadas na procura de novos contributos que possam ser pertinentes para este trabalho. A imprensa local, pese embora a vastidão de publicações que existiram na localidade no período em estudo²⁰, poucos são os exemplares que chegaram até hoje, de alguns apenas um número. Foi possível consultar apenas alguns destes exemplares.

1.3. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

[...] de privilégio dos estatutos da população mais abastados, o turismo transformou-se num direito de todos os homens, de atividade circunscrita aos países mais desenvolvidos, o turismo passou a ser um fenómeno universal, de bem de luxo passou a ser um bem de consumo corrente.²¹

¹⁹ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal* (1907-1913), *O Touring Português* (1936) e *Revista de Turismo* (1916-1924).

²⁰ Entre 1884 e 1933 existiram, em diferentes períodos, 26 publicações. Só voltaram a registar-se publicações locais em 1946, cf. Serra, João B. (2003) “Jornais, elites, poder local: um século de imprensa local”, em João. B. Serra, *21 Anos pela História: Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Património Histórico - Grupo de Estudos, pp. 179-187.

²¹ Cunha, Licínio, (1988), “Pórtico”, em Paulo Pina, *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 7.

O turismo é uma atividade comum nos dias de hoje, gerando milhões de euros de receitas e movimentando milhões de pessoas. Hoje em dia é possível encontrar as mais diversas ofertas turísticas, nos mais variados contextos, a preços para todos os bolsos e a distâncias várias. Além disso, o conceito atual de turismo é difundido de inúmeras formas e nos mais variados formatos e plataformas. Para que tudo isto fosse possível, houve um processo de definição, afirmação e maturação da atividade. Este processo passou por vários momentos, sofreu inúmeras influências e gerou tendências e comportamentos que se foram afirmado nas práticas e hábitos sociais das comunidades, gerando necessidade e cobiça por um lado e despertando oportunidades por outro.

Essa diversidade em que a atividade se desenvolveu também se pode verificar nos diferentes tipos de lugares de turismo dados ao usufruto dos seus consumidores. A afirmação, em termos cronológicos, destes lugares e as circunstâncias da fruição dos mesmos também permite perceber que as atividades turísticas não tiveram sempre os mesmos públicos nem os mesmos comportamentos, hábitos, costumes e práticas. Tudo isto esteve dependente das transformações sociais, culturais, económicas e tecnológicas que se verificaram nos séculos XVIII, XIX e XX. Em função da disseminação dessas transformações pelos diferentes pontos geográficos do globo, as modas chegaram em momentos distintos aos diferentes locais e obedeceram a necessidades e ambições diferentes.

Para a compreensão deste trabalho é importante enquadrar a escolha de alguns termos utilizados ao longo da dissertação por forma a tornar a compreensão do uso dos mesmos o mais clara possível. O período estudado revela indefinição em alguns dos conceitos utilizados, reflexo do carácter ainda pouco definido das práticas e costumes turísticos da época. As primeiras tentativas de legislação e regulamentação das atividades turísticas ajudariam a melhor definir estes vocábulos, mas em muitos casos nem sempre se adotou uma definição única e consensual. Nesse sentido, e de forma a dar alguma uniformização aos conceitos utilizados neste trabalho, merecem atenção algumas definições pessoais adotadas ao longo do mesmo.

O vocábulo “termalista” é o primeiro a merecer destaque, sendo usado em detrimento de outras designações (“aquista”, “curistas”) também mencionadas para definir os utilizadores dos estabelecimentos termais. Esta escolha tem origem na definição estipulada na legislação²² e tem como finalidade uniformizar a denominação daqueles que utilizavam as águas termais.

Outro vocábulo utilizado é “turista”. É necessário ter em atenção que, a determinado momento, no contexto turístico, aos termalistas juntam-se aqueles que, visitando Caldas da Rainha, ali se deslocam sem utilizar de qualquer forma o estabelecimento termal. Estes eram outro tipo de frequentadores da localidade, distintos dos primeiros, e que, com o passar dos anos, se constituíram em fluxos cada vez maiores. Dadas as diferenças objetivas entre estes e os termalistas, senti a necessidade de os diferenciar na designação. O conceito de turista ainda hoje é complexo de definir, «em virtude de abranger realidades, por vezes muito distintas, mas com pontos comuns inseparáveis, e

²² Consultar Decreto-Lei n.º 142/2004 de 11 de Junho de 2004, alínea j) do artigo 2.º que define o termalista como o «utilizador dos meios e serviços disponíveis num estabelecimento termal».

gerando fenómenos semelhantes, [mas] nem sempre produzindo resultados iguais»²³, sendo por isso complicado encontrar uma definição absoluta de turista para aquela época.

Independentemente dos conceitos que se empreguem, as práticas turísticas dependem essencialmente de três premissas: o tempo livre, a deslocação (viagem) e a capacidade económica para conjugar todos eles e as necessidades e modas associadas aos mesmos. Em função das condicionantes descritas, o turismo enquanto atividade não se definiu numa data nem num momento concreto e também por isso não se definiu de forma igual e em função das mesmas necessidades, inovações e expectativas em todos os locais, embora o objetivo central fosse o lazer. Naturalmente que o próprio conceito de lazer foi evoluindo e sofreu mutações na sua definição desde as primeiras tentativas. No espaço de sessenta anos a definição de lazer evoluiria de «um tempo que fica disponível após as ocupações» (Dicionário Littré (1869)) para «o conjunto das distrações, ocupações a que as pessoas se entregam de livre vontade durante o tempo que não ocupam no trabalho normal» (Dicionário Auge (1930))²⁴. Percebe-se que ao lazer esteve sempre associado o tempo não laboral, um período que cada um pode ocupar no que mais lhe der prazer, sem ocupações e responsabilidades. O tempo livre passou, assim, a estar no centro «dos desejos, expectativas e frustrações»²⁵ dos indivíduos. Em função das implicações laborais, o turismo começou por ser apenas acessível à aristocracia que, fruto do seu estatuto e da sua capacidade financeira, fruía o lazer inicialmente nas suas luxuosas propriedades, dedicando-se maioritariamente à caça, à leitura, ao teatro e à música. O lazer destas classes tinha ainda uma conotação marcadamente “caseira”, pois era desenvolvido num contexto privado e muitas vezes individual.

No século XVIII surgiu o *Grand Tour*, também praticado inicialmente pela aristocracia britânica. Esta viagem tinha como objetivo educar os jovens aristocratas, promovendo o conhecimento do mundo e suas diferenças culturais, tendo como principais destinos a França, a Itália, a Alemanha e a Suíça²⁶. Portugal faria parte do itinerário do *Grand Tour* de alguns famosos aristocratas britânicos como Lord Byron²⁷. A elite nacional também aderiu às viagens educativas pela Europa, com destaque para o Infante D. Pedro, futuro D. Pedro V²⁸.

O carácter aristocrata do turismo significa que, para o desenvolvimento das suas práticas e tempos e respetiva dispersão pelas restantes classes sociais, foram necessárias transformações laborais, nomeadamente na redução dos tempos de trabalho e na introdução do descanso semanal, das folgas e das férias pagas e ainda do aumento dos rendimentos. Trabalho e lazer passam a influenciar-se

²³ Cunha, Licínio (2013) 3.^a Edição, *Economia e Política de Turismo*, Lisboa, LIDEL, p. 10.

²⁴ Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, p. 65.

²⁵ Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, p. 5.

²⁶ Walton, John K. (2009), “Histories Of Tourism”, em Tazim Jamal e Mike Robinson, *The Sage Handbook of Tourism Studies*, Londres, SAGE Publications, Ltd, pp. 116-117.

²⁷ Moreira, Raquel (2004) “Queijadas de Sintra. Turismo e Identidade local” em Maria Cardeira da Silva (Coord.), *Outros Trópicos: Novos Destinos Turísticos: Novos Terrenos da Antropologia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.171-180.

²⁸ As viagens de D. Pedro V não eram exatamente iguais às da aristocracia setecentista inglesa, mas a sua finalidade era a mesma. Mais informação sobre as viagens de D. Pedro V pela Europa podem ser encontradas em: Mónica, Maria Filomena (2010), *D. Pedro V*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 57-78; Vicente, Filipa Lownder (2003), *Viagens e exposições: D. Pedro V na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica.

mutuamente²⁹. O liberalismo herdado de 1789 contribuiria para transformar os conceitos de sociabilidade e convivência como também para a definição de novos espaços e infra-estruturas. Estes, conjugados com as revoluções laborais e as transformações económicas, científicas, tecnológicas e industriais, propiciariam uma reforma global que seria decisiva nas transformações dos tempos sociais e na afirmação de novas formas e meios de aceder ao tempo livre e ao lazer. De forma ainda mais decisiva, possibilitaram a democratização do lazer, tornando-o acessível às classes mais baixas, ainda que com diferenças substanciais na forma e nos meios de desfrutar do lazer.

O Reino Unido foi «o laboratório onde foram inventados os novos usos do tempo»³⁰, pois foi ali que tiveram origem muitas destas transformações e muitos dos hábitos, práticas e costumes que daí resultaram. Foi também lá que surgiu o caminho-de-ferro³¹, «o mais poderoso instrumento de transformação social do século XIX», cujo impacto foi enorme, transformando «incontestavelmente o uso do tempo livre»³². A possibilidade de transportar centenas de pessoas em simultâneo, com tarifas mais acessíveis e em viagens mais rápidas e cómodas, marcou um claro corte com o *modos operandi* das viagens de turismo até então. Foram as excursões de comboio a lançar «a era das viagens de férias baratas para as massas»³³. Foi neste contexto que, em 1840, surgiram as primeiras excursões para fins recreativos das classes operárias promovidas pelos *Mechanics' Institutes* e pelas *Friendly Societies*, no Reino Unido³⁴, à qual se seguiu aquela que é muitas vezes tida como a viagem pioneira do turismo moderno, promovida entre Leicester e Loughborough, em 1941, por Thomas Cook, um dos pioneiros do turismo popular. Cook destacar-se-ia ainda como uma figura central no desenvolvimento do turismo ao providenciar também «experiências turísticas luxuosas [...] para a alta sociedade internacional e colonial»³⁵.

A fruição do lazer deixava de ser um exclusivo da privacidade da aristocracia. O lazer afirmase, então, no contexto citadino, numa época em que surgem os clubes desportivos, o divertimento de massas e as exposições universais, também contribuindo para estas transformações as meritórias ações de empresários, filantropos, humanistas e intelectuais, responsáveis pela organização, promoção e financiamento de muitas destas atividades. A disseminação das práticas e costumes turísticos pelas classes mais baixas agradava sobremaneira aos agentes ligados ao turismo, já que com as massas perspetivavam uma fonte de receita substancialmente superior ao que lucravam com a exclusividade das classes ricas.

²⁹ Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, p. 12.

³⁰ Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, p. 19.

³¹ A primeira linha do mundo destinada a passageiros surgiu entre Manchester e Liverpool a 15 de Setembro de 1830, cf. Barton, Susan (2005), *Working-class organisation and popular tourism, 1840-1970*, Manchester, Manchester University Press, p. 29.

³² Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, pp. 28 e 35.

³³ Barton, Susan (2005), *Working-class organisation and popular tourism, 1840-1970*, Manchester, Manchester University Press, p. 29.

³⁴ Barton, Susan (2005), *Working-class organisation and popular tourism, 1840-1970*, Manchester, Manchester University Press, p. 23-40.

³⁵ Walton, John K. (2009), “Histories Of Tourism”, em Tazim Jamal e Mike Robinson, *The Sage Handbook of Tourism Studies*, Londres, SAGE Publications, Ltd, p. 118.

Triunfava, assim, a prática da vilegiatura³⁶, tendo o verão como estação preferencial pelas condições climáticas. As termas e as praias destacaram-se como principais locais para colocar em prática os novos hábitos sociais. A estes locais também estiveram associadas novas preocupações com a saúde, numa época de grandes epidemias como a cólera. A cura e a prevenção tornaram-se palavras de ordem. Conceitos como a higiene e a qualidade do ar também se fizeram impor³⁷.

Locais de cura desde tempos remotos, as termas contaram com «o desenvolvimento de ciências como a medicina ou a química» para nelas inculuiu uma nova conotação e capacidade de atracção, motivadas pelo «maior conhecimento da composição química das diferentes águas termais e das suas propriedades curativas»³⁸. Também neste particular o Reino Unido tomou a dianteira, destacando-se, no século XVIII, a cidade de Bath como a primeira estância termal. Foi a primeira estância a promover o «termalismo mundano», estimulando o imaginário dos seus frequentadores com hotéis, restaurantes, lojas, casinos, parques, lagos, cascatas ou castelos. Estas infraestruturas estavam repletas de luxo e conjugavam outros aliciantes como os bailes, concertos, saraus, jogos, dança e teatro, entre outros. Bastava aos utilizadores «transformar o sacrifício médico da cura no prazer da vilegiatura»³⁹. Bath foi «um dos cenários de transformação social mais profunda», onde «a nobreza e a *gentry* se [misturavam]»⁴⁰. A Bath seguiram-se outras estâncias termais, entre as quais se destacam Vichy (França), Baden-Baden e Carlsbad (Alemanha), Montecatini e Salciomaggiore (Itália) ou Spa (Bélgica).

Também as praias, e o litoral em geral, conheceram uma procura até então desconhecida. Nas estâncias marítimas e nas praias foram igualmente edificadas infraestruturas de promoção e de consumo da diversão, tais como «montanhas russas, comboios em miniatura, barracas de feira, riques de patinagem»⁴¹, ou ainda jardins de inverno, jardins zoológicos ou salões de bailes. Entre outras, destacam-se Blackpool e Brighton, também no Reino Unido. No inverno passou também a ser comum, para as classes com maiores capacidades financeiras do norte da Europa, procurar o sul daquele continente em busca dos «climas mais amenos», destacando a esse propósito a Cote d'Azur, na costa mediterrânica de França⁴².

À medida que as novas práticas sociais se foram expandindo, deixaram de ser exclusivas da aristocracia, alastrando-se «numa primeira fase à burguesia enriquecida» e tornando-se depois

³⁶ Boyer, Marc (2007), *Le Tourisme de Masse*, Paris, L'Harmattan, p. 48.

³⁷ Boyer, Marc (2007), *Le Tourisme de Masse*, Paris, L'Harmattan, p. 42.

³⁸ Matos, Ana Cardoso de e Maria Luísa F. N. dos Santos (2004), «Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal dos Finais de Século XIX às Primeiras Décadas do Século XX», *Scripta Nova*. (Online), Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>.

³⁹ Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, p. 93.

⁴⁰ Brito, Sérgio Palma (2003), *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Média Livros, Vol. 2, p. 225.

⁴¹ Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema, p. 41.

⁴² Matos, Ana Cardoso de e Maria Luísa F. N. dos Santos (2004), «Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal dos Finais de Século XIX às Primeiras Décadas do Século XX», *Scripta Nova*. (Online), Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>.

acessíveis, ao longo do século XIX, a «estratos cada vez mais alargados da população»⁴³. Novas necessidades foram surgindo, nomeadamente para as classes mais abastadas, que procuravam a exclusividade das suas práticas e dos locais onde as exibiam. Em função da expansão do turismo a cada vez mais locais e mais camadas sociais, surgiram novos serviços e atividades como os hotéis e a publicidade, havendo casos onde passaram a existir claras preocupações urbanísticas na modernização de espaços e infraestruturas, sendo o objeto de estudo deste trabalho um desses exemplos.

A segunda metade do século XIX assistiria ao nascimento de outras modalidades de turismo, resultantes de novas transformações nos comportamentos e nas tecnologias. O alpinismo (turismo de montanha), o ciclismo e o automobilismo foram algumas das novas formas de fruir o lazer, ainda com uma forte conotação aristocrática, por força das necessidades, sobretudo económicas, a elas associadas. A bicicleta e o automóvel seriam também importantes elementos na transformação das práticas de turismo, por permitirem maior facilidade na mobilidade dos viajantes, conferindo-lhes liberdade nos percursos e nos horários. As novas necessidades do turismo legitimariam a criação de clubes e sociedades que promoviam estas atividades. A inauguração do Alpine Club (1857) e do British Cyclist Touring Club (1879), a que se juntariam, anos mais tarde, entre outras, o Cyclist Touring Club de France (1892) ou o Automobile Club de France (1895), simbolizam a clara afirmação dessas novas práticas turísticas⁴⁴. Ao mesmo tempo, estas entidades revestiram-se de um importante carácter modernizador das infraestruturas, locais e serviços associados às suas atividades, alertando, entre outros, para as insuficiências da hotelaria, das estradas e dos cuidados a ter para a preservação e conservação dos monumentos e sítios.

Naturalmente que, com as suas características próprias, Portugal esteve incluído neste processo e também por cá se assistiu ao desenvolvimento das práticas e costumes turísticos. É justamente no contexto do desenvolvimento turístico nacional que se insere o objeto de estudo deste trabalho. As termas foram uma das primeiras e principais formas de promoção turística e, em simultâneo, uma montra dos novos comportamentos sociais, sobretudo das classes mais abastadas. No mesmo sentido, para a importância turística das termas também contribuíram preocupações científicas, medicinais e recreativas, legitimando as ofertas daqueles locais, tornando-os apetecíveis à sociabilidade e ao lazer.

As termas e praias nacionais foram também os primeiros locais onde se desenvolveram as novas práticas sociais. Num primeiro olhar pelo século XIX é possível afirmar que os hábitos, costumes e práticas turísticas eram do conhecimento de uma parte significativa da população, sendo hábito com relativo enraizamento a ida “a banhos”, tanto nas praias como nas termas. Embora com um algum atraso, Portugal acompanhava o que se verificava pela Europa fora. É importante não menosprezar as influências das comunidades francófonas e anglófonas presentes em território nacional

⁴³ Matos, Ana Cardoso de e Maria Luísa F. N. dos Santos (2004), “Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal dos Finais de Século XIX às Primeiras Décadas do Século XX”, Scripta Nova. (Online), Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>.

⁴⁴ Boyer, Marc (2007), *Le Tourisme de Masse*, Paris, L’Harmattan, pp. 59-76.

na possível introdução das “modas” europeias. Com o tempo «os espaços da vilegiatura [progrediram] na sua importância e evolução em função da presença crescente das classes média e baixa em práticas terrenas que poucos anos antes [eram] exclusivo da elite»⁴⁵. Numa outra perspetiva, foi «precoce a perceção dos benefícios que o turismo poderia proporcionar, em particular para o saneamento da balança de pagamentos e para as depauperadas Finanças Públicas»⁴⁶.

Na viragem do século XIX para o século XX, pode dizer-se que o caminho era ainda bastante sinuoso e indefinido. Foi, no entanto, um período em que apareceram as instituições, oficiais e privadas, em diversos outros sectores e atividades associados ao tempo livre e ao lazer enquanto prática social, promovendo o desporto, o associativismo e a cultura. Entre outros, foram fundados o Ginásio Clube Português (1875), o Ateneu Comercial de Lisboa (1880), o Coliseu dos Recreios (1890), o Aquário Vasco da Gama (1898), a União Velocipédica Portuguesa (1899), o Automóvel Clube de Portugal (1903)⁴⁷, o Sport Lisboa e Benfica (1904), o Jardim Zoológico (1905) ou o Parque Mayer (1922), instituições que, de alguma forma, contribuíram para a transformação dos tempos sociais e para fomentar a convivência em grupo.

Apesar das insuficiências e dificuldades, acreditava-se no turismo, em primeiro lugar, do ponto de vista da consciencialização de que era uma atividade com futuro e que poderia ser um importante instrumento de dinamização económica e de afirmação externa de um país que mudara o regime em 1910; em segundo lugar, porque houve uma preocupação efetiva e legislativa de regulamentar o turismo e os seus serviços consubstanciada na criação de instituições, privadas e públicas, de suporte à atividade turística; em terceiro lugar, porque houve uma crescente, e cada mais diversificada e dinâmica, divulgação e promoção de Portugal e dos seus lugares e patrimónios enquanto destino turístico; e, em quarto lugar, porque efetivamente os lugares de turismo se encheram de turistas, nacionais e estrangeiros.

O turismo foi «rapidamente entendido como um fenómeno global que mistura interesses económicos – uma promessa de fonte de riqueza – e proveitos sociais e culturais», que «suscita desejo e curiosidade» e que, por isso, também «chama a atenção para as diversidades e os particularismos regionais»⁴⁸, gerando com isso a mobilidade das populações para o seu consumo.

⁴⁵ Brito, Sérgio Palma (2003), *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Média Livros, Vol. 2, pp. 219 e 246.

⁴⁶ Cunha, Licínio (2010) “A República e a Afirmação do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 137.

⁴⁷ A disseminação do automobilismo fez sentir ao governo da I República a necessidade de regulamentar o trânsito, de introduzir o que viria a ser o código da estrada e de tornar obrigatória a licença de condução, cf. Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 110.

⁴⁸ Vidal, Frédéric e Maria José Aurindo (2010), “Turismo e Identidade Nacional: Uma Nova Imagem para Portugal”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 119-124.

O crescimento das políticas de desenvolvimento e difusão turística (1906-1911) seria decisivo nesta consciencialização, mas também na tentativa de definição, regulamentação e legislação do turismo. A fundação da Sociedade Propaganda de Portugal⁴⁹, ainda que no âmbito privado, marcou o início desse processo em Fevereiro de 1906, tendo como objetivos:

«promover, pela sua ação própria, pela intervenção junto dos poderes públicos e administrações locais, pela colaboração com estes e com todas as forças vivas da nação, e pelas relações internacionais que possa estabelecer, o desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente, esforçar-se por que ele seja visitado e amado por nacionais e estrangeiros»⁵⁰.

No fundo, fazer a «propaganda do país [...] a promoção de iniciativas que facilitassem e desenvolvessem o turismo, criassem uma consciência coletiva sobre a sua importância e melhorassem as condições de atracção interna»⁵¹. A Sociedade Propaganda de Portugal chamou a si a responsabilidade da «formulação de um produto turístico português, congregando os recursos e as infraestruturas disponíveis»⁵², procurando abranger todos os aspetos relativos à atividade. Entre muitas outras medidas que, por não representarem elementos importantes para o objeto deste estudo, não é pertinente aqui narrar, a Sociedade Propaganda de Portugal, por forma a conseguir estender a sua área de atuação, criou as Delegações em vários locais de Turismo (entre os quais, Caldas da Rainha). Teve ainda o mérito de filiar Portugal na Federação Franco-Hispânica dos Sindicatos de Iniciativa, em 1909, instituição responsável pela organização do Congresso Internacional de Turismo (1908 em Saragoça, Espanha, 1909 em San Sebastian, Espanha e 1910 em Toulouse, França), e cuja quarta edição aconteceria em Lisboa, em 1911⁵³.

Ciente da pertinência do turismo, a Sociedade Propaganda de Portugal foi «uma das entidades que pressionou o governo republicano para que criasse, no Ministério do Fomento, uma estrutura ligada ao turismo»⁵⁴. Foi justamente por ocasião da edição lisboeta do Congresso Internacional de

⁴⁹ “Também designada como o Touring Club de Portugal”, cf. Matos, Ana Cardoso de e Maria Luísa F. N. dos Santos (2004), “Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal dos Finais de Século XIX às Primeiras Décadas do Século XX”, Scripta Nova. (Online), Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>.

⁵⁰ Brito, Sérgio Palma (2010), “A Institucionalização do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 139-146.

⁵¹ Cunha, Licínio (2010), “A República e a Afirmação do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 129-138.

⁵² Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, pp. 15 e 69.

⁵³ Esta federação fora criada em 1908, entre espanhóis e franceses, e seria, em 1925, agregada à União Internacional dos Organismos Oficiais de Propaganda Turística (UIOOPT), sediada em Haia, Holanda. Assim se manteve até à II Guerra Mundial, cf. Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 155.

⁵⁴ Matos, Ana Cardoso de e Maria Luísa F. N. dos Santos (2004), “Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal dos Finais de Século XIX às Primeiras Décadas do Século XX”, Scripta Nova. (Online), Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-167.htm>.

Turismo, em Maio de 1911, que essa solicitação seria oficialmente atendida. Foi ali anunciada a criação das duas primeiras instituições públicas de gestão da atividade, o Conselho e a Repartição de Turismo, integradas no referido Ministério. Portugal tornara-se, assim, no terceiro país a ter um organismo oficial de turismo, depois da Áustria (1909) e da França (1910)⁵⁵. O Conselho de Turismo teve como missão supervisionar a Repartição de Turismo. Já esta entidade tinha como funções:

«Estudar o objeto e a conveniência de novas ligações internacionais e marítimas, propor o seu estabelecimento e o melhoramento das atuais no que respeita a comodidade, rapidez, facilidades aduaneiras, sanitárias, postais, telegráficas ou outras, tendo em vista o desenvolvimento do turismo; b) estudar e propor os meios de melhorar as condições de transporte, circulação e hospedagem dos turistas no país; c) fazer com oportunidade no país, e principalmente no estrangeiro, a propaganda necessária para o conhecimento perfeito de Portugal como país de turismo; d) Manter relações, úteis ao turismo de estrangeiros no país, com as repartições, associações e sindicatos similares, nacionais e estrangeiros; e) Estudar os motivos de turismo existentes no país e a criação de novos motivos»⁵⁶.

Tal como refere Pina (1988), «durante algum tempo, as duas organizações turísticas, a oficial e a privada, [...] [coabitaram] um mesmo espaço operacional, colaborando pontualmente». A I República seria o período mais profícuo na formação da consciência nacional para a importância do turismo e na construção da imagem de Portugal⁵⁷. Considerava-se a viagem como uma forma de educar a população, de a formar e de a levar a conhecer o seu país, a sua cultura, os seus costumes e as suas tradições, para posteriormente ter a capacidade de os promover junto dos turistas, nacionais ou estrangeiros, que deambulavam por Portugal. O aproveitamento dos costumes locais seria também uma forma das localidades se projetarem em função de determinados produtos que passariam a estar-lhes associados, tais como as Queijadas de Sintra, as Cavacas e Louças das Caldas ou os Pastéis de Belém, entre muitos outros, que se tornaram elementos de identidade de cada terra⁵⁸.

Esta estratégia permitiu o crescimento da “portugalidade” nos cidadãos daquele período, fazendo dos mesmos excursionistas/exploradores na «procura [de] uma experiência única e pessoal, criando uma relação íntima com o território visitado, sem poupar o esforço físico requerido pela

⁵⁵ Cunha, Licínio (2010), “A República e a Afirmação do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 132.

⁵⁶ Consultar o decreto com força de lei de 16 de Maio de 1911, publicado no *Diário de Governo* do dia 18 de Maio de 1911, p. 2015.

⁵⁷ O primeiro cartaz turístico oficial português foi editado pela Repartição de Turismo em 1913, com o slogan: «Sunny Portugal», da autoria de Henrique Lopes de Mendonça. Seguiram-se *A Formosa Lusitânia*, da autoria de Albino Forjaz Sampaio, e *El Hermoso Portugal*, da autoria de José de Ataíde, cf. Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, pp. 60, 63 e 69.

⁵⁸ Moreira, Raquel (2004) “Queijadas de Sintra. Turismo e Identidade local” em Maria Cardeira da Silva (Coord.), *Outros Trópicos: Novos Destinos Turísticos: Novos Terrenos da Antropologia*, Lisboa, Livros Horizonte, pp.171-180.

viagem», construindo-se, assim, a imagem de «um país ensolarado, beneficiando de um clima ameno, onde os visitantes [podiam] desfrutar de uma estada suave e pacata, em contacto com um povo hospitaleiro, e ficar surpreendidos pela variedade das paisagens, do património histórico, das tradições de algumas províncias e das “industrias típicas”»⁵⁹.

Para a definição desta imagem nacional contribuiu decisivamente a propaganda levada a cabo pelas instituições públicas e privadas que, quer no âmbito interno quer no contexto externo, promoviam Portugal através de folhetos, guias ou cartazes, como de resto era hábito fazer-se além fronteira. A propaganda portuguesa não se limitava a enaltecer os lugares a visitar. Abordava também temáticas tão ou mais importantes, como o alojamento, a restauração, a higiene, os hábitos e os costumes.

O desenvolvimento do turismo nacional teve um primeiro campo de expansão nas atividades onde a água e a sua fruição estavam na ordem do dia, assim o aconselhavam o higienismo e a própria medicina. As praias ganham adeptos e surgem as colónias balneares e as «colónias de férias, campestres e marítimas»⁶⁰. Existiam também as “barcas de banhos”, nos rios, que possibilitam o «banho numa espécie de poço»⁶¹. Esta modalidade evoluiria para um banho de imersão ou de mergulho quando «alguns homens já [nadavam]» e os fatos de banho eram ainda pouco ou nada ousados, com exceção de alguns turistas estrangeiros mais sofisticados. Muitos aproveitavam para ir e vir à praia enquanto outros, mais abastados, davam preferência a casas alugadas ou a estadas em hotéis. Entre as praias mais frequentadas encontravam-se as de Cascais, da Ericeira, da Figueira da Foz, da Granja, do Estoril ou a de Pedrouços, também explicada a sua afluência pela proximidade aos grandes centros urbanos (Coimbra, Lisboa e Porto).

Outra modalidade turística em expansão que atingiria um franco dinamismo no final do século XIX era o termalismo. De maneira geral, estes eram locais com dois períodos bastante distintos ao longo do ano, que coincidiam com a abertura e o encerramento da época balnear⁶². Eram naturalmente procurados pelas suas águas, mas cada vez mais pela possibilidade do contacto com a natureza, pelo ar puro ou pelas atividades físicas/desportivas, onde a prioridade era empregar o tempo o mais agradavelmente possível. Serviam ainda para as classes mais altas exibirem os seus comportamentos distintos, os hábitos que praticavam, os luxos que ostentavam. Tal como no caso das praias, as termas

⁵⁹ Vidal, Frédéric e Maria José Aurindo (2010), “Turismo e Identidade Nacional: Uma Nova Imagem para Portugal”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 121.

⁶⁰ Valente, José Carlos (2010), *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT à INATEL (1935-2010)*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação INATEL, p. 27.

⁶¹ Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 107.

⁶² Por norma, a época balnear abria em Maio e fechava, consoante os locais, em Setembro ou Outubro, cf. Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 108.

também tinham categorias diferentes consoante o tipo de classes que as frequentavam e, em função disso, estavam mais ou menos de acordo com as exigências das novas práticas e dos novos hábitos sociais.

Apesar do número considerável de estâncias, as termas «não constituíram tendência dominante da procura turística na segunda metade do século XIX»⁶³, perdendo o domínio para as praias, por estas serem mais acessíveis em função dos custos e da quantidade. Uma componente importante do dinamismo social das praias e termas foram as atividades e espetáculos desportivos, com destaque para corridas de cavalos, partidas de ténis, regatas, jogos de futebol, corridas de natação, entre outras atividades que eram ingrediente obrigatório na vida social destes locais.

Também o excursionismo começava a afirmar-se nos hábitos turísticos dos portugueses, registando-se romarias a lugares de turismo, embora esta fosse uma atividade com maior dinamismo e expressão no século XX, por força das melhores vias de comunicação. O Mapa Excursionista de Portugal, publicado em 1907, é um exemplo da importância dessa prática enquanto característica do turismo nacional no início de novecentos. Os principais lugares de excursionismo eram Lisboa, Cascais, Mafra, Coimbra, Bussaco, Luso, Porto, Viseu, Braga, Guimarães, Évora, Faro, Portimão, Lagos, Monchique e a Trilogia Monumental de Alcobaça, Batalha e Tomar, locais que se destacavam, pela sua monumentalidade e importância na história do país, numa altura em que o nacionalismo e o orgulho patriótico era tema em destaque.

A capital, Lisboa, era o principal polo turístico nacional. A esta juntava-se o Porto, segundo grande polo turístico continental, e a ilha da Madeira, que merece destaque individual, já que desde cedo se definiu como um local de turismo independente e diferente dos restantes, fruto de um prestígio internacional invejável em comparação com o panorama nacional. O Funchal afirmou-se como um porto de escala durante o século XIX e a ilha destacou-se como um local de turismo em função do seu clima de «estações pouco marcadas e um inverno suave»⁶⁴. De salientar, todavia, que, no *Manual do Viajante em Portugal* (1907), não estavam contempladas nem a Madeira nem os Açores, embora a ausência deste último se justifique pela menor importância turística na época e por não ter a afluência internacional da primeira.

Noutra perspetiva geográfica, o Algarve, a julgar pela afluência, «era praticamente desconhecido», embora existisse alguma afluência (alentejana e espanhola) às termas de Monchique e às praias de Portimão (Praia da Rocha) e de Monte Gordo, não sendo alheio à pouca expressão desta região a falta de linha férrea e de rede viária, que chegariam em 1899 e 1933, respetivamente. Nos anos vinte e trinta do século XX começaram a chegar à região os cidadãos britânicos. Em função das

⁶³ Ferreira, Carlos Cardoso e José Manuel Simões, (2010), “Portugal Turístico ao Tempo da I República: Espaços, Lugares e Projectos”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 75.

⁶⁴ Câmara, Benedita (2010), “Madeira: Um lugar Turístico (1800-1928) Inserção Internacional Precoce e Resposta Às Oportunidades”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 99.

influências que estes trouxeram, em 1927 foi inaugurado o primeiro campo de golfe, na Praia da Rocha⁶⁵.

Até 1936 foram dois os grandes projetos turísticos de cariz nacional postos no terreno. O primeiro projeto turístico privado do turismo nacional, “Estoril, Estação Marítima, Climatérica, Thermal e Sportiva”, da autoria de Fausto Cardoso de Figueiredo, foi apresentado em 26 de Maio de 1914. Conjugava praia, termas, jogo e a localização privilegiada, propagandeando-se aquele local como a Riviera Portuguesa⁶⁶. O segundo tirou partido do Milagre de Fátima, ocorrido em 13 de Maio de 1917 e que transformaria Fátima no centro de romarias dos peregrinos nacionais, e, décadas mais tarde, também no panorama internacional. Neste caso específico o turismo está associado à religião e tem significativa expressão⁶⁷.

Nos trinta anos de turismo institucional que este estudo abrange (1906-1936), esta atividade conviveu com alterações diversas como a implantação da República (1910), a Primeira Grande Guerra (1914-1918), a instauração da Ditadura Militar (1926), o *crash* da bolsa de Nova Iorque (1929), a instauração do Estado Novo (1933) e a Guerra Civil Espanhola (1936). A estes têm forçosamente de se juntar os condicionalismos próprios das instituições, onde tanto a parte logística como os recursos humanos e a componente financeira eram sempre escassos para fazer face às necessidades.

Apesar das dificuldades, é justo reconhecer o mérito do trabalho que foi feito em prol do turismo nacional, uma vez que, tal como sublinhou José de Ataíde, «a parte mais longa e difícil do caminho [estava] já percorrida»⁶⁸ e foi decisiva para o futuro da atividade em Portugal. Não se pode dizer que o turismo nacional tenha copiado o contexto internacional, uma vez que o caso português obedece a condicionalismos e singularidades próprias que conferiram necessidades e particularidades específicas. Além disso, Portugal, sendo a terceira nação a criar instituições oficiais de turismo, posicionou-se como um dos pioneiros na discussão e difusão das ideias para esta atividade. Não se deve, no entanto, desprezar as influências que o debate internacional gerou internamente, bem como os condicionalismos próprios do país, nomeadamente no período de mudança de regime em que existiu uma forte ideologia nacionalista que visou enaltecer Portugal e as suas gentes e com eles aumentar os índices de patriotismo dos portugueses, sensibilizando-os para a necessidade de conhecerem o seu país e as suas riquezas históricas e patrimoniais.

⁶⁵ Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 217.

⁶⁶ Henriques, João Miguel (2011), *Da Riviera Portuguesa à Costa do Estoril, Fundação, Desenvolvimento e afirmação de uma Estância de Turismo*, Câmara Municipal de Cascais, Edições Colibri, pp. 233-242.

⁶⁷ Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 37.

⁶⁸ Cunha, Licínio (2013) 3.^a Edição, *Economia e Política de Turismo*, Lisboa, LIDEL, p. 33.

2. UMA VILA TERMAL

O presente capítulo pretende descrever o contexto do termalismo de Caldas da Rainha. A análise do enquadramento local tem como objetivo conhecer as características e particularidades da estância termal caldense e perceber em que bases se desenvolveu o turismo, enquanto atividade em assinalável expansão local na passagem do século XIX para o século XX. Atendendo a essa afirmação do turismo, quais terão sido as características que fizeram desta vila termal um local turístico de destaque? Terá o termalismo por si só representado um elemento de atracção turística?

2.1. CALDAS DA RAINHA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

A cidade de Caldas da Rainha tem a sua fundação intrinsecamente ligada ao Hospital Termal, fundado no final do século XV por iniciativa da rainha D. Leonor. Esta instituição hospitalar representou um marco na história deste tipo de estabelecimentos, por ter sido a primeira do género à escala global e pela modernidade da sua organização e dos cuidados medicinais ali prestados. Todavia, mais importante para o presente estudo, foi ter motivado a fundação de uma nova povoação, Caldas da Rainha. O termalismo foi o fundamento do desenvolvimento da localidade e, mais tarde, como lugar de turismo, norteando o desenvolvimento local em seu redor e em sua função. A elevação a vila do sítio onde fora edificado o Hospital em 1502⁶⁹ e a demarcação do seu termo em 1511⁷⁰ consagraram o rápido crescimento e a importância do mesmo no âmbito regional. Para este crescimento também contribuíram os privilégios concedidos pelos reis D. João II e D. Manuel I.

Os séculos XVI e XVII pautaram-se pelo crescimento e desenvolvimento urbanístico da vila nos quais merece destaque a ascensão do novo centro urbano, o Rossio⁷¹. No século XVIII o absolutismo traria novas ideias e inovações técnicas e científicas, privilegiando também a mudança de gosto e de costumes, afirmando-se o hábito do passeio, de preferência ao ar livre. À entrada para aquele século a vila mantinha-se como um pequeno aglomerado, embora em crescimento. Simultaneamente, as suas águas iam conquistando as atenções dos estudiosos num período em que o termalismo ganhou uma nova atenção. Foi neste contexto que teve lugar um dos acontecimentos mais decisivos da história da vila, base para um século XIX de assinalável progresso.

O rei D. João V, que sofrera de problemas de saúde, dirigiu-se à vila para tratamentos, a partir de 1742. A sua presença na vila motivou, a seu pedido, uma intervenção profunda no complexo termal

⁶⁹ Sousa, Ivo Carneiro de (2005), “Um Hospital do Populus: Da Misericórdia e da Rainha para uma Vila do Renascimento” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 94.

⁷⁰ Serra, João B. (2005), “Percurso de Cidade com Termas: Evolução Urbana das Caldas da Rainha da Fundação aos Finais do Século XIX” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 108.

⁷¹ Também conhecida como Praça Nova, hoje Praça da República, cf. Serra, João B. (2005), “Percurso de Cidade com Termas: Evolução Urbana das Caldas da Rainha da Fundação aos Finais do Século XIX” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 110.

e na própria vila⁷². Destacam-se a reedificação do Hospital Real, a introdução da rede de abastecimento de água potável na vila, a construção de chafarizes, a remodelação da Casa Real, o emblezamento da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pópulo, a construção de um edifício para os Paços do Concelho, no Rossio⁷³, e o início da edificação da Casa da Convalescença⁷⁴. Esta “renovação” setecentista antecedeu uma segunda metade do século XVIII de progresso. Em simultâneo, ajudou a consolidar a posição das termas caldenses no contexto nacional e a dar-lhe a preferência das elites, conjugando-a com a presença dos enfermos, sublinhando-se a manutenção da singularidade intrínseca do estabelecimento, a assistência aos pobres. O cosmopolitismo atingido nos finais de setecentos foi a alavanca para as constantes ambições de modernização das termas e da própria vila no século seguinte, surgindo ali divertimentos como o jogo do bilhar, jogo da bola e os passeios pedestres e equestres⁷⁵.

No início do século XIX o país viu-se confrontado com as invasões francesas. O Hospital Termal foi ocupado para o tratamento dos soldados franceses⁷⁶. Durante este período foram frequentes as animosidades entre soldados franceses e civis locais, que motivaram o fuzilamento de habitantes pelas tropas francesas⁷⁷. Também as Lutas Liberais (1820-1834) impuseram novas regras no paradigma político, legislativo e económico nacional⁷⁸.

Depois de ultrapassadas as dificuldades da primeira metade do século XIX, a vila de Caldas da Rainha partiu para um período de crescimento em todas as áreas e a todos os níveis, conseguindo também em diversos aspetos obter uma posição de destaque no contexto regional, ultrapassando definitivamente as terras vizinhas. O liberalismo provocou grandes transformações na administração do território com a introdução dos distritos, em 1835⁷⁹, e a redefinição dos concelhos, em 1836⁸⁰. Esta

⁷² Os trabalhos prolongaram-se por três anos, de 1747 a 1750, e foram conduzidos por Manuel da Maia, cf. Pinto, Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005) “O Programa e a Arquitectura Termal” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, pp. 143-144.

⁷³ As divergências e disputas de poder eram constantes sendo importante realçar que no século XVIII «as receitas do Hospital eram cerca de cem vezes superiores às do município» e que este edifício do município foi edificado em terrenos do Hospital após a autorização do último, exemplos claros da preponderância do Hospital sobre a Câmara Municipal, situação que será uma constante e que terá episódios frequentes ao longo do século XIX, cf. Aires-Barros, Luís (2005), “Introdução” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 35.

⁷⁴ A edificação, ordenada por D. José I em 1751, visava melhorar as condições de conforto das enfermarias para o repouso dos termalistas. Todavia, só na segunda parte do século XIX este viria a ser terminado e inaugurado (1855), cf. Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005) “O Programa e a Arquitectura Termal” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 149.

⁷⁵ Rodrigues, Luís Nuno (2005), “Caldas da Rainha no século XVIII”, em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 132.

⁷⁶ Entre 28 de Dezembro de 1807 e 31 de Maio de 1808, cf. Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 77.

⁷⁷ Em Fevereiro de 1808, cf. Tavares, Mário (2011), *A Primeira Invasão Francesa. Os fuzilamentos das Caldas da Rainha de 9 de Fevereiro de 1808*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal de Caldas da Rainha, p. 17.

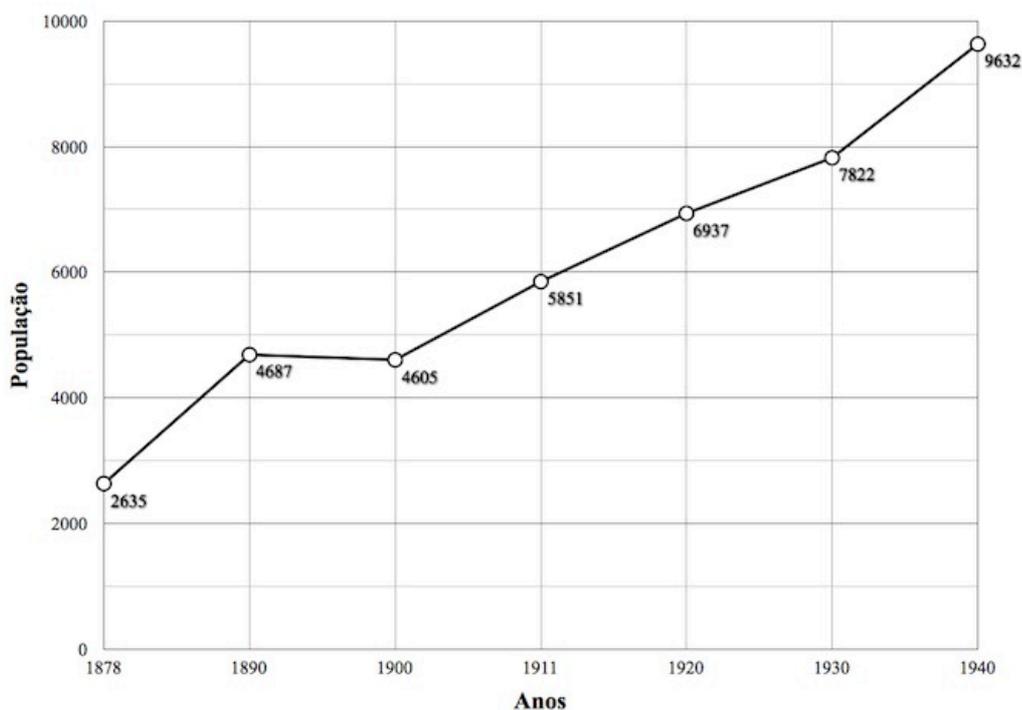
⁷⁸ Ramos, Rui (Coord.) (2010), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 5.^a Edição, pp. 491-520.

⁷⁹ Serra, João B. (1993), “A Formação Geográfico-Administrativa do Concelho das Caldas”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 214.

reforma motivou a ascensão de Caldas da Rainha a sede de concelho e implicou também a absorção, entre 1836 e 1898, de doze novas freguesias, desanexadas a Alcobaça e Óbidos. Reflexo disso, demográfica e territorialmente, o concelho conheceu um acelerado e repentino crescimento. A integração das novas freguesias foi feita em três fases⁸¹. Em 1898 os limites concelhios ficaram definidos, havendo desde então apenas o desmembramento de freguesias já existentes em novas freguesias, entre as quais a Foz do Arelho⁸², que alcançaria relevância turística no período cronológico deste estudo, na vertente de praia.

O aumento da população e do território contribuiu para a consolidação do concelho no contexto regional. Tendo como base de análise os recenseamentos gerais da população, relativos à demografia caldense, foi feita uma interpretação geral do comportamento populacional da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo, sede do concelho (Figura n.º 2.1. e Quadro n.º 2.1.)⁸³.

Figura n.º 2.1. – Evolução da população da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo (1878-1940)



⁸⁰ Decreto de 6 de Novembro de 1836, cf. Serra, João B. (1993), “A Formação Geográfico-Administrativa do Concelho das Caldas”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 214.

⁸¹ A primeira foi em 1836, tendo o concelho recebido sete novas freguesias, a segunda em 1855, com a incorporação de mais duas e a terceira em 1895, com outras três, cf. Serra, João B. (1995) 2.ª Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 17.

⁸² Consultar a Lei n.º 839, de 5 de Julho de 1919.

⁸³ Fonte: Recenseamento Geral da População (1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940)

Quadro n.º 2.1. Tabela demográfica da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo (1878-1940)

Ano	População da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo	População total do concelho de Caldas da Rainha	Percentagem da população da sede de concelho no total do concelho
1878	2691	13058	26,61%
1890	4687	16209	29,92%
1900	4605	20971	21,96%
1911	5851	24516	23,87%
1920	6937	26027	26,65%
1930	7822	29207	26,78%
1940	9632	33410	28,83%

Constata-se que a população da sede de concelho demonstra um comportamento quase sempre crescente, com uma ligeira quebra no intervalo entre os anos de 1890 e 1900. Os dois períodos dos extremos, 1878-1890 e 1930-1940, destacaram-se como os de maior crescimento. O aumento da população neste período começa por ter explicação no aumento da área territorial do concelho, que naturalmente implicou esse aumento. Depois, o desenvolvimento económico local, onde também estão inseridas as atividades ligadas ao turismo, contribuiu também para o progressivo aumento da capacidade da localidade para atrair população em todo o período.

Os transportes e as comunicações foram um contributo decisivo para o progresso local. O Fontismo foi decisivo para dotar o país de infraestruturas de comunicação, permitindo ao mesmo comunicar entre si. Em relação às comunicações, a vila já era servida pelo correio diário, pelas carreiras regulares da Mala-Posta e pelo telégrafo elétrico⁸⁴. No entanto, ambicionado desde 1869, o comboio, principal meio de transporte da época, só chegaria à vila em 1887⁸⁵. Até então, as ligações ao resto do país, e principalmente a Lisboa, significavam viagens lentas e demoradas muitas vezes obrigando ao transbordo. A linha férrea consagrar-se-ia não apenas ao transporte de pessoas, mas também de mercadorias provenientes da indústria e da agricultura da região.

A rede viária da região era deficiente como, aliás, em todo o país, situação que se manteve durante algumas décadas. A imprensa local lamentava frequentemente o mau estado da rede viária

⁸⁴ Inaugurados em 21 de Julho de 1854, 17 de Maio de 1855 e 16 de Julho de 1856, respetivamente, cf. Tavares, Mário (1993), “Mais Perto de Lisboa e do Resto do País: Caldas da Rainha e o Sistema de Comunicações e Transportes no Século XIX”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (1993) (Coords.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, pp. 279-306.

⁸⁵ Tavares, Mário (1988), *Entre Lisboa e as Caldas no Século XIX*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal de Caldas da Rainha, p. 18.

indicando receber «numerosas queixas do péssimo estado em que se [encontravam] as estradas»⁸⁶, alertando para a necessidade de melhoramentos. No entanto, à entrada para a segunda metade do século XIX havia já ligações à vila a partir de Leiria, Lisboa (duas variantes), Peniche, Santarém e Torres Vedras⁸⁷.

Também na vila floresciam os serviços de transporte interno e para excursões às redondezas. Dessa particularidade deixou registo, em 1897, Sotto-Mayor⁸⁸, com referências publicitárias a vários trens de aluguer, aos quais se juntavam o posto de gasolina e óleo, na oficina do Grand Hotel Lisbonense, mas também os serviços de mecânica na «Garagem e oficinas do Hospital Real»⁸⁹, indicadores da profusão da atividade automobilística entre os turistas da vila. Apesar das dificuldades e das carências que sempre existiram, aqui e ali foram sendo tomadas medidas que, com maior ou menor sucesso e com maior ou menor período de atividade, ajudaram a colmatar as carências que a rede de transportes e comunicações iam sofrendo⁹⁰. O aumento da afluência, tal como o prestígio que a localidade ia conquistando, justificava a necessidade e a urgência de medidas.

A vila era também «um centro artístico e industrial de avultada importância», assim a caracterizava o jornalista Luís Teixeira, em 1927⁹¹. A segunda metade do século XIX foi para o concelho um período de crescimento e de desenvolvimento de atividades económicas diversas, merecendo destaque as produções de arroz, de milho, as hortofrutícolas, as vitícolas e sobretudo a cerâmica, entre outras indústrias ou atividades económicas de menor expressão. Esta vastidão de atividades reflete a afirmação do concelho nas suas mais variadas vertentes, demonstrando a sua vitalidade e diversidade. Reflete ainda que o comércio se tinha tornado uma das mais importantes atividades locais, destacando-se enquanto mercado regional, para ele confluindo as produções do concelho e dos vizinhos, afirmando-se como local privilegiado o Rossio. No mesmo âmbito, com menor expressão, surgiu também a Praça Nova⁹² para os produtos piscícolas.

A cerâmica merece um destaque especial porque se consolidou industrialmente e atingiu um assinalável dinamismo exportador. Para tal contribuiu direta e decisivamente a intervenção de Rafael

⁸⁶ Jornal *Echos das Caldas*, Ano I, n.º 14, de 27 de Setembro de 1908

⁸⁷ Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 383.

⁸⁸ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, pp. 4-12.

⁸⁹ Confirmar “Garage e oficinas do Hospital Real - Tarifa (1908)”.

⁹⁰ A instalação da rede telefónica pública aconteceria em 29 de Janeiro de 1927, cf. Cândido Paula, Paula (1993) “Caldas da Rainha 1927-1981: Uma Cronologia”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 467.

⁹¹ Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico. p. 453.

⁹² Passou a Praça Hintze Ribeiro em 1902 e é desde 1911 designada como Praça 5 de Outubro, cf. Forsado, Rui (1966), *As Ruas das Caldas (Acheegas para uma toponímia Caldense)*, Caldas da Rainha, Tipografia Gazeta das Caldas, pp. 81-83.

Bordalo Pinheiro, embora já antes aquela atividade tivesse conquistado prémios internacionais⁹³, reflexo da sua importância. A cerâmica local conseguiu, neste período, assinalável projeção nacional e internacional, transpondo claramente o âmbito local, potenciando a popularidade e alguma expressão comercial até então alcançadas. Exemplo dessa projeção foi a presença das “louças das Caldas” no Pavilhão de Portugal na Exposição Universal de Paris, em 1889⁹⁴. Também uma exposição de louça e faiança local que Manuel Gustavo Bordalo Pinheiro abriu no Ateneu Comercial, em Lisboa, a propósito do IV Congresso Internacional de Turismo⁹⁵, é reflexo do protagonismo das artes cerâmicas caldenses. À Fábrica de Faianças Artísticas das Caldas da Rainha, fundada em 1884⁹⁶, juntaram-se outras unidades fabris e oficinas de cerâmica e olaria que contribuíram para um período de grande dinamismo do sector. A cerâmica seria, fruto do prestígio que granjeara, um importante elemento de identidade local, afirmando-se enquanto chamariz turístico a exemplo das já mencionadas queijadas no caso de Sintra.

Mas «não se [limitava] Caldas da Rainha a ter por indústria a cerâmica, mas também [...] a de conservaria e de tecidos de verga»⁹⁷. No caso da primeira destacam-se as cavacas e as trouxas de ovos e na segunda as canastras para acondicionamento das cavacas. Também estes três elementos se tornaram componentes da identidade local e por isso são também elementos indissociáveis da promoção da localidade e da sua oferta turística, sendo promovidos inclusive em lojas de Lisboa⁹⁸.

Noutra perspectiva, uma das maiores dificuldades que a comunidade local enfrentou no período em estudo foi a higiene e salubridade urbana. Os critérios de higiene estavam ainda longe dos atuais e as infraestruturas eram deficitárias. A sua conjugação com a pouca salubridade dos espaços urbanos propiciava o fácil aparecimento de doenças e epidemias, como o surto de cólera de 1882⁹⁹. Para solucionar tais problemas foi promovida a construção de um sistema de canalização de esgotos e foi estabelecido o abastecimento de água potável à vila¹⁰⁰. Implementou-se ainda a não permissão da divagação de cães, o condicionamento do estacionamento de cavalgadas e a fiscalização do

⁹³ Prémios para a fábrica de Manuel Cipriano Gomes Marfa em exposições internacionais nos anos 1873, 1876, 1878 e 1879, cf. Aires-Barros, Luís (2005), “Introdução” em Luís Aires-Barros et al (2005) (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & IAvim, p. 27.

⁹⁴ Fernando da Silva Correia (1995), *Pergaminhos das Caldas*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 150.

⁹⁵ *Jornal A Capital*, n.º 306, 13 de Maio de 1911.

⁹⁶ Xavier, Isabel (2010). “As Caldas e a República”, em Matilde Thomaz do Couto, *O Museu José Malhoa, As Caldas e a República*, Caldas da Rainha, Tagus Gráfica Lda, p. 33.

⁹⁷ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, p. 27.

⁹⁸ Na publicação de Sotto-Mayor, no espaço publicitário, há uma referência à firma Martins & Menezes, proprietária do estabelecimento Gato Preto, em Lisboa, que vendia as cerâmicas, as Cavacas e as canastras de verga das Caldas, cf. Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, p. 27 e 7 (do caderno de anúncios).

⁹⁹ Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 376.

¹⁰⁰ Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 385.

abastecimento de carnes. As estas medidas juntaram-se a construção do matadouro¹⁰¹ e do cemitério¹⁰², infraestruturas importantes que ajudaram a combater estas insuficiências. Foi ainda, anos mais tarde, implementada a eletrificação da vila¹⁰³.

Também importante neste período foi a remodelação e expansão urbanística e arquitetónica da vila, motivada pelo aumento da população e maior afluência termal e turística, justificando novas prioridades urbanísticas nomeadamente na renovação da oferta habitacional. A edificação da estação de caminhos-de-ferro, fora do centro da vila, motivou a construção de uma via de ligação entre as duas partes, nascendo assim a Avenida da Independência Nacional (1887). Ao longo desta e da Rua Serpa Pinto¹⁰⁴, que lhe dá seguimento, foram edificados novos quarteirões segundo critérios urbanísticos racionais. Do outro lado da estação começou a ganhar forma o Bairro “Além da Ponte”. Um pouco por todas as artérias da cidade foram surgindo novas edificações. Ainda neste contexto de modernização urbanística foi realizada a macadamização das principais ruas e sofreram profundas obras a Rua de Camões, o Rossio, a Praça Nova, o Largo Dr. José Barbosa e o Largo Conde de Fontalva, artérias-chave no quotidiano social, turístico e comercial local. O próprio Hospital Termal, consciente das suas responsabilidades, aprovou em 1884 um plano de reformas para o seu complexo colocado em prática por Berquó entre 1888 e 1896, que será abordado mais à frente neste trabalho. Enquanto presidente do município, entre 1890 e 1891, Berquó impôs também regras de normalização urbanística.

A vila ganhara o estatuto de “Termas da Moda” por via da frequência de elementos da família real e da aristocracia nacional, mas também pela maior oferta de equipamentos complementares de tratamento, de prédios de habitação, de jardins para passeios, de clubes e de hotéis¹⁰⁵. Outras obras importantes foram promovidas neste período, tais como a Praça de Touros, em 1883, a Aula de Desenho Industrial em 1884 e ainda a ponte sobre a linha do caminho-de-ferro em 1887. Ainda no âmbito urbanismo, na década de 1920, seriam apresentados planos de melhoramentos, «que no território termal português apenas teve nas Caldas da Rainha¹⁰⁶ o seu exemplo», definindo «lugares hierarquizados pelas suas funções e a presença de ícones arquitetónicos»¹⁰⁷. Ainda na mesma década foi promovida a remodelação da Casa da Convalescência¹⁰⁸.

¹⁰¹ As obras iniciaram-se em Julho de 1892 e foi inaugurado em Abril de 1894, embora sem estar totalmente terminado, cf. Mangorrinha, Jorge (Coord.) (1996), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, pp. 66 e 87.

¹⁰² Foi construído em 1867, afastado do centro urbano, cf. Serra, João B. (1995) 2.ª Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 100.

¹⁰³ A escritura do contracto de fornecimento de electricidade à vila assinada em 21 de Março de 1902, cf. Serra, João B. (1995) 2.ª Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 106.

¹⁰⁴ Designada como Rua Miguel Bombarda a partir de 1911, Forsado, Rui (1966), *As Ruas das Caldas (Achegas para uma toponímia Caldense)*, Caldas da Rainha, Tipografia Gazeta das Caldas, p. 112.

¹⁰⁵ Mangorrinha, Jorge (2002), *A Volta das Termas*, Caldas da Rainha, Livraria Nova Galáxia, p. 285.

¹⁰⁶ Trabalho elaborado por Paulino Montês em 1926 e aprovado em 1928, mas que só seria levado à prática na década de 40, cf. Serra, João B. (2005), “Percurso de Cidades com Termas”, em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, pp. 119-120.

¹⁰⁷ Mangorrinha, Jorge (2012), *O que é uma Cidade Termal*, Lisboa, Gráfica 99, p. 58.

¹⁰⁸ Serra, João B. (2005), “Percurso de Cidades com Termas”, em Luís Aires-Barros, et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 119.

Este carácter reformador e empreendedor foi uma constante ao longo do período em estudo e é um indicador da consciência local da real necessidade de uma frequente modernização nos serviços, infraestruturas e acessos. Naturalmente, o desenvolvimento turístico lucrou com todo este processo, já que muitas das infraestruturas que suportariam a sua atividade sofreram remodelações, ampliações e renovações neste período.

2.2. O TERMALISMO: DA CURA AO LAZER

Tendo como elemento chave a água, o termalismo é utilizado desde a antiguidade. No entanto, o momento mais importante para a sua afirmação enquanto atividade no contexto moderno aconteceria a partir da segunda metade do século XVIII, passando daí em diante a existir uma crescente preocupação científica no estudo das águas e suas aplicações. Neste período surgiu o primeiro *boom* de iniciativas termais, embora ainda com inserção populacional restrita, no caso, às classes aristocratas. Mais tarde, a legislação e conceitos novos como o higienismo e o urbanismo foram também contributos para a transformação dos locais termais em centros de turismo. Quando o termalismo despontou em Portugal já o mesmo se havia afirmado internacionalmente. Foram vários aqueles que, mais tarde, viajaram de Portugal aos principais centros termais da Europa e que de lá trouxeram ideias para serem aplicadas nas concessões termais nacionais.

2.2.1. AS PRÁTICAS TERMAIS NACIONAIS

A utilização dos banhos em Portugal «oscilou desde o início da nacionalidade até aos dias de hoje, entre a terapia e a recreação»¹⁰⁹. No entanto, seria já no século XVIII, com a fundação da Academia das Ciências, o início das análises científicas às águas termais, e o estudo das nascentes minerais, encomendado pelo Marquês de Pombal a Domingos Vandéli (1730-1816)¹¹⁰, que se deram os principais contributos para que o termalismo moderno desse os primeiros passos sólidos em território nacional rumo à sua afirmação e legitimação, num período em que «o costume em Portugal, nos meses de Verão, [ainda] era tomar ares»¹¹¹. Naquela época já estava implementada a vilegiatura nacional, que tinha «como destino preferencial o “campo”» e visava a promoção de cuidados com a saúde, procurando a “mudança de ares”, sendo estas deslocações consideradas «terapêutica para os mais diversos males»¹¹².

Aquele foi o período em que as termas começaram a ser reabilitadas enquanto locais de sociabilidade pela preferência que mereceram por parte da elite nacional que para lá se deslocava cada vez em maior número. Em consequência disso as suas práticas passam a fazer parte dos costumes e

¹⁰⁹ Quintela, Maria Manuel (2008), “Curar e Recrear em termas portuguesas”, em Carlos Pina Cabral e José Carlos Nascimento, *Termas de Portugal*, Lisboa, Pandora, p. 11.

¹¹⁰ Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 35.

¹¹¹ Machado, Júlio César (1875), “Introdução” em Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 7.

¹¹² Quintela, Maria Manuel (2008), “Curar e Recrear em termas portuguesas”, em Carlos Pina Cabral, e José Carlos Nascimento, *Termas de Portugal*, Lisboa, Pandora, p. 16.

hábitos sociais daqueles lugares. Este novo conceito de termalismo foi-se afirmando e expandindo um pouco por todo o país ao longo do século XIX. O seu enraizamento criou a “moda nova” de “ir a banhos” nas termas, que conciliava «mudança de ares, exercício ameno, banhos, copinho, peregrinação, entretenimento, *vita nuova*»¹¹³, elementos essenciais nas novas práticas do termalismo. As estâncias termais eram, no final do século XIX, «o centro principal de atracção das classes burguesas nacionais que as procuravam, não tanto para a cura dos seus padecimentos, mas para descanso e distração»¹¹⁴. Os principais frequentadores das termas eram aristocratas, juízes desembargadores, grandes negociantes, famílias nobres, os elementos do clero, magistrados e os letrados¹¹⁵.

A propósito da importância social das termas, Simões e Ferreira oportunamente citam um artigo publicado na *Gazeta dos Caminhos de Ferro*, de 1899, que definia que para se constituir uma estância balnear estas deveriam contemplar:

«largas avenidas ensombradas de árvores, bonitos passeios com bancos, elegantes *challets* entremeando com outras edificações mais modestas, hotéis razoáveis onde se encobre boa comida e pousada confortável, iluminação nas ruas e praças, asseio por toda a parte, um ou dois clubes elegantes para as valsas e os jogos à noite, um parque para os passeios à tarde e um estabelecimento de banhos de águas doce»¹¹⁶.

Esta descrição demonstra claramente que ao balneário deveriam estar associados diversos outros equipamentos visando a ocupação dos tempos livres e a proliferação dos novos hábitos e costumes sociais. Fica quase a ideia de que o balneário fora relegado para segundo plano, perdendo em importância para os restantes equipamentos. De certa forma, como salientam os mesmos autores, estes locais foram «inventados» para que a monarquia e a aristocracia prolongassem «num outro espaço o essencial do seu estilo de vida e práticas de sociabilidade: saraus, bailes, passeios, equitação, novos desportos como o ténis, remo e vela, encontros galantes». Seguindo o exemplo de além-fronteira, as termas passam a ser locais onde à cura se associavam as festas, as corridas hípias, as regatas, as partidas de ténis, as representações teatrais, «atividades que ficavam registadas em revistas de

¹¹³ Machado, Júlio César (1875), “Introdução” em Ramalho Ortigão, *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 7.

¹¹⁴ Cunha, Licínio (2010) “A República e a Afirmação do Turismo”, em Lousada, Maria Alexandre (2012), “Viajantes e turistas. Portugal, 1850-1926”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 134.

¹¹⁵ Lousada, Maria Alexandre (2010), “Viajantes e turistas. Portugal, 1850-1926”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 68.

¹¹⁶ Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 113.

sociedade e costumes»¹¹⁷. Esta associação entre cura e lazer motivaria a criação de infraestruturas como clubes, parques, jardins e casinos em locais para a sociabilidade e convivência da comunidade balnear daqueles locais.

De resto, Caldas da Rainha, juntamente com Pedras Salgadas, Vidago, Gerês, S. Pedro do Sul e Curia, «vinham experimentando, desde o último quartel do século XIX, um grande ciclo de desenvolvimento e de qualificação»¹¹⁸. A respeito da arquitetura dos complexos termais escreveram ainda Mangorrinha e Pinto (2003), sublinhando que no século XVIII um «novo conceito ganhou forma», usando o exemplo de Caldas da Rainha para ilustrar as novas preocupações arquitetónico-urbanísticas que passaram a estar associadas a estes locais. Nestes passou a haver uma distinção clara entre o «espaço balnear para áreas de tratamento, o clube para salão de festas, jogos e leitura, e as moradias e hotéis para alojamento»¹¹⁹, havendo nalguns casos ainda um parque arbóreo para passeios e jogos. É por isso seguro afirmar que, também em Caldas da Rainha, havia uma notória consciência da necessidade de aproveitar, e fomentar mais ainda, o desenvolvimento das práticas e costumes turísticos e as infraestruturas a eles associadas.

À entrada do último quartel do século XIX, Ramalho Ortigão fez um apanhado daquelas que eram as principais estâncias termais do país¹²⁰, locais onde o termalismo atingira já importância significativa. A moda das termas fez com que, nos finais do século XIX e inícios do século XX, as estâncias termais se apetrechassem de regulamentos próprios, fazendo com que os seus termalistas necessitassem de recorrer a consulta médica obrigatória. Estas regras que definiam as diretrizes do tratamento refletem a importância que o termalismo conquistara na medicina e sustentam a importância dos comportamentos a adotar como complemento aos tratamentos, com destaque para o contacto com a natureza no âmbito da convalescença.

Associados aos banhos estavam, cada vez mais, outros costumes e hábitos que era necessário seguir à risca, tais como a alimentação, o exercício e as distrações, componentes complementares à cura e que contribuíram, também eles, para o desenvolvimento e modernização das termas e das infraestruturas associadas. Na maioria dos casos, estes suplementos eram a prioridade dos que procuravam as termas, sobretudo os acompanhantes dos que realmente necessitavam das aplicações terapêuticas. Esta característica era mais evidente ainda quando aplicada às classes mais abastadas.

¹¹⁷ Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 113.

¹¹⁸ Ferreira, Carlos Cardoso e José Manuel Simões, (2010), “Portugal Turístico ao Tempo da I República: Espaços, Lugares e Projectos”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 86.

¹¹⁹ Mangorrinha, Jorge e Helena Gonçalves Pinto (2003), *Álbum das Termas na Coleção do Centro Português de Fotografia*, Lisboa, Assírio & Alvim, p. 171.

¹²⁰ Consultar o Anexo I.

Estes procuravam as termas como «simples lugares de prazer e de jogo, com prazos anuais dados à moda, ao *chic*, ao amor fácil, à *toilette* ligeira»¹²¹, dando uma clara prioridade aos prazeres.

Ramalho Ortigão (1875) sugeria na mesma obra que os locais para a ida a banhos deviam ser escolhidos em função das «condições mais opostas àquelas em que o doente ordinariamente vive», para que o termalismo pudesse ser fruído num contexto totalmente oposto ao do dia-a-dia do termalista. O mesmo autor alertava também ser «um erro estabelecer que toda a cura termal haja de se realizar no verão», defendendo ainda que o exercício «não é [...] essencial depois de tomar as águas», mas sim um componente «do tratamento geral das moléstias»¹²², refutando a ideia de que o exercício serviria só para ocupar o tempo livre. Estas sugestões de Ortigão mostram que, mais do que as termas já se terem enraizado nas práticas turísticas dos portugueses, mesmo sem haver ainda uma legislação sobre a concessão das mesmas, já havia uma consciência dos comportamentos sociais que estes locais implicavam e das medidas necessárias para os promover mais eficazmente.

A crescente disseminação das práticas termais pelo país e o aumento da procura destas estâncias obrigou à regulamentação e legislação daqueles locais e dos seus hábitos e costumes. A afluência às termas, que «começou a ser habitual na 1.^a metade do século XIX»¹²³, também levou a que se iniciasse a procura de uma regulamentação que ajudasse a legislar as nascentes termais. Apesar dessa ambição, as primeiras tentativas, de 1822 e 1823, não tiveram sucesso. Em boa verdade, todas as tentativas que se seguiram fracassaram e só em 1892-1894¹²⁴ se conseguiu efetivar a legislação das concessões do termalismo em Portugal e para as quais passara a ser necessária autorização governamental (licença de exploração), bem como fiscalização e inspeções. Após a promulgação destes decretos ter-se-á iniciado a «construção de uma parte substancial de modernos edifícios balneares, hoteleiros, recreativos e outros, dando forma à grande maioria das estâncias termais portuguesas»¹²⁵. Ao aumento do número de concessões para a abertura de estâncias termais juntou-se a sofisticação das práticas sociais que tornam estas estâncias locais de moda, lugares de culto e pontos de encontro sazonais.

O início do século XX assistiu ao desenvolvimento oficial das políticas turísticas em Portugal e à afirmação do termalismo no contexto turístico, embora já bastante ameaçado pelo crescimento e desenvolvimento turístico das praias. Apesar da concorrência, a afluência às termas continuou a aumentar e o período republicano coincidiu com o período de maior dinamismo das termas em Portugal. Com a criação da Sociedade Propaganda de Portugal (1906) e, mais tarde, da Repartição de Turismo (1911), as termas foram parte importante da oferta e da propaganda turística nacional. A

¹²¹ Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 24.

¹²² Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 31.

¹²³ Lousada, Maria Alexandre (2010), “Viajantes e turistas. Portugal, 1850-1926, em Lousada, Maria Alexandre e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 68.

¹²⁴ *Diário do Governo* n.º 225, de 5 de Outubro de 1892, p. 772-774, Decreto de 30 de Setembro de 1892 e Decreto de 5 de Julho de 1894.

¹²⁵ Mangorrinha, Jorge (2012), *O que é uma Cidade Termal*, Lisboa, Gráfica 99, p. 38.

promoção das estâncias bem como a procura da regulamentação das suas práticas (termalismo¹²⁶, jogo¹²⁷) e das suas infraestruturas (hotéis¹²⁸) são alguns dos mecanismos que o turismo encontrou para controlar estes locais.

Até 1930 o termalismo tornou-se uma atividade perfeitamente enraizada nas práticas sociais e turísticas dos portugueses. O desenvolvimento dos transportes foi decisivo na democratização do acesso às estâncias termais que, cada vez mais, se destacavam, mais do que pelas suas funções terapêuticas, enquanto polos de dinamismo social, cultural e económico. Com o aproximar do final do período cronológico deste estudo, aproximou-se também um período de decadência do termalismo nacional que se acentuaria nos anos seguintes e que, a espaços, foi tendo algumas reparações, mas sem o dinamismo e a importância da baliza temporal deste estudo. A esta decadência, assente sobretudo a partir do final da década de 30, não foram alheias a indefinição inicial a que o turismo esteve votado no período de instauração da Ditadura Militar (1926) e a constituição do Estado Novo (1933), mas também a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), dada a importante afluência de espanhóis, e ainda, imediatamente a seguir, a II Guerra Mundial (1939-1945). Por outro lado, a afirmação das praias, locais de acesso mais barato, como um maior número de locais de oferta, com maior heterogeneidade de classes sociais e com cada vez mais infraestruturas de lazer associadas, também foi um contributo importante para a queda que a procura termal sofreu.

2.2.2. AS PARTICULARIDADES DO TURISMO CALDENSE

Não é possível conhecer e interpretar a realidade do termalismo caldense do final do século XIX sem conhecer sumariamente as características em que ali desenvolveu aquela atividade. Em primeiro lugar, porque ao contrário de boa parte das estâncias termais em destaque no período áureo do termalismo nacional, a estância caldense não era uma concessão privada, sendo desde o início um dos primeiros exemplos de exploração termal pelo estado, embora a igreja também tenha administrado o hospital durante mais de dois séculos¹²⁹. Em segundo lugar porque, no final do século XV, período em que foi edificado o Hospital Termal, não havia legislação ou regulamentação da atividade, tendo ainda assim havido o cuidado de escolher o melhor local para edificar o estabelecimento em função das várias nascentes que havia na zona¹³⁰. Em terceiro lugar porque, com o início do funcionamento do estabelecimento, foi elaborado o respetivo regulamento, apelidado de *Compromisso da Rainha*, que

¹²⁶ Decreto n.º 5 787-F de 10 de Maio de 1919 e Decreto n.º 15 401 de 17 de Abril de 1928.

¹²⁷ Decreto n.º 14 643 de 3 de Dezembro de 1927.

¹²⁸ Decreto n.º 1 121, de 2 de Dezembro de 1914, Decreto n.º 1 652, de 15 de Junho de 1915, Decreto n.º 10 698, de 15 de Abril de 1925, Decreto n.º 17 174, de 11 de Agosto de 1927, Decreto n.º 18 421, de 5 de Junho de 1930 e Decreto n.º 19 101, de 8 de Dezembro de 1930.

¹²⁹ Em 1532, D. João III entrega a administração do Hospital Termal à Congregação de S. João Evangelista e, em 1775, o Marquês de Pombal restituiu-a ao estado, cf. Mangorinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 71 e 80.

¹³⁰ Da decisão ficou incumbido o médico pessoal da Rainha D. Leonor, António de Lucena, que analisou as nascentes e as águas, «mandando tomar banho a doentes atacados do mesmo mal em várias fontes», cf. Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 22.

entrou em vigor em 1512. Ali foram estabelecidas as regras de funcionamento do Hospital e suas dependências. Uma das medidas estipuladas definia a possibilidade de «tratar-se gratuitamente» os pobres do reino e uma outra a não autorização da frequência do estabelecimento sem «prévio exame do médico do balneário»¹³¹. A consulta médica era, de resto, uma obrigação desde a fundação do estabelecimento. Em quarto e último lugar, porque a fundação do termalismo caldense tem, como vimos, uma forte componente assistencial e, ao contrário de outras estâncias termais, nunca foi projetada com o objetivo de ser dinamizada como polo de sociabilidade e de turismo, muitos menos para as elites. Todas estas características foram sendo conquistadas por mérito próprio ao longo dos séculos, sobretudo após as reformas promovidas por D. João V (1747-1750).

A partir da segunda metade do século XVIII a vila de Caldas da Rainha viveu um período de grande transformação em vários aspetos, e o termalismo e a forma com o mesmo era encarado, por médicos e utentes, não foi exceção. As mudanças também se repercutiram na instituição hospitalar, cuja figura que a representava passa, em 1799, a ser denominada administrador¹³². Seriam estes a colocar no terreno as medidas que possibilitaram que a vila, e não apenas o complexo termal, se dotasse dos meios indispensáveis a um centro de turismo de prestígio. O primeiro dos administradores, Dr. António Gomes da Silva Pinheiro, construiu o Passeio da Copa, antepassado do Parque D. Carlos I, e aumentou a lotação do Hospital Termal em mais 50 camas para fazer face ao aumento da procura. O período do segundo administrador, Dr. Valentino Sedano Bento de Melo, destaca-se sobretudo pela criação do Clube de Recreio, em 1837, local de sociabilidade da elite balnear local. Esta medida significava, ainda relativamente cedo, que já se sentia a necessidade de criar infraestruturas de lazer e ocupação dos tempos livres aos termalistas e seus acompanhantes. A vertente social e de fruição do lazer começava a ter peso significativo nas práticas da atividade termal caldense.

Entretanto, ainda na primeira metade do século XIX, o Hospital sofreu um agravamento das sua situação financeiras. A revolução liberal introduziu medidas económicas, como a suspensão de foros, rendas e outros direitos reais, que contribuiram para retirar ainda mais poder económico ao Hospital, que por ser gerido pelo poder central, viu o seu financiamento passar para o Orçamento de Estado. Este período difícil para a vida económica do Hospital seria amenizado a partir da segunda metade do mesmo século, quando surge a moda da “ida a banhos” e o respetivo desenvolvimento da estância termal. Com um conjunto cada vez maior de atividades lúdicas, que aliciavam à fruição do lazer, a vila tornou-se particularmente apetecível socialmente a estas classes, para quem o “ver e ser visto” era um dos pré-requisitos da estadia nas termas. Quer isto dizer que era possível encontrar assinaláveis diferenças sociais na sociedade caldense, desde o mais pobre enfermo até aos elementos da família real, condição também sublinhada por Mangorrinha (2002) quando destacou que:

¹³¹ Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 8.

¹³² Até então eram denominados provedores. A mudança foi ordenada por D. Maria I, cf. Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 83 e 143.

«a vizinhança permanente entre doentes mais pobres e o cosmopolitismo mundano de uma sociedade veraneante, ou entre uma população residente de origem rural e uma burguesia local quase toda proveniente de proprietários abastados, profissionais liberais e comerciantes, criou na sociedade uma mescla»¹³³.

Apesar dessa característica houve a preocupação de distanciar a frequência das diferentes classes nos banhos em momentos diferentes do dia. Os doentes internos frequentavam o banho até às 6 da manhã e o estabelecimento abria às 7 horas para o público externo¹³⁴. Com a evolução das práticas termais e com o aumento da afluência esta situação seria aperfeiçoada.

O caso das Caldas da Rainha é, por isso, singular. Apesar destas transformações no conceito de termalismo, a vertente assistencial virada para os desfavorecidos, o motivo que lhe deu existência, manteve-se. Essa particularidade fora, de resto, ressaltada no regulamento instituído por Berquó, em 1892¹³⁵, cujo capítulo II, secção 13.^a, artigo 29.º definia que o estabelecimento continuava «a ter por fim principal o tratamento dos doentes pobres do reino»¹³⁶. Para tal, estes deveriam apresentar um «atestado do pároco local da freguesia, onde reside o doente, [...] pelo qual se [provasse] que [era] indigente e não [tinha] rendimentos próprios»¹³⁷. De salientar que, desde a sua fundação, as regras de utilização do hospital/balneário das Caldas da Rainha previam regulamentação e pré-requisitos que só anos mais tarde, nalguns casos séculos, seriam regras utilizadas no âmbito geral do termalismo nacional, situação que reflete de forma inequívoca algum pioneirismo e singularidade do caso caldense. Também reflexo desse vanguardismo, ao longo dos séculos foram sendo introduzidas medidas de modernização da atividade. A higiene e o conforto dos termalistas e a eficácia dos serviços termais foram desde cedo uma preocupação das diferentes administrações.

2.2.3. CONCLUSÃO

Em síntese, a atividade termal caldense viveu um período de grande prestígio com a transformação do conceito de termalismo tradicional num conceito mais virado para o turismo, tendo a este associado o lazer. Esta transformação é transversal, atrevo-me a afirmar, à quase totalidade das estâncias termais nacionais naquela época e que, por isso, não fazem do fenómeno uma particularidade caldense. Da mesma forma, o dinamismo social que se viveu em Caldas da Rainha não foi caso único no território

¹³³ Mangorrinha, Jorge (2002), *À Volta das Termas*, Caldas da Rainha, Livraria Nova Galáxia, p. 285.

¹³⁴ Pinto, Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005) “O Programa e a Arquitectura Termal” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 155.

¹³⁵ Aprovado por Decreto de 24 de Dezembro de 1892, cf. Regulamento do Hospital Real das Caldas da Rainha (1893) Lisboa, Imprensa Nacional.

¹³⁶ Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 4.

¹³⁷ Hospital Real das Caldas da Rainha e Seus Anexos (1892), Regulamento do Hospital Real das Caldas da Rainha, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 29.

nacional. Significa isto que, nas termas de Caldas da Rainha, não se desenvolveu uma atividade termal singular nem distinta das restantes estâncias termais nacionais, registando-se, genericamente, o que se verificava em todas as outras. É, porém, verdade que alguns particularismos e regras próprias dotaram as termas das Caldas da Rainha de alguma singularidade (a vertente assistencial sempre presente, a consulta médica obrigatória desde a fundação) ou facto de ali existir um Hospital Termal, característica que mais nenhuma outra localidade à escala global possuía.

A grande diferença do caso caldense para os restantes, segundo foi possível apurar, é o seu pioneirismo, uma vez que desde cedo, este “novo termalismo” se foi afirmado, nalguns casos, com décadas de antecedência, face a outras estâncias termais como a de Cucos. O termalismo começou por ser o elemento aliciador de frequentadores sendo, por isso, naturalmente importante, mas acabou por se diluir na oferta turística local. No entanto, a administração local foi tomando consciência dessa transformação havendo, desde cedo, a preocupação de promover constantes programas de melhoramentos, não apenas no Hospital e nos seus serviços, mas, compreensivelmente, em toda a vila e nas suas infraestruturas. Estas medidas foram o reflexo claro da consciencialização de que o termalismo assistencial tradicional da vila, embora não sendo, nem devendo ser, dispensado, teria de coabitar com o novo conceito de termalismo, onde a vertente social e recreativa tem uma importância significativa, e a afluência de cada vez mais adeptos do mesmo assim o ditavam e exigiam. O estatuto das classes que, desde cedo, procuraram este novo conceito também foi um fator que influenciou este pioneirismo caldense.

Há, porém, que destacar o facto de só no período de transição do século XIX para o século XX haver legislação concreta sobre a concessão das águas termais, sem que essas medidas tivessem representado alterações significativas no contexto caldense. A singularidade do caso caldense nota-se também no facto de estas termas serem, desde o seu início, uma concessão do estado e de estarem sujeitas a regras, sobretudo de cariz financeiro, distintas das restantes estâncias com concessões privadas. Se é verdade que muitas foram as benesses que o termalismo caldense sofreu pela mão do estado (empréstimos, melhoramentos) não é menos verdade que em épocas de instabilidade económica e política a saúde financeira do Hospital foi severamente agravada dada a sua gestão estatal.

É, por isso, seguro afirmar que a transformação do termalismo caldense se manifestou da mesma forma que as restantes estâncias e também de acordo com o que já se havia estabelecido além fronteira, destacando-se, sobretudo, por ter sido das primeiras estâncias a fazê-lo com regulamentação, com melhoramentos nos serviços e com a introdução de ofertas recreativas variadas desde cedo. Noutra perspetiva, o seu pioneirismo, a sua vertente assistencial, o acompanhamento médico constante e a preferência das classes mais altas foram fatores que também contribuíram para dotar o caso caldense de alguma singularidade e pioneirismo.

3. O NASCIMENTO DE UM CENTRO TURÍSTICO

Fruto das suas particularidades e singularidades, as termas de Caldas da Rainha vinham granjeando prestígio e atenção. A afluência aumentou e diversificou-se deixando de ser exclusivamente termal. A família real era presença frequente, não apenas para uso das termas, mas também para assistir a programas sociais. Por isso, tal como em muitos outros locais similares, existia uma cada vez maior procura dos espaços, da sociabilidade e dos programas recreativos que ali existiam. Os espaços locais sofreram modernizações tentando responder às novas exigências sociais e recreativas. A hotelaria aumentou, dispersou-se e especializou-se tentando também ela suprir carências e responder a necessidades.

É, por isso, importante responder a algumas questões relacionadas com estes três particularismos do centro de turismo de Caldas da Rainha. Por um lado, fruto do seu mediatismo terá a presença real em território caldense representado um contributo decisivo no desenvolvimento turístico, social e económico que a localidade viveu no referido espaço temporal? Por outro lado, terá o fim da monarquia representado um travão na afirmação do turismo local? Numa outra perspetiva, e fruto das transformações vividas em Caldas da Rainha, terão as reformas urbanísticas, arquitetónicas, sociais e dos serviços sido geradoras de um novo impulso turístico local? A hotelaria refletiu o aumento da popularidade turística de Caldas da Rainha?

3.1. AS VISITAS DA FAMÍLIA REAL

A presença da família real foi um claro fator de prestígio de atração para o termalismo caldense. A análise às visitas da família real tem o objetivo de perceber que influência terá tido essa presença no turismo de Caldas da Rainha no período cronológico 1875-1910. A análise desta permite constatar a presença de praticamente todos os elementos da família real em solo caldense, dentro do período cronológico (1875-1910). Apenas não foi possível encontrar registos da presença das infantas D. Maria Ana (1843-1884), D. Antónia (1845-1913) e D. Maria Ana (1887). A infanta D. Maria Ana casaria com Frederico Augusto Jorge, rei de Saxe, em 1859 e ali residia não tendo descendência, já D. Antónia, casou no ano seguinte com o príncipe Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen, onde com ele e com os três filhos residia. Da infanta D. Maria Ana, filha de D. Carlos e D. Amélia, não há registo, pois a criança morreu dias depois do parto¹³⁸. Todos os restantes elementos da família real – reis, rainhas e infantas – marcaram presença na vila de 1875 até 1910. Tanto Nevada Stood Haves como D. Augusta Vitória de Hohenzollern-Sigmaringen contrairiam matrimónio com o infante D. Afonso (1917) e com o rei D. Manuel II (1913), respetivamente, já depois da implantação da República e numa altura em que qualquer um dos elementos da família real já não residia em território nacional, não fazendo, por isso, parte do objeto de estudo deste capítulo.

Sendo certa e conhecida a ligação entre Caldas da Rainha e a monarquia, a mesma tornou-se mais constante depois das visitas de D. João V (1742-1747), em sequência das quais foi remodelada a

¹³⁸ Ramos, Rui (2013) 8.ª edição, *D. Carlos (1863-1908)*, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 51.

Casa Real¹³⁹, local indispensável para o alojamento da família. No final do século seguinte, no plano reformista por si implementado, Rodrigo Berquó iria remodelar e ampliar aquele espaço, transformando-o em Palácio Real, numa altura em que o Grand Hotel Lisbonense também servia para alojar comodamente a corte. A proximidade geográfica de Caldas da Rainha e Lisboa pode também ajudar a explicar esta preferência dos monarcas pelas termas caldenses, sendo importante ressaltar a insuficiência e as deficientes condições das vias de comunicação nacionais, condicionantes de qualquer deslocação, aconselhando-se por isso viagens curtas.

Às visitas reais iriam estar associados também os novos hábitos impostos pelo liberalismo e pelas novas classes emergentes. A “ida a banhos” tornara-se moda também para a família real. Nesse contexto, Caldas da Rainha constituiu-se como um dos mais importantes centros de vilegiatura do país, sendo a presença da família real um motivo de romarias de curiosos e entusiastas. Várias são as referências da passagem de elementos da realeza pela vila, relatos que, regra geral, fazem subentender uma forte empatia. A presença daqueles era também uma oportunidade para as gentes locais observarem de perto as mais altas figuras do país, os seus comportamentos, os seus hábitos e costumes e as suas modas, de partilhar os mesmos espaços e, eventualmente, de poder socializar com aquelas personalidades.

Em 1897, Sotto-Mayor apresenta a vila como um local ideal para a «fidalguia sempre sequiosa de divertimentos, sempre desejosa de flunar e mostrar o luxuoso das suas equipagens e a sobriedade das suas ostentações», conjugadas com os «bulícios da corte» e com a «folia e as galas para a fidalguia pretensiosa»¹⁴⁰. No fundo, permitia levar à prática a máxima em voga na época de “ver e ser visto” junto dos mais destacados vultos da sociedade e, por hipótese, aparecer junto daqueles nas notícias, nas revistas ou nos jornais, que começavam a proliferar no final do século XIX¹⁴¹. Esta ideia é bem definida por Serra (2003), que a resume de forma elucidativa da seguinte maneira:

«a presença nas Caldas, durante o mês de Agosto, de um grupo de celebridades, atraído pela presença da família real e de figuras públicas, das profissões liberais, da vida literária e artística do País, criou condições para a atenção da imprensa a este pequeno microcosmos».¹⁴²

¹³⁹ Apesar da construção do Palácio Real, os monarcas estiveram «sempre mal alojados e pouco em harmonia com a sua alta categoria social», uma vez que «a denominada Casa Real foi sempre, desde princípio, o menos digna possível de tal denominação, na sua acepção vulgar», cf. Ferreira Madaíl, A. J. (1911) *Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha. Typographia e Papelaria Dias e Paramos, p. 9.

¹⁴⁰ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, pp. 30-31.

¹⁴¹ O primeiro periódico local foi *O Demócrito*, em 1884, sendo inauguradas mais seis publicações nos nove anos seguintes, cf. Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 352.

¹⁴² Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 352.

Esta afirmação demonstra que a presença da família real era um importante fator de prestígio, não apenas pela presença em si, mas também pela significativa afluência de famílias nobres que se sentiam atraídas pelo local e pela possibilidade de circular nos mesmos espaços da realeza. Esta vertente mediática e de chamariz é indicadora da importância social da presença real.

Focando a atenção na presença da família real em solo caldense no período final do século XIX, depois de um interregno, por força das Lutas Liberais, foi D. Pedro IV quem reatou a prática real de ir passar uns dias na época balnear em Caldas da Rainha¹⁴³. É importante salientar que, com este monarca, se iniciou a fase de maior proximidade na ligação entre a família real com a localidade, tendo todos os reis passado, pelo menos, uma temporada na vila¹⁴⁴.

Do ponto de vista dos caldenses, naturalmente que a expectativa da presença da família real era motivo de regozijo, motivo para se engalanarem as ruas e os espaços por onde a realeza iria circular, para usar as *toilettes* mais sofisticadas. Havia sempre a preocupação de receber a comitiva real com a pompa e circunstância que os grandes acontecimentos merecem. Exemplo desta preocupação é a descrição de Ramos (2013), que cita o pedido do ministro João Franco ao monarca, datado de 5 de Julho de 1896, para que este alterasse «a chegada às termas das Caldas da Rainha para um domingo, de modo a poder organizar “a melhor receção possível”¹⁴⁵. Este relato reflete claramente que havia a preocupação da administração central de enveredar os esforços necessários para tornar essas receções e festas o melhores possível. Por outro lado, demonstra que a presença da família real era um motivo de festa para a vila que, por sua vez, sentia a necessidade de se engalanar para receber o monarca.

A presença real em solo caldense e respetivas manifestações a ela associadas servem de barómetro para medir a importância social e económica da mesma. As festas que se preparavam para as receções demonstram o interesse da comunidade para com as principais figuras da monarquia. Economicamente merecia relevo o facto de esta presença representar, para os serviços locais (hotelaria, restauração, termas, equipamentos lúdicos, entre outros), uma perspectiva tentadora de receita, face à afluência de curiosos.

No contexto da presença real em solo caldense merece destaque a presença de D. Fernando II (1816-1885)¹⁴⁶. Este monarca foi presença habitual na vila nos primeiros dez anos do último quartel do século XIX, juntamente com a sua segunda esposa, a Condessa de Edla, e com o infante D. Augusto¹⁴⁷. D. Fernando II destacou-se pela particularidade de ter sido um dos maiores entusiastas da instituição da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha, no ano de 1884. Sendo conhecida a sua paixão pelas

¹⁴³ Rodrigues, Luís Nuno (1993), “Fontes para o Estudo do Período Liberal nas Caldas da Rainha” em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 186.

¹⁴⁴ Franco d’Araújo, Hugo (2010) “Da Corte à República” em Dora Mendes (Coord.), *A República a Banhos: O Hospital Termal e a I República*, Óbidos, Centro Hospitalar do Oeste Norte, p. 14.

¹⁴⁵ Ramos, Rui (2013) 8.ª edição, *D. Carlos (1863-1908)*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 143.

¹⁴⁶ Consorte de D. Maria II, regente do trono por várias vezes e pai dos dois monarcas que sucederam à esposa, D. Pedro V e D. Luís.

¹⁴⁷ D. Maria II falecera em 1853 e D. Fernando casaria, em 1869, com Elise Hensler, Condessa de Elba, cf. Bonifácio, Maria de Fátima (2011) 10.ª edição, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 300-301.

artes – o cognome “Rei Artista” é sintomático – não é de estranhar que fosse um grande apreciador, inclusive comprador «em grandes quantidades»¹⁴⁸, das artes cerâmicas caldenses. Foi também com o seu incentivo que, na vila, se inaugurou aquela unidade industrial, gerida pelos irmãos Rafael e Feliciano Bordalo Pinheiro.

Esta vertente filantrópica e mecenática de D. Fernando II era mais uma razão pela qual a presença da família real era bem-vinda na vila¹⁴⁹. Em 1878, o jornalista catalão Luís Vermell y Busquets, de passagem pela vila, destacava o carácter do monarca ao mesmo tempo que elogiava a família, destacando-os pelo «afecto do trato», pelo «bem material que semeiam por toda a parte» e ainda por ser comum ver D. Fernando «dançar com diferentes pessoas [...] e tomar chá entre tantas porém dignas e respeitadas classes sociais»¹⁵⁰. O exemplo de D. Fernando II demonstra que a presença da família real era importante não apenas pelo seu prestígio. As ações materiais que aqueles levavam a cabo eram também motivo de satisfação para a comunidade local, refletindo-se isso nas constantes manifestações de apreço da comunidade para com os mesmos.

A componente de sociabilidade era ainda assim a face mais visível do impacto que a presença real tinha na dinâmica local. De passagem pela vila, em 1879, a princesa Rattazi referiria a respeito do já mencionado D. Augusto (1847-1889) que o mesmo era um apreciador da localidade, destacando-se como «excelente dançarino [fazendo] as delícias do clube, onde [passava] todas as noites uma ou duas horas»¹⁵¹. A deambulação dos membros da família real pelos principais locais da sociabilidade balnear caldense, nomeadamente o Parque D. Carlos I e o Clube de Recreio, fazia as delícias da comunidade local, não só dos que tinham a oportunidade de chegar perto e confraternizar, como daqueles que, não tendo essa benesse, se satisfaziam com a contemplação dos costumes e hábitos daqueles.

O rei D. Luís I (1839-1889) terá sido o monarca com a presença mais discreta de todos os que frequentaram a vila neste período, não existindo testemunhos pormenorizados da presença do mesmo em solo caldense. Encontram-se, sobretudo, referências à sua passagem e uma recomendação ao administrador Nazareth, em 1883, em que o monarca destaca as termas caldenses enquanto local ideal para curar os problemas de saúde de Nazareth¹⁵². Merece, porém, destaque a sua esposa, a rainha D. Maria Pia, que se deslocava com frequência à vila, sobretudo após a morte de D. Luís. Disso são exemplos as visitas realizadas em 1905, na companhia do infante D. Afonso, e em Fevereiro de 1907, com a princesa Matilde de Saxe¹⁵³, ficando nesta ocasião hospedada no Grand Hotel Lisbonense, tendo ainda visitado o Hospital Termal e a Fábrica de Faianças Bordalo Pinheiro¹⁵⁴.

Todavia, seria D. Carlos (1889-1908) o monarca com um impacto mais forte no contexto local e também aquele que maior eco teria na imprensa local, justificada também por uma maior

¹⁴⁸ Correia, Fernando da Silva (1995), *Pergaminhos das Caldas*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 103.

¹⁴⁹ Da sua faceta de filantropo faz Mónica uma resumida síntese em Mónica, Maria Filomela (2012) 8.ª edição, *D. Pedro V*, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 190.

¹⁵⁰ Correia, Fernando da Silva (1995), *Pergaminhos das Caldas*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 103.

¹⁵¹ Correia, Fernando da Silva (1995), *Pergaminhos das Caldas*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 109.

¹⁵² Espinha da Silveira, Luís Nuno e Paulo Jorge Fernandes (2006), *D. Luís*, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 118.

¹⁵³ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 798 de 1 de Junho de 1943 e n.º 803 de 20 de Julho de 1943.

¹⁵⁴ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 1608 de 1 de Fevereiro de 1963.

proliferação de publicações durante o seu reinado. Durante os quase vinte anos de reinado, D. Carlos terá sido o monarca que, enquanto tal, mais vezes visitou a vila e que com esta estabeleceu uma relação mais próxima e também mais empática. Presença habitual na vila desde criança, habituado à sociabilidade local, aquando da subida ao trono, as suas deslocações à vila, sozinho ou na companhia da rainha D. Amélia e dos infantes D. Luís Filipe e D. Manuel, eram um dos momentos altos da época balnear.

O monarca deixava-se identificar «com fidalgos, fadistas e toureiros», fomentando a sua própria inserção na comunidade local, construindo nesses locais e nas suas gentes um «sentimento de pertença a um meio social composto de classes sociais diferentes», destacando-se ainda como um «paisagista, como proprietário rural, como lavrador, como caçador, como excursionista»¹⁵⁵. No fundo, alguém que para além da sua componente política e governativa, tinha gosto pelo lazer e pelas atividades que lhe davam prazer. Neste particular, D. Carlos destacava-se por se dedicar à caça, à equitação, à pintura e à produção de vinho, cortiça e azeites. No âmbito desportivo destacava-se a nadar, remar, jogar ténis ou velejar. Foi um dos «primeiros a cultivar com regularidade todas estas práticas desportivas, levando pelo exemplo membros da coroa a segui-lo»¹⁵⁶, destacando-se como um *sportsman*.

Não consta que, em território caldense, tenha posto em prática as suas qualidades desportivas e artísticas como fazia com regularidade em Cascais, no Vidigal ou em Vila Viçosa, mas as mesmas são características de um monarca com diversos *hobbies*, pelos quais era apaixonado e aos quais se dedicava. No contexto desportivo caldense, D. Carlos destacava-se enquanto apreciador de touradas, uma das atividades mais badaladas na época balnear local, sendo inclusive amigo pessoal e admirador de Victorino Fróis, lenda da tauromaquia local.

Por outro lado, a sua disponibilidade para o ambiente festivo e descontraído das temporadas que passava nas termas faziam com que se notabilizasse, sobretudo, nas vertentes da sociabilidade e da convivência¹⁵⁷. O seu lado de conviva fora, inclusive, motivo de crítica de alguns dos seus adversários políticos. Disso é exemplo o desabafo de António Cândido a José Luciano de Castro, em Agosto de 1895, em que o primeiro lamenta o facto de «el-rei [continuar] a divertir-se nas Caldas, e a divertir-se ruidosamente». Mas a fama de ser alguém que tinha uma assinalável inclinação para o prazer em detrimento das questões políticas do país era uma convicção generalizada. Aproveitando-se disso, os republicanos lamentavam o facto de D. Carlos não ter adotado um estilo de vida menos dado a bailes e receções grandiosas¹⁵⁸.

Independentemente das opiniões dos seus adversários e inimigos políticos e mesmo com outros locais e motivos de interesse na ocupação do seu tempo livre, havia, de facto, uma

¹⁵⁵ Ramos, Rui (2013) 8.ª edição, *D. Carlos*, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 174.

¹⁵⁶ Ramalho, Margarida Magalhães (2001), *Fotobiografias Século XX. Rei D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 101-127.

¹⁵⁷ O periódico local *Cavacos das Caldas* refere a sua presença na assistência de provas tauromáquicas ou num concerto promovido pelas Marquesas de Montalim e Fronteira, cf. *Cavacos das Caldas*, n.º 8 de 1 de Setembro de 1896, p. 15 e *Cavacos das Caldas*, n.º 9 de 15 de Setembro de 1896, p. 10.

¹⁵⁸ Ramos, Rui (2013) 8.ª edição, *D. Carlos*, Lisboa, Circulo de Leitores, p.150.

cumplicidade entre a vila caldense e o monarca, também consumada, em forma de homenagem, na atribuição do seu nome, e necessária anuência do próprio, ao Parque D. Carlos I e ao futuro Hospital D. Carlos, bem como na presença do rei na inauguração do Hospital Civil de Santo Isidoro, em 1893. A estas homenagens não terá sido alheia a amizade de Berquó, proponente das referidas denominações e às quais não serão também estranhas as condecorações que este recebeu de D. Carlos.

Testemunhos recolhidos no periódico *Cavacos das Caldas* relacionados com a visita de D. Carlos à vila nos anos de 1896 e 1897 permitem perceber o entusiasmo das gentes locais em torno das visitas. Uma notícia de 1 de Agosto de 1896 refere que se preparavam «festejos em sua honra, o que quer dizer, mais uma vez demonstram os caldenses a sua afeição respeitosa pelo Chefe de Estado»¹⁵⁹. A mesma notícia felicita a vila e os caldenses «por visita tão ilustre» e salienta «as festas e as iluminações, em honra d’El-Rei» que se haviam preparado para o dia da chegada referindo, após a partida do monarca, que «o acontecimento da quinzena» havia sido «os festejos que em honra de S.M. El-Rei, muito merecidamente se celebraram no dia da sua chegada». Ainda a este propósito destaca o mesmo periódico a espontaneidade das gentes locais nas manifestações de agradecimento ao rei¹⁶⁰. Salienta ainda o *Cavacos das Caldas*, a propósito da visita de 1897, que «a vinda de S. M. [era] sempre muito grata a todos os caldenses»¹⁶¹, sendo motivo de celebração e organização de festas. Importante nestas visitas, ainda segundo o mesmo periódico, era contribuírem «prodigiosamente» para uma «consideravelmente, enorme», afluência de visitantes, sublinhando o periódico «um certo lucro financeiro» que dessas festas resultara¹⁶². Através destes testemunhos pode verificar-se a preocupação dos locais em receber da melhor forma possível o rei, mas também a importância económica associada a estas visitas.

Mas a importância da presença de D. Carlos para a comunidade local também se pode medir pela comissão destacada para as receções ao monarca, na estação no dia da chegada. A propósito de uma viagem do monarca à Batalha e Leiria, na companhia do príncipe Guilherme de Hohenzollern, o comboio onde viajavam parou por breves minutos na estação da vila, o que motivou a presença na estação das mais destacadas figuras locais, tais como o «Sr. Asdrubal de Andrada Mendça, Presidente da Câmara; Dr. Augusto Cymbron, diretor do Hospital Real; Dr. Raynaud Sampaio, administrador do concelho; Eduardo Augusto Mafrá, secretário da mesma administração, Calaças da França, escrivão da fazenda, padre Sangreman Henriques, prior da freguesia de Nossa Senhora do Pópulo», entre outros. À presença destes acrescentaram-se as «muitas girândolas de foguetes e a Nova Filarmónica Caldense», complementados com «vivas a El-Rei, à Rainha D. Amélia, ao Príncipe Guilherme e à família real portuguesa»¹⁶³. Estas manifestações por parte da administração e respetiva dispersão pela imprensa são indicadores fortes da consciência dos locais para a importância da presença do monarca em solo caldense e do agradecimento que faziam questão de lhe prestar.

¹⁵⁹ *Cavacos das Caldas*, n.º 6 de 1 de Agosto de 1896.

¹⁶⁰ *Cavacos das Caldas*, n.º 8 de 1 de Setembro de 1896.

¹⁶¹ *Cavacos das Caldas*, n.º 18 de 1 de Junho de 1897.

¹⁶² *Cavacos das Caldas*, n.º 7 de 15 de Agosto de 1896.

¹⁶³ *Jornal O Circulo das Caldas*, n.º 560, de 1 de Março de 1907.

O mesmo frenesim repetir-se ia em todas as visitas reais, mesmo naquelas em que o monarca não era o foco principal, mas sim os restantes elementos da família real. A admiração e respeito por D. Carlos era extensível à rainha e aos príncipes que também eram bafejados pelo entusiasmo dos locais sempre que se deslocavam à vila. Disso é exemplo uma breve notícia do periódico *Cavacos das Caldas*, que faz menção à chegada de D. Amélia (1865-1951) para visitar D. Carlos. A notícia salienta as ruas «vistosamente embandeiradas», mas também os respeitosos cumprimentos que a rainha recebeu ao longo daquele dia em que se deslocou à vila¹⁶⁴. Merece ainda destaque, em 1904, uma outra visita de D. Amélia e dos príncipes D. Luís Filipe e D. Manuel. A presença da família real motivou um pedido de audiência por parte da colónia espanhola que se encontrava em veraneio na vila. Esse contacto com a rainha, relatado na imprensa, serviria como agradecimento pela «cativante hospitalidade», «pela gratidão» que os espanhóis tinham pelos caldenses e «pelo acolhimento carinhoso com que estes sempre os receberam». Aproveitaram ainda os espanhóis para solicitar a D. Amélia a sua proteção e presença na vila para «todos os anos dar vida e alegria à localidade».

A propósito da chegada à vila da família real, a mesma publicação sublinha «um afetuoso e entusiástico acolhimento» por parte dos caldenses, salientando aquela como uma «manifestação imponente e significativa pela sinceridade do sentimento»¹⁶⁵. O mesmo afeto seria referido aquando do regresso de D. Manuel a Lisboa, dias depois¹⁶⁶. A rainha D. Amélia regressaria novamente no ano seguinte na companhia dos filhos e dos seus irmãos, a princesa Luísa de Orleans e o duque de Montpensier, embora desta vez apenas de passagem. Ainda que breve, relata a imprensa, o acontecimento foi motivo para «uma imponente manifestação», destacando ainda as presenças, na estação, da banda dos Bombeiros, que «fez a guarda de honra» e do Dr. Augusto Cymbron, diretor do Hospital, que ofereceu flores à rainha¹⁶⁷.

Estes testemunhos levam-me a afirmar com relativa segurança que a comunidade local, mais do que respeitar as figuras reais, tinha por todos eles admiração e simpatia e não perdia a oportunidade de demonstrar publicamente esses sentimentos a cada visita real. O caso particular do pedido de audiência da comunidade espanhola que, por ser forasteira, permite um relativo distanciamento da análise dos, nem sempre isentos, testemunhos das gentes locais, é elucidativo e sintomático da empatia e vontade da presença de D. Amélia no caso referido, mas também em relação à hospitalidade dos caldenses. Demonstra também os fortes laços que ligavam as duas partes e salienta o ambiente de festa que a vila vivia sempre que algum elemento real se deslocava à vila, mesmo que de passagem.

Dada a proximidade da família real com a vila, o regicídio de Fevereiro de 1908 representou uma rutura abrupta e inesperada na relação entre D. Carlos e Caldas da Rainha. Seria de esperar que a imprensa local fizesse referência à tragédia, sobretudo à perda de um dos mais importantes elementos na dinâmica social da época balnear da vila como era aquele monarca. No único periódico local que

¹⁶⁴ *Cavacos das Caldas*, n.º 8 de 1 de Setembro de 1896

¹⁶⁵ *Jornal O Circulo das Caldas*, n.º 469, de 20 de Agosto de 1904.

¹⁶⁶ *Jornal O Circulo das Caldas*, n.º 470, de 1 de Setembro de 1904.

¹⁶⁷ *Jornal O Circulo das Caldas*, n.º 506, de 1 de Setembro de 1905.

foi possível consultar com referências ao assassinato real¹⁶⁸ existe uma natural referência ao acontecimento, intitulado “A tragédia do dia 1 de Fevereiro”. O periódico lamenta o acontecimento e lança votos de um reinado feliz a D. Manuel II e ao país. Ainda no mesmo número do mencionado periódico existe uma referência à celebração de «duas missas sufragando as almas de El-Rei D. Carlos e do Príncipe D. Luís Filipe» na Igreja de Nossa Senhora do Pópulo, na vila. Não tendo sido possível recolher outros testemunhos locais relativos ao acontecimento, estranho a não referência, no jornal consultado, à ligação de D. Carlos à vila e ao seu contributo para a dinâmica social local e inclusive à simpatia que a localidade tinha pelo monarca. Seria de perspetivar outro tipo de abordagem ao acontecimento, sobretudo tratando-se de uma publicação local, tendo inclusive em conta eventuais ligações/preferências políticas das publicações locais.

De qualquer forma, os acontecimentos de 1 de Fevereiro de 1908 não representaram o fim imediato da ligação da família real a Caldas da Rainha. Ainda que nada o fizesse prever, o infante D. Manuel (1889-1932) acabou por ascender ao trono com 18 anos. A sua relação com Caldas da Rainha reveste-se de alguma singularidade, na medida em que desde criança ali se deslocou propositadamente tanto para fins terapêuticos¹⁶⁹, como para recreio. Tendo sido desde criança ensinado a montar a cavalo, destacava-se também a caçar, a esgrimir, a remar e a jogar ténis¹⁷⁰, sendo apreciador das atividades físicas. Compreendem-se, por isso, as suas visitas à vila para assistir às provas hípicas, sobretudo na companhia do irmão, D. Luís Filipe (1887-1908).

Assim aconteceu em 1906, noticiava *O Círculo das Caldas*, quando os príncipes se deslocaram de automóvel à vila, adiantando a publicação que, além das provas hípicas, assistiram também a provas de patinagem e de tiro. A notícia, à semelhança do já relatado a propósito de outras visitas reais, refere as manifestações e afeto, salientando inclusive que a despedida, tal como a receção, aos príncipes «muito bem os impressionou»¹⁷¹. O mesmo periódico refere nova visita do infante D. Manuel no ano de 1907. A visita dividiu-se em duas fases: uma primeira de passagem e uma segunda para, mais vez, assistir ao Concurso Hípico. Novamente a publicação, a propósito da primeira visita, refere as festas de receção, com as atuações da «Banda da Guarda Municipal e a Filarmónica Caldense», «girandolas de foguetes» e ainda «uma sessão de hipismo e uma corrida de vacas». Já a propósito do Concurso Hípico, dias mais tarde, sublinha o periódico que D. Manuel «ficou muito bem impressionado com a distinta festa que presenciou e elogiou calorosamente todos os membros da comissão do concurso e os cavaleiros que mais se distinguiram naquele dia»¹⁷². D. Manuel era, independentemente da sua posição social, um apreciador do ambiente desportivo local, sendo presença ativa nos Concursos Hípicos.

¹⁶⁸ Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 593, de 9 de Fevereiro de 1923.

¹⁶⁹ Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 469, de 20 de Agosto de 1904.

¹⁷⁰ Proença, Maria Cândida (2013), *D. Manuel II*, Lisboa, Círculo de Leitores.

¹⁷¹ Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 544, de 20 de Setembro de 1906.

¹⁷² Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 578, de 1 de Setembro de 1907 e n.º 579, de 13 de Setembro de 1907.

Todavia, enquanto rei, D. Manuel II só se deslocou a Caldas da Rainha por uma única vez, em 10 de Setembro de 1910, assistindo ao Concurso Hípico¹⁷³, evento que nesse ano contava com a presença do seu tio, o infante D. Afonso, como membro do júri. A propósito dessa visita é referida a «imponente recepção» ao monarca e simultaneamente a importância desse acontecimento como demonstração da «estima e admiração» e de «um arreigado amor à monarquia» por parte dos caldenses. É ainda sublinhado que o próprio D. Manuel II enviaria, dias depois, um telegrama a agradecer a forma como a vila o havia recebido, naquela que seria a última presença de um rei de Portugal na vila¹⁷⁴.

Resumindo, a ligação da família real à vila foi, entre 1875 e 1910, uma característica quase intrínseca de ambas as partes. Caldas da Rainha era «terra monárquica por excelência» e nutria por toda a família real «a mais profunda amizade e simpatia» acolhendo calorosamente os visitantes reais, demonstrado o «quão fortes [eram] os elos que a [prendiam] às instituições vigentes»¹⁷⁵. Em 1911 Ferreira Madaíl afirmaria, no dealbar do Regime Republicano, que «o Hospital e a vila mereceram sempre a proteção da família real, e vários membros dela a frequentavam a miude, quer para tratamentos, quer para gozo»¹⁷⁶, ideia que subentende uma relação longa e especial de parte a parte.

Analisando as visitas reais, estas foram um indiscutível contributo para a transformação local. A remodelação da Casa em Palácio Real procurou dotar o local de condições condignas para o alojamento real. Por seu turno, o Hospital sofreu obras de modernização e ampliação, fruto da maior afluência que a comitiva real também gerava. O funcionamento dos banhos, tendo em conta que o estabelecimento manteve a sua característica assistencial, também foi revisto e regulamentado para que cada uma das facções, doentes internos e banhistas externos, não se cruzassem ao mesmo tempo nas piscinas e banheiras. As infraestruturas de recreio foram também intervencionadas, com especial destaque para o Clube de Recreio e para o Passeio da Copa, transformado em Parque D. Carlos I. A estes junta-se ainda o desenvolvimento dos primeiros estabelecimentos hoteleiros. O desenvolvimento da cerâmica foi mais um contributo que contou com a iniciativa da família real.

Estas transformações do microcosmos local são a constatação da importância da presença real em solo caldense. É seguro afirmar que a presença dos principais elementos da monarquia contribuiu para o desenvolvimento do turismo local, que conjugado com outros contributos, ajudou à afirmação turística da vila. Por outro lado, a rutura da ligação real a Caldas da Rainha, imposta pela implantação da República, não representaria qualquer tipo de travão na afluência e no desenvolvimento da atividade turística local, o que reflete a não exclusividade da presença real como fator decisivo em

¹⁷³ No ano anterior, a imprensa local registou a passagem pela vila do infante D. Afonso e que a esse respeito teria tecido considerações sobre a satisfação com que havia sido recebido e em relação à qualidade da organização do Concurso Hípico, cf. *Círculo das Caldas*, n.º 648 de 3 de Setembro de 1909.

¹⁷⁴ Franco d'Araújo, Hugo (2010) «Da Corte à República» em Dora Mendes (Coord.), *A República a Banhos: O Hospital Termal e a I República*, Óbidos, Centro Hospitalar do Oeste Norte, pp. 14-15.

¹⁷⁵ Franco d'Araújo, Hugo (2010) «Da Corte à República» em Dora Mendes (Coord.), *A República a Banhos: O Hospital Termal e a I República*, Óbidos, Centro Hospitalar do Oeste Norte, p. 15.

¹⁷⁶ Ferreira Madaíl, A. J. (1911), *Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Typographia e Papelaria Dias e Paramos, p. 9.

todo o processo. O Hospital registaria, inclusive, os seus anos de maior influência na década de 1920, tal como a indústria hoteleira, que alcançaria na mesma década a estabilidade do desenvolvimento da sua oferta. As políticas oficiais de turismo haveriam igualmente de contribuir para potenciar o desenvolvimento da atividade turística já no período republicano. É, por isso, correto afirmar que, objetivamente, o fim da monarquia não contribuiu de forma alguma para uma desaceleração do progresso e disseminação das atividades e práticas turísticas.

3.2. NOVOS ESPAÇOS, NOVAS SOCIABILIDADES

Os novos hábitos sociais trazidos pelo liberalismo e postos em prática pelas elites aristocratas que frequentavam os lugares de turismo trouxeram novas regras e prioridades sociais. Por consequência, os espaços onde essas novas posturas sociais foram postas em prática ascenderam enquanto locais centrais na composição quotidiana desses lugares de turismo. A preferência das elites por estes lugares influenciou de forma clara o desenvolvimento e enraizamento de novos hábitos, práticas e costumes sociais, ao mesmo tempo que contribuiu para a construção e definição dos novos espaços de sociabilidade. Tal como aconteceu no contexto internacional, as estâncias termais, onde se inclui a de Caldas da Rainha, afirmaram-se enquanto espaços de sociabilidade procurados pelas classes aristocratas e, tal como no caso caldense, pela coroa. Estas classes procuravam nestes locais exibir os seus comportamentos e indumentárias sofisticadas.

No contexto de Caldas da Rainha, tiveram um papel absolutamente decisivo no dinamismo e cosmopolitismo social local algumas das infraestruturas cuja missão era a ocupação de tempos livres de termalistas e turistas. O local que mais se distinguiu pela importância social da sua afluência foi o Clube de Recreio. Este, fundado em 1837 e remodelado no final da década de 1880¹⁷⁷, era a «ostentação elegante das Caldas»¹⁷⁸, o «retiro agradável dos banhistas»¹⁷⁹. Lugar por excelência da sociabilidade local, estava aberto todo o ano, «desde as oito horas até à meia-noite»¹⁸⁰. Era onde a elite caldense se reunia à noite. De acordo com os regulamentos de 1862 e 1888, mediante pagamento de inscrição, os sócios e respetivas famílias tinham acesso à programação e eram servidos de chá e torradas, todos os dias após as 22 horas¹⁸¹. O simples facto de o acesso ao Clube estar limitado à disponibilidade económica dos seus frequentadores reflete o estatuto social destes e é revelador da sofisticação dos hábitos, práticas e ambições sociais que ali existiam. O Clube permitia contrariar o

¹⁷⁷ A remodelação e ampliação aconteceu na gestão de Rodrigo Berquó. As obras decorreram entre 1889 e 1890, cf. Mangorrinha, Jorge (1996), “Da Felgueira às Caldas da Rainha. A Arquitectura Termal”, em Jorge Mangorrinha (Coord.) (1996), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, p. 64.

¹⁷⁸ Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 16.

¹⁷⁹ Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha: a sua história. as suas águas. as suas curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 113.

¹⁸⁰ Ortigão, Ramalho (1987), *Turista de Portugal*, Lisboa, Instituto Rainha D. Leonor, p. 30.

¹⁸¹ Poderiam ser sócios do Clube «todas as pessoas decentes, de boa sociedade, e como tais, ou já conhecidas pela sua inscrição nos anos anteriores, ou de novo apresentadas e abonadas por outro qualquer assinante», cf. Regulamento do Club de Recreio (1862).

individualismo, característico da sociabilidade até então, e em sentido contrário estreitar a convivência pública, ainda que neste caso num ambiente seleccionado pela imposição económica de uma inscrição.



Figura n.º 3.1. Céu de Vidro do Clube de Recreio do Parque D. Carlos I, coleção Miguel Chaby

No Clube existia um salão para «bailes, concertos e quaisquer outras distrações gratuitas»¹⁸², mas também uma biblioteca, uma sala de leitura, uma sala para jogos de mesa e uma sala de bilhar, sendo os jogos das últimas duas salas pagos. Disponha ainda de casas de banho, guarda-roupa, cozinha e o Céu de Vidro (Figura n.º 3.1.). Este último é uma estrutura em ferro e vidro que faz a cobertura da passagem entre o Largo do Hospital e a alameda principal do Parque D. Carlos I.

Afirmou-se como o espaço social por excelência da comunidade elegante local, por onde deambulavam as elites balneares que frequentavam as termas caldenses. Ali conversava-se, bebia-se chá e lia-se o jornal, «seguindo a velha máxima de ver e ser visto»¹⁸³. Acessível apenas aos sócios do Clube, quem não tinha a possibilidade de aceder ao seu interior, muitas vezes satisfazia-se com a contemplação, através das paredes de vidro, dos que lá entravam, invejando as suas modas e hábitos. A criação do Clube de Recreio permitiu dotar a vila de um equipamento que, à sua escala e no seu contexto, conseguiu durante largos anos desempenhar o seu papel de forma sistemática, sendo um dos locais de eleição da elite veraneante caldense. Pontualmente, também ali eram entregues os prémios dos concursos hípicas, das regatas, ou dos *raids* hípicas.

¹⁸² Entre os eventos com mais afluência estavam os que celebravam a abertura (15 de Maio) e encerramento (31 de Outubro) da época balnear.

¹⁸³ Franco d'Araújo, Hugo (2010) “Sob um Céu de Vidro” em Dora Mendes (Coord.), *A República a Banhos: O Hospital Termal e a I República*, Óbidos, Centro Hospitalar do Oeste Norte, p. 28.

O Clube de Recreio estava edificado no Passeio da Copa, que fora construído como local «para os doentes passearem e favorecerem os afetos de ânimo»¹⁸⁴, servindo como local de convalescença. Neste enquadramento, destacavam-se os espaços verdes que ao longo dos anos conferiram àquele espaço uma forte possibilidade de contacto com a natureza, tornando o local mais aprazível para desfrutar dum clima «delicioso, sobretudo na estação calma em que as elevadas temperaturas raramente se fazem sentir»¹⁸⁵. Com a necessidade de sofisticação e diversificação da ocupação dos tempos livres, aquele espaço foi remodelado e ampliado (1888-1891)¹⁸⁶, dando lugar ao Parque D. Carlos I, que se destacaria como um espaço de exceção. Aberto a todos quantos dele quisessem desfrutar, era, todavia, necessário obedecer a determinadas regras e comportamentos socialmente bem vistos, estipulados por regulamento, definido em 1905, para se poder entrar¹⁸⁷.



Figura n.º 3.2. Passeio no Parque D. Carlos I, coleção Miguel Chaby

Durante o período áureo do termalismo caldense o parque rapidamente se constituiu como o «rendez-vous chic da colónia balnear»¹⁸⁸. Se o Clube de Recreio preenchia as noites da sociedade balnear local, o Parque preenchia as tardes. Como pode constatar-se (Figura n.º 3.2.), muitos eram

¹⁸⁴ Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 76.

¹⁸⁵ Ferreira Madaíl, A. J. (1911), *Caldas da Rainha*. Caldas da Rainha, Typographia e Papelaria Dias e Paramos, p. 25.

¹⁸⁶ Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 183.

¹⁸⁷ Consultar: Regulamento do Parque D. Carlos I e Matta.

¹⁸⁸ *Gazeta das Caldas* (1926), Caldas da Rainha. Roteiro-Guia. Caldas da Rainha, Gazeta das Caldas, p. 13.

aqueles que se deslocavam ao parque para passear, conversar, conviver ou simplesmente para desfrutar do clima e da natureza. Era também por isso um local onde os estratos sociais mais altos podiam mostrar as suas práticas sofisticadas, os seus costumes e os novos hábitos sociais, mas também onde as classes mais baixas podiam contactar mais de perto com os primeiros. Na imagem, pode ver-se a alameda principal do Parque D. Carlos I que tinha início no referido Céu de Vidro, que se vê ao fundo, no lado esquerdo da imagem. Do lado direito vê-se o coreto onde, a partir de 1892 e ao longo de toda a época balnear, atuavam as Bandas da Guarda Municipal de Lisboa e do Regimento de Infantaria n.º 5, contratadas para o efeito, animando as tardes do parque com os seus repertórios musicais¹⁸⁹. Pode também constatar-se um vasto grupo de pessoas pondo em prática os seus hábitos e práticas sociais, típicos daquele período.



CALDAS DA RAINHA. — (Portugal). Lago do Parque em dia de regata.

1343

Figura n.º 3.3. - Lago do Parque em dia de regata, coleção Miguel Chaby

O parque obedecia aos princípios do liberalismo e do romantismo, em que se privilegiava a natureza, característica típica da paisagem romântica, não faltando ali o lago artificial aproveitado como meio de recreio (Figura n.º 3.3.). Ideia de Berquó, o lago era um dos pontos centrais do Parque D. Carlos I. Ali eram promovidas regatas em barcos a remos que, avaliando pela numerosa e engalanada assistência que a imagem documenta, mobilizavam significativamente a comunidade local. Dessas provas náuticas dá notícia, entre muitos exemplos, o jornal *O Círculo das Caldas*, em 1906¹⁹⁰, relatando uma regata que ali havia tido lugar dias antes. Ainda na imagem pode constatar-se a densa

¹⁸⁹ Bandas da Guarda Municipal de Lisboa e do Regimento de Infantaria n.º 5, aquartelado nos Pavilhões do Parque, cf. Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 185.

¹⁹⁰ Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 542, de 26 de Agosto de 1906.

vegetação. Por trás da assistência vê-se também a Casa dos Barcos, espaço que recebia exposições e que serviu, a partir de 1934¹⁹¹, para a instalação primitiva do Museu Malhoa, até à construção, também no parque, do edifício atual, em 1940.

Ao longo dos anos, e à medida que as exigências sociais e recreativas iam impondo diversidade e inovação, a administração do Hospital, a quem o Parque estava consignado, não poupou esforços na tentativa de o dotar de um extenso leque de atividades para ocupação de tempos livres. Ao lago juntaram-se um vasto leque de atividades e iniciativas recreativas. Estas iam desde jantares campestres a piqueniques, passando por jogos como o *bridge*, o *whist*, o *boston* e o arquinho. Era possível praticar modalidades como futebol¹⁹², *lawn tennis* ou *croquet* e dispunha ainda de carreiras de tiro. Existiu também um velódromo e um rinque de patinagem e faziam-se burricadas, vacadas e circuitos de pôneis e charretes, sem esquecer os bailes e serenatas e o restaurante com esplanada¹⁹³, estes últimos na ilha do lago.

Pontualmente promoveram-se atividades como torneios, quermesses, espetáculos de teatro, cinema, exposições. Existiram ainda os quiosques com vendas de licores, refrescos e tabaco, cafés ao ar livre e as barracas para venda de quinquilharia. A instalação da iluminação elétrica¹⁹⁴ transformou-se rapidamente numa das atrações das noites da vila, chegando a ser promovidas atividades noturnas para tirar partido daquela instalação. Havia também atividades para crianças e as bibliotecas ao ar livre promovidas pela Comissão de Iniciativa. Destaque ainda para a realização da primeira e da quinta edições das Exposições das Caldas¹⁹⁵, eventos que traziam à vila inúmeros visitantes e que funcionaram como demonstração e afirmação da vitalidade local.

Contemporânea da disseminação das práticas desportivas, começara a surgir a definição de *sportsman*, embora ainda restrita a uma faixa bastante curta da população. Para estes entusiastas do *sport* as atividades físicas, a saúde do corpo e a destreza dos movimentos ditavam regras. Estas práticas desportivas, ainda que amadoras e sem a vertente competitiva que hoje lhes está subjacente, estavam dependentes de três fatores: o tempo livre para as praticar, o dinheiro para financiar as práticas e os equipamentos (sobretudo nos casos da vela, da equitação e do automobilismo) e o estatuto social para ser considerado um desses privilegiados¹⁹⁶. O Parque D. Carlos I foi, também por

¹⁹¹ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 429 de 05 de Maio de 1934.

¹⁹² De acordo com Pinto, um desporto muito praticado pela comunidade Boer que esteve refugiada na vila em sequência da guerra Anglo-Boer, instalando-se nos Pavilhões do Parque durante a sua permanência em Caldas da Rainha, cf. Pinto, Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005) “O “Passear as Águas” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 215.

¹⁹³ A Explanada-Parque, na ilha do Lago, terá sido o primeiro estabelecimento do género inaugurado no Parque D. Carlos I. Era gerido pelos Hotéis Reunidos, Lda. (Hotéis Copa, Madrid e Rosa), cf. Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha: a sua história. as suas águas. as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, pp. 265 e 364.

¹⁹⁴ Instalada em 1904, cf. Serra, João B. (1995) 2.ª Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 106.

¹⁹⁵ Pinto, Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005) “O “Passear as Águas”” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 216.

¹⁹⁶ Trindade, Luís (2011), “A imagem do *sportsman* e o espectáculo desportivo”, em José Neves e Nuno Domingos (Coord.), *Uma História do Desporto em Portugal. Corpo, Espaços e Média*, Vila do Conde, Quidnovi, Vol. I, pp. 121-146.

isso, o lugar onde os *sportsman* locais puderam pôr em prática algumas das suas modalidades favoritas.



Figura n.º 3.4. Pavilhões [do Parque] e Salão Ibéria, coleção Miguel Chaby

A paisagem do Parque D. Carlos I era também marcada por dois edifícios com importâncias distintas, os Pavilhões do Parque e o Salão Ibéria, cujas virtudes arquitetónicas podem ser contempladas na Figura n.º 3.4.. Ambos foram edificados em frente ao lago, do lado oposto à já mencionada Casa dos Barcos. Idealizados por Berquó para ali ser instituído o novo Hospital D. Carlos, nunca desempenharam essa função, tendo sido lugar improvisado e de recurso para inúmeras atividades.

No início do século XX esteve ali instalada a colónia Boer que se refugiou em Portugal¹⁹⁷. A partir de 28 de Junho de 1905 ali se projetaram as películas cinematográficas¹⁹⁸. Para as mesmas atividades cinematográficas foi inaugurado, precisamente, o Salão Ibéria, em 5 de Março de 1921, por Salomão Levy e Benjamin Filipe (edifício de primeiro andar do lado direito (Figura n.º 3.4.))¹⁹⁹.

Os pavilhões iniciaram um percurso, inesperado à partida, ligado às atividades culturais. Em 26 de Maio de 1918 foi ali instalado o Regimento de Infantaria n.º 5, que ali se manteria até à construção de um quartel próprio, em 1945, e cuja banda fora parte integrante da animação musical

¹⁹⁷ Chegaram a 6 de Abril de 1901, cf. Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 561.

¹⁹⁸ Jornal *O Circulo das Caldas*, n.º 500, de 1 de Julho de 1905.

¹⁹⁹ Tornada, Joana (2010), “Cronologia 1910-1926”, em Matilde Tomaz do Couto (Coord.), *O Museu José Malhoa As Caldas e a República*, Museu José Malhoa, Caldas da Rainha, p. 71.

das tardes de verão do Parque. Os edifícios também foram usados para receber exposições temporárias e como sede de algumas associações locais. Merece destaque o facto de ali ter estado instalado um posto de informação turística da Comissão de Iniciativa aquando da instalação desta, em 23 de Fevereiro de 1924. Foi também a primeira sede do periódico local *Gazeta das Caldas*, em 1925²⁰⁰. Em 1927, aquando da realização da V Exposição das Caldas, ali ficou alojada a imprensa que cobriu o evento, como indica uma placa colocada no edifício.

Apesar de nunca terem sido utilizados na função para a qual foram projetados, os edifícios são um marco da arquitetura termal, sendo indissociáveis do local onde estão edificados. São também um marco icónico na imagem da localidade no exterior. O seu aproveitamento cultural contribuiu para ampliar a programação sociocultural local, merecendo, por isso, destaque enquanto espaço complementar de sociabilidade.

A quantidade e qualidade de distrações e ocupações que o Parque D. Carlos I oferecia fizeram deste espaço o local ideal para a ocupação dos tempos livres. A constante preocupação de diversificar e modernizar a oferta fez deste um espaço de «cosmopolitismo, cultura e modernidade de lazeres»²⁰¹, indo ao encontro dos objetivos que dele se esperavam e às ambições sociais que dele as elites exigiam.

Para além do Parque D. Carlos I havia também a Mata, localizada por trás do Hospital Termal que, no entanto, não dispunha da mesma quantidade e variedade de ofertas recreativas que o primeiro. Era sobretudo um local de passeio, de convalescença, onde a natureza e a paisagem tinham um papel de destaque, dando primazia ao «recreio do espírito e ao exercício e descanso do corpo»²⁰². Sofreu intervenções de acordo com as exigências da convalescença termal e para satisfazer os «modos e modas no lazer das classes mais cultas e abastadas». Sendo um local mais recatado e com uma composição social menos heterogénea que o Parque D. Carlos I era local da preferência das elites. Conjugava assim o lazer, a natureza e a produção agrícola para consumo no Hospital.

Ali fora edificado um hipódromo²⁰³, onde se realizava o Concurso Hípico e, de acordo com a imprensa local, também se realizavam outras atividades como os concursos de tiro aos pombos e aos pratos, as festas e os jogos da malha, da bola e do chinquilha. Também ali tiveram lugar, em alternância momentânea com o Parque D. Carlos I, a segunda, terceira e quarta edições das já referidas Exposições das Caldas, nos anos de 1921, 1923 e 1925, respetivamente. Mais tarde, o hipódromo foi

²⁰⁰ Mangorrinha, Jorge (1999), *Pavilhões do Parque: Património e Termalismo nas Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar de Caldas da Rainha, pp. 31-33.

²⁰¹ Catarino, Fernando (2005) “A Propósito da Mata das Caldas” em Luís Aires-Barros et al (2005) (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 239

²⁰² Catarino, Fernando (2005) “A Propósito da Mata das Caldas” em Luís Aires-Barros et al (2005) (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 238

²⁰³ Inaugurado em 1904, ali se realizaram, a partir de 1907 os Concursos Hípicos, organizados pelo Conde de Fontalva, cf. Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha: a sua história. as suas águas. as suas curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 274

transformado em campo de jogos, pelo Sporting Clube das Caldas, tendo ainda sido edificado o estádio das Caldas²⁰⁴.

Como complemento aos espaços da Mata e do Parque, outros equipamentos surgiram. Desde teatros, cinemas, casinos, sociedades filarmónicas e dramáticas, passando pelos clubes desportivos e demais associações, este foi também um período de forte dinamismo recreativo, associativo, cultural e desportivo. A oferta recreativa era diversa e distribuía-se por vários espaços e várias entidades. O associativismo é um indicador do dinamismo social, cultural, desportivo e recreativo da localidade. A quantidade e variedade destes e a sua conjugação com outras infraestruturas lúdicas, complementares a todas as já mencionadas, permitiram compor um variado leque de opções culturais que ali se podia encontrar.

Como vimos, também o cinema tinha o seu espaço na programação cultural e social local. As primeiras películas foram exibidas, já no século XX, na Rua Camões²⁰⁵, passando daí para os já mencionados Pavilhões do Parque e depois para o Salão Ibéria (Figura n.º 3.4.). Destacaram-se ainda o Animatografo Bolander, no Salão da Central da Convalescença, e o Animatografo Pathé, no Salão Caldense, cuja afluência, em qualquer um dos casos, de acordo com a imprensa, era grande²⁰⁶.

No final da década de 30 seria o Cineteatro Pinheiro Chagas a fazer a promoção do cinema em complemento às atividades teatrais. O teatro caldense dera os primeiros passos na Sociedade Dramática Caldense em 1890²⁰⁷, «uma organização da elite social caldense, da sociedade elegante local»²⁰⁸ composta por elementos das famílias mais prestigiadas. Adquiriu posteriormente um terreno na Praça Hintze Ribeiro e aí se inaugurou o Teatro Pinheiro Chagas, em 1902²⁰⁹. Até à inauguração deste, desempenhou um papel importante o Teatro da Travessa do Moinho de Vento, fundado em 1893, com a organização de temporadas teatrais. Ambos promoviam o teatro amador fomentando o convívio com o público, contribuindo, dessa forma, para aumentar os níveis de educação cultural da comunidade.

Outra atividade com uma componente associativa forte era a música. Destacando-se a Filarmónica Caldense e a Nova Filarmónica Caldense, cada uma com ligações a cada uma das facções políticas que compunham o rotativismo que caracterizou o sistema político-partidário que vigorou na segunda metade do século XIX português. Outras associações promoveram eventos musicais a que se juntavam os concertos ao ar livre no já referido coreto do Parque D. Carlos I.

²⁰⁴ Pinto, Helena Gonçalves e Jorge Mangorrinha (2005) “O ‘Passear as Águas’” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 203.

²⁰⁵ Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 192.

²⁰⁶ Jornal *O Círculo das Caldas*, Ano XIV, n.º 588, de 20 de Dezembro de 1907, p. 2.

²⁰⁷ Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 190.

²⁰⁸ Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 409.

²⁰⁹ Xavier, Isabel (2010). “As Caldas e a República”, Couto, Matilde Tomaz do e (Coord.), *O Museu José Malhoa As Caldas e a República*, Museu José Malhoa, Caldas da Rainha, p. 40.

Noutra vertente, a inauguração da Praça de Touros²¹⁰ dotou a vila de um equipamento que fazia jus às tradições taurinas locais. As touradas eram «muito apreciadas, tal como as vacadas»²¹¹. A primeira tourada em território caldense teve lugar em 13 de Junho de 1883 e de outras foi dando a imprensa local notícia ao longo dos anos. O Guia Roteiro sobre a vila publicado em 1926 pela *Gazeta das Caldas* refere que as festas tauromáquicas locais eram «concorridíssimas»²¹². Destaque ainda para outras instituições que se evidenciaram pelos contributos recreativos e ajudaram a compor o ambiente social e recreativo local. Merecem referência o Clube Ginásio Caldense, fundado em 1893, que organizava sessões de ginástica e bailes públicos, o Caldas Sport Clube, clube de futebol²¹³, e ainda o Cyclo-Clube Caldense²¹⁴, numa altura em que a bicicleta ganhava muitos adeptos em Portugal e que a localidade ganha destaque enquanto local de excursões também de bicicleta.

O excursionismo teve significativa disseminação, funcionando a localidade como «o centro de excursões mais notável de todo o país»²¹⁵. Mesmo tendo em conta algum exagero nesta afirmação, segundo as diversas fontes consultadas, eram destinos daquelas excursões as localidades de Alcobça, Baleal, Batalha, Foz do Arelho, Lagoa de Óbidos, Leiria, Nazaré, Óbidos, Peniche, Porto de Mós, S. Martinho do Porto, S. Pedro de Moel e Salir, entre outros. Esta lista de locais reflete a quantidade de possibilidades excursionistas que era possível fazer partindo de Caldas da Rainha, fazendo desta um local efetivamente privilegiado para aquela prática, afirmando-se como «o centro da mais artística, histórica e pitoresca região de todo o país»²¹⁶, onde afluíam inúmeros turistas vindos de vários pontos do país. Em simultâneo, a propaganda da localidade deixa de se focar apenas nas águas termais como ponto de atracção e junta-lhe as excursões às redondezas, numa época em que também os desportos automobilísticos²¹⁷ ganhavam cada vez mais relevo.

Resumindo, é seguro afirmar que Caldas da Rainha se transformou do ponto de vista das suas sociabilidades. A localidade conseguiu dotar-se de espaços, infraestruturas, equipamentos e programação recreativa que, fomentando a convivência social pública, contribuíram em simultâneo para o desenvolvimento do turismo e para a ascensão da localidade enquanto centro turístico com

²¹⁰ Propriedade de Faustino da Gama e inaugurada em 13 de Junho de 1883, cf. Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 393.

²¹¹ Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha: a sua história. as suas águas. as suas curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 273.

²¹² *Gazeta das Caldas* (1926), Caldas da Rainha. Roteiro-Guia, Caldas da Rainha, Gazeta das Caldas, p. 21.

²¹³ Fundado em 5 de Outubro de 1916, cf. Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 446.

²¹⁴ Fundado em 1901, promovia passeios às redondezas, cf. Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.)(1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 406.

²¹⁵ *Gazeta das Caldas* (1926), Caldas da Rainha. Roteiro-Guia, Caldas da Rainha, Gazeta das Caldas, p. 6.

²¹⁶ Sociedade Propaganda de Portugal (1908), *Portugal: Seus Múltiplos Aspectos como País de Excursões*, Lisboa, Imprensa Líbano da Silva, pp. 42-44.

²¹⁷ Destaque para a inauguração, em 1929, da prova automobilística Quilómetro Lançado, durante a qual, em 1930, foi atingida a velocidade de 178 km/h, cf. Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial, p. 273.

diversas valências. Tendo como característica principal o termalismo, com o passar dos anos conseguiu juntar-lhe os espaços típicos da sociabilidade da época, com destaque para o Parque e o Clube, e atividades, como o excursionismo e, mais tarde, o turismo de praia. A conjugação destes fatores retirou à vila a exclusividade termal na sua oferta, dotando-a de uma variedade de opções e, em consequência, de heterogeneidade nos estratos sociais que ali afluíam.

Apesar dos esforços e dos méritos das medidas atrás expostas, e tendo ainda em conta a assertividade de grande parte das medidas, é preciso lembrar que as atividades descritas se realizavam, na sua maioria, durante a época balnear (Maio-Outubro), ou seja, o centro turístico caldense só “abria as portas” seis meses por ano. Para além disso, na imprensa local é possível encontrar inúmeros testemunhos de insatisfação para com a inoperância da “D. Iniciativa”, como eram ridicularizados na imprensa os responsáveis pela falta de atividades e eventos na localidade²¹⁸. Estes são indicadores da insatisfação da comunidade local em relação às ambições que a mesma tinha para o turismo. Significa isto que, apesar de tudo, as expectativas nem sempre eram superadas e a programação era reduzida e por ventura pouco abrangente, limitando-se às classes mais abastadas. De qualquer forma, é inequívoco que o termalismo assistencial da vila, razão da sua popularidade e sua primeira atração turística, foi complementado com outras propostas turísticas, perdendo a exclusividade. É, por isso, possível afirmar que Caldas da Rainha foi, neste período, um centro de turismo e não apenas uma estância termal.

3.3. O DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS HOTELEIRAS

Um dos mecanismos indispensáveis à eficácia do turismo foi o desenvolvimento hoteleiro, reflexo da necessidade de alojar termalistas e turistas, numa altura em que, não raras vezes, a afluência a Caldas da Rainha duplicava a população da vila, já que «muitas famílias de Lisboa, muitas senhoras espanholas, habitam a vila durante a estação balneária»²¹⁹. O objetivo desta abordagem é perceber qual a realidade hoteleira local, tendo em conta a forte afluência na época balnear, e onde, por isso, era imperativo a existência de uma vasta e variada oferta de locais de alojamento.

Em Portugal, na segunda metade do século XIX, a hotelaria era uma atividade com carências no que à quantidade e à qualidade dos empreendimentos diz respeito. O “primeiro hotel convencional” em território nacional foi construído em 1780, numa altura em que os locais de descanso eram sobretudo as hospedarias e estalagens²²⁰. Ainda assim, a designação comercial de “hotel” está datada de 1835, por ocasião da abertura do Hotel de França²²¹, servindo inicialmente para diferenciar os

²¹⁸ *Cavacos das Caldas*, n.º 10 de 1 de Outubro de 1896.

²¹⁹ Ortigão, Ramalho (2000), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 124.

²²⁰ O Hotel Lawrence adotou o nome da família que o abriu, em Sintra. Anos mais tarde, tornou-se numa estalagem. Contou com a presença dos mais ilustres visitantes, entre eles, Lord Byron cf. Domingues, Celestino (2000), *4 Décadas de Turismo, contributos de uma instituição*, Lisboa, Instituto de Apoio e Financiamento ao Turismo, p. 16.

²²¹ Brito, Sérgio Palma (2010) “A Institucionalização do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 143.

alojamentos com melhores condições dos restantes. Com o desenvolvimento dos transportes e meios de comunicação, com a disseminação da atividade turística, «às antigas estalagens [sucedeu] a abertura de hotéis, pensões, casas de hóspedes e albergarias, a que mais tarde se juntariam novas formas de alojamento e novos conceitos de gestão dos recursos e serviços turísticos»²²².

Existiram várias tentativas de combater as insuficiências dos hotéis. A ambição de legislar a indústria hoteleira teve como episódio inicial o primeiro projeto de lei, apresentado em 1905 (Proposta de Lei 10-J, de 6 de Agosto de 1905), sem sucesso e ao qual se seguiu um outro em 1914²²³ que, «depois de mil e uma peripécias»²²⁴, foi aprovado, impondo um regime fiscal que concedia isenção de impostos e taxas para os projetos de hotéis com mais de 100 quartos, nos concelhos de Lisboa e Porto, e mais de 50 quartos no resto do país. Não consta que a medida tenha tido grandes resultados. Apesar do aumento do número de locais de alojamento, um dos grandes obstáculos que condicionava o desenvolvimento turístico nacional era a falta de qualidade dos hotéis, as deficientes instalações, a falta de asseio e a falta de formação dos hoteleiros. Tal como lamentaria José de Ataíde, «o mau pessoal faz maus os bons hotéis»²²⁵.

A Sociedade Propaganda de Portugal contribuiu para a melhoria da indústria hoteleira nacional com a criação da Comissão de Hotéis, cuja função foi melhorar os hotéis atribuindo aos melhores uma placa com a inscrição “Recomendado” promovendo cursos de formação profissional para os agentes ligados ao turismo, em colaboração com outras instituições. Estas atividades tinham como missão profissionalizar a atividade e seus intervenientes. A Sociedade Propaganda de Portugal foi ainda pioneira com a publicação do Guia Prático dos Proprietários de Hotéis (1906) e, mais tarde, em colaboração com a Casa Pia de Lisboa, na promoção do primeiro Curso Profissional de Empregados de Hotel (1909), juntando-lhes ainda «concursos, conferências, prémios pecuniários e honoríficos» com o intuito de promover o desenvolvimento da indústria em território nacional. A mudança de regime frustrou estes esforços e só na década de trinta se publicou legislação com o fim de formar os recursos humanos hoteleiros, embora, para não variar, sem efeitos práticos.

Todavia, apesar deste desenvolvimento, um artigo da *Revista de Turismo*, em 1916, referia-se aos hotéis nacionais como «talvez os piores da Europa», enquanto um outro curioso artigo da mesma revista, este em 1918, alertava para a leviandade com que muitos proprietários de alojamentos encaravam a atividade e a sua promoção junto dos turistas, denunciando casos como o de «um Grande Hotel que tem menos de 20 quartos» ou a comum denominação de Hotel Central a alojamentos que, «na maioria dos casos», não eram centrais ou ainda os Palace «que nada têm de Palácios»,

²²² Domingues, Celestino (2000), *4 Décadas de Turismo, contributos de uma instituição*, Lisboa, Instituto de Apoio e Financiamento ao Turismo, p. 18.

²²³ Lei de Hotéis, de 8 de Agosto de 1914, cf. Brito, Sérgio Palma (2010) “A Institucionalização do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, pp. 139-145.

²²⁴ *Revista de Turismo*, n.º 18 de 20 de Março de 1917, p. 137.

²²⁵ Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 63.

representando estes e outros casos um «descrédito, não só para a classe hoteleira, mas também para o País»²²⁶.

Era generalizada a ideia de que seria complicado atrair os turistas estrangeiros se os hotéis fossem poucos e tivessem pouca qualidade. A realização do I Congresso Hoteleiro (1917) teve o objetivo de aprofundar o debate sobre o estado da hotelaria em Portugal, acreditando-se na altura que estava «lançada a semente para futuras reuniões de hoteleiros»²²⁷, embora sem daquele encontro terem saído medidas de fundo. Nos anos 1930 o debate em torno da hotelaria nacional salientava a ideia de que este era um grave problema, sobretudo na província, «deserta de boas edificações, de hotéis com casa de banho», lamentando também que «a maior parte das capitais de distrito não [tivesse] um hotel condigno»²²⁸.

É imperativo referir que, atendendo à descontinuidade da informação relativa a locais de alojamento não designados como hotéis (pensões, hospedarias, albergarias, entre outros), só foram tidos em conta para efeitos de análise os hotéis. Também por falta de informação objetiva não foram tidas em conta as casas particulares arrendadas²²⁹.

Centrando a análise no contexto de Caldas da Rainha, o carácter fragmentário da informação encontrada para 1936 levou-me a estender a análise até 1940, por haver mais informação disponível, na perspetiva de encontrar traços de continuidade. A construção e interpretação do Quadro n.º 3.1. ajuda à análise do panorama hoteleiro local:

²²⁶ *Revista de Turismo*, n.º 7 de 5 de Outubro de 1916, p. 50 e n.º 35 de 5 de Janeiro de 1918, p. 104.

²²⁷ *Revista de Turismo*, n.º 21 de 5 de Maio de 1917, p. 161.

²²⁸ Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 53.

²²⁹ Estas casas particulares, também designadas como Casas de aluguer, seriam uma característica caldense em todo o período cronológico deste estudo e eram, avaliando os vários testemunhos bibliográficos analisados, uma opção bastante procurada.

Quadro n.º 3.1. Unidades hoteleiras em Caldas da Rainha referidas nas fontes consultadas (1875-1940)²³⁰

Nome do estabelecimento	1875	1882	1883	1905	1908	1909	1911	1913	1918	1923	1924	1926	1927	1930	1940
José Paulo Rodrigues (1)	■														
Padre Justino Vieira	■														
Hotel Ricarda		■													
Hotel do Pires (2)		■		■	■	■	■	■							
Hotel Caldense (3)		■	■												
Grand Hotel Lisbonense (4)		■		■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Hotel da Copa (5)				■	■	■	■	■							
Hotel Central (6)				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Hotel Madrid				■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
Hotel União				■	■	■	■	■							
Hotel Leal				■	■	■	■	■							
Eden-Palace Hotel/Facho (7)							■	■	■	■	■	■	■	■	■
Parque Hotel							■	■	■	■	■	■	■	■	■
Hotel Parque (8)							■	■							
Hotel Comercial (9)								■							
Hotel Gutierres (10)									■						
Hotel Leiriense (8)									■	■	■	■	■	■	■
Hotel Rosa										■	■	■	■	■	■
Palace-Hotel													■	■	
Hotel Caudelas (11)													■		
TOTAL:	2	4	2	6	8	7	8	11	7	8	8	7	9	9	7

Legenda:

1. Designado como hotel por Ortigão (1875) e como pensão pela escritora Razzatti (1879).
2. Lopes (1883) menciona três estabelecimentos, embora só referia os nomes dos Hotéis Caldense e Lisbonense. Tendo em conta que Machado (1882) e Júnior (1905) mencionam o Hotel Pires, é provável que o terceiro hotel mencionado por Lopes seja o Hotel Pires.
3. Não sendo referido por Júnior (1905) nem por Madail (1911), é possível que se trate de uma pensão, até porque depois da Lei de Hotéis, de 8 de Agosto de 1914, em que houve uma primeira diferenciação legislativa dos estabelecimentos, deixou de haver menção àquele estabelecimento, podendo a esse propósito o mesmo ter sido despromovido a outra categoria ou simplesmente ter sido encerrado.
4. O Hotel Lisbonense começou por ser edificado num edifício mais modesto na década de 1870, tendo o seu proprietário decido edificar o Grand Hotel Lisbonense para ir ao encontro das expectativas que o próprio tinha para o seu estabelecimento²³¹.
5. Designado como pensão de acordo com o *Álbum das Caldas de 1940*.
6. Sendo referido em todas as fontes de 1905 em diante, com exceção do folheto de propaganda da Sociedade Propaganda de Portugal (1918), admito que possa ter estado encerrado, ou até ter sido

²³⁰ Fonte: Publicações de propaganda turística local e nacional, consultar Anexo III

²³¹ Serra, João B. (2005), “Percurso de Cidade com Termas: Evolução Urbana das Caldas da Rainha da Fundação aos Finais do Século XIX” em Luís Aires-Barros et al (Coord.), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim, p. 115.

despromovido de categoria pela Lei de Hotéis, de 8 de Agosto de 1914, reaparecendo como hotel daí em diante.

7. Este estabelecimento não é referido em 1926 e 1927, embora seja crível que estivesse a funcionar normalmente, podendo a sua não referência dever-se ao facto de estar edificado na Foz do Arelho e as publicações de 1926 e 1927 dizerem respeito apenas à sede de concelho.
8. Designados como pensão de acordo com edição de 1940 do *Manual do Viajante*.
9. Designado como pensão em 1924 e 1926 e como hotel apenas em 1913.
10. Apenas referido em 1918, não havendo mais qualquer referência ao estabelecimento quer como hotel quer em qualquer outra categoria.
11. Designado hotel em 1927, mas referido em anos anteriores, 1924, e posteriores, 1930, como pensão.

Uma primeira análise do quadro permite perceber três períodos distintos. O primeiro entre 1875-1900, onde a informação é residual e a análise dos serviços hoteleiros é praticamente impossível de dissecar, intervalo que designei como “Período de Carência”. O segundo período corresponde aos primeiros quinze anos do século XX, percebendo-se uma clara evolução na quantidade de estabelecimentos, intervalo que apelidei de “Período de Evolução”. O terceiro e último período prolonga-se de 1915 em diante, em que, salvo pontuais exceções, a oferta se mantém estável havendo pequenas variações ao longo do intervalo, definindo-o como “Período de Estabilização”.

Apesar da falta de informação sobre o Período de Carência, é seguro salientar as debilidades da oferta hoteleira. Ramalho Ortigão (1875) indica dois hotéis (de José Paulo Rodrigues e do Padre Justino Viana)²³² e Lopes (1883) refere três hotéis, nomeando apenas o Lisbonense e o Caldense²³³. Por sua vez, Sotto-Mayor (1897) indica existirem na «vila muitos hotéis que satisfazem todas as exigências que se podem ter em estabelecimentos de primeira ordem daquela natureza»²³⁴. Todavia, é importante relembrar que só no início do século XX haveria legislação hoteleira e que até então a classificação dos hotéis era desregrada e pouco ou nada criteriosa. É, por isso, necessário algum distanciamento face às indicações da existência de «muitos hotéis» e de que estes satisfariam «todas as exigências», uma vez que não havia regulamentação nem pré-requisitos estabelecidos. Ainda assim, estes três testemunhos permitem concluir que, apesar de uma ligeira evolução, a oferta local era escassa, tornando-se, por isso, urgente solucionar estas insuficiências. A carência era tanto mais grave quanto o calibre social e económico de uma parte significativa da afluência. Os anos seguintes tenderiam a ser profícuos no surgimento de novas e modernas unidades hoteleiras.

²³² Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 122.

²³³ Lopes, Silvano Armando (1883), *Notícia do que foi ontem e do que é hoje a vila das Caldas da Rainha*, Lisboa, Typ. Minervas Central, p. 59.

²³⁴ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, p. 31.

Analisando novamente a tabela, numa altura em que no panorama geral do país «não seria abundante nem especialmente requintada a oferta hoteleira»²³⁵, o médico e inspetor das águas Tenreiro Sarzedas indicava, em 1902, sem referir nomes, «nove ou dez»²³⁶ hotéis a funcionar durante a época balnear caldense, embora alguns desses hotéis devessem, na verdade, corresponder a pensões ou hospedarias, já que Júnior (1905) refere apenas cinco hotéis e a Sociedade Propaganda de Portugal (1908) refere oito. Apesar da evolução notada, o Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal noticiava que, para contrariar o facto de, apesar dos muitos hotéis existentes na vila, não haver «nenhum que ofereça as comodidades precisas aos hóspedes», a Comissão de Hotéis da Sociedade Propaganda de Portugal fez um pedido ao governo para «dar de arrendamento os pavilhões do Parque D. Carlos I», tendo por finalidade «neles se estabelecer um Hotel-Clube de primeira ordem»²³⁷, ideia nunca concretizada. Esta notícia poderá indicar que apesar da quantidade, a qualidade dos estabelecimentos ainda não satisfazia as exigências.

A entrada do período Republicano trouxe os primeiros sinais de alguma estabilização, afirmando-se a longevidade de alguns dos estabelecimentos (Lisbonense, Madrid, Pires, Central, Copa e Leal), numa altura em que a Foz do Arelho recebia o primeiro estabelecimento, o Eden-Palace-Hotel²³⁸. Um dado interessante para este período é o relatório de José de Ataíde (1913), onde são apresentadas as respostas a um inquérito da Repartição de Turismo, junto das Câmara Municipais, questionando quantos hotéis havia nas localidades e as suas condições. Consultados os dados relativos a Caldas da Rainha, constata-se que fazem parte da lista o Lisbonense (110 quartos), o Copa e o Eden-Palace Hotel (100 quartos), o Madrid (80 quartos), o Comercial (50 quartos), o Central e o Parque (30 quartos), o Leal (25 quartos), o Pires (20 quartos) e o Parque Hotel (19 quartos). Ainda junto desta lista vem a observação de que todos os hotéis «recebem muito bem e são aseados»²³⁹, comentário que diagnostica, apesar de tudo, a melhoria dos serviços hoteleiros locais.

A regulamentação hoteleira promulgada em 1914, além de tentar aumentar os níveis de higiene, introduziu um regime fiscal concedendo isenção de impostos e taxas para projetos de hotéis como mais de 50 quartos fora de Lisboa e Porto²⁴⁰. Pode dizer-se que Caldas da Rainha estava bem posicionada, atendendo às conclusões do relatório de Ataíde, com cinco unidades com mais de 50 quartos. No contexto caldense, e apesar da falta de informação, de 1913 em diante, a evolução da oferta hoteleira local é fácil de constatar. Sendo certa a consolidação da oferta hoteleira caldense, à

²³⁵ Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 111.

²³⁶ Sarzedas, Joaquim António dos Reis (1903), *Relatório sobre a Inspeção Médica às Águas Mineraes e suas Estancias em 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 36.

²³⁷ Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal, n.º 7, de Janeiro de 1908, p. 8.

²³⁸ Inaugurado em 1910, seria arrendado por Luís Grandela, filho de Francisco Grandela, em 1923, e redominado de Hotel do Facho, cf. Trancoso, Vasco (2009), *Grandela e a Foz do Arelho*, Calda da Rainha, Património Histórico, p. 50.

²³⁹ Ataíde, José de (1913), *Serviços da Repartição de Turismo. Relatório*. Junho de 1912-Junho de 1913, Ministério do Fomento, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 89 e 90.

²⁴⁰ Cunha, Licínio (2013) 3.ª Edição, *Economia e Política de Turismo*, Lisboa, LIDEL, p. 60.

«entrada dos anos 20, Caldas da Rainha já se constituía como um dos principais centros hoteleiros do país»²⁴¹.

Numa altura em que o Hospital Termal registava os anos de maior afluência²⁴² e que, em simultâneo, se disseminavam as práticas do excursionismo bem como eventos e provas culturais e desportivas²⁴³, traçavam-se os primeiros sinais de estabilização. Os dados recolhidos entre os anos de 1918 e 1926 são reflexo disso mesmo. De resto, as informações hoteleiras do roteiro local editado pela Associação Comercial e Industrial²⁴⁴ em 1923 seriam confirmadas na sua totalidade no ano seguinte por Raul Proença, no *Guia de Portugal*²⁴⁵. As duas publicações referem a existência de oito estabelecimentos, o Lisbonense, o Madrid, o Central, o Copa, o Parque Hotel, o Rosa e o Leiriense, em Caldas da Rainha e o redenominado, Hotel do Facho, antigo Eden Palace Hotel, na Foz do Arelho. Em 1926, noutro roteiro do periódico *Gazeta das Caldas*²⁴⁶, são referidos os mesmos estabelecimentos com exceção do Hotel do Facho, na Foz do Arelho. Ainda deste lote de estabelecimentos, com exceção do Hotel Madrid, de que não há registo após 1930, os restantes sete estabelecimentos, incluindo o Hotel do Facho, existiram durante o resto do período em análise e são, só por si, um espelho dessa mesma continuidade. De todos os estabelecimentos mencionados, o Hotel Madrid é também o único com ausência de informação recolhida para o ano de 1940.

Um roteiro de 1934 indicava que «poucas terras terão, como as Caldas da Rainha, alojamentos em tão grande número. Bons hotéis, pensões, inúmeras pensões particulares, casas de hóspedes e casas de aluguer»²⁴⁷, o que pressupõe a ideia de que havia uma quantidade significativa de estabelecimentos, num período com pouca informação. É importante destacar que alguns destes estabelecimentos estavam abertos apenas durante a época balnear, por causa da sazonalidade, e que muitas outras unidades foram aparecendo e desaparecendo. É ainda digno de relevo que o desenvolvimento da indústria hoteleira local teve contributos decisivos dos investimentos de empresários espanhóis imigrados em Portugal.

Como facilmente se constata, de todos os hotéis que surgiram em Caldas da Rainha, merece particular destaque o Grand Hotel Lisbonense. Situado na Avenida D. Manuel Figueira Freire da Câmara, numa das entradas da vila, foi ali edificado por intermédio do galego Vicente Paramos e destacou-se como o principal estabelecimento de todo o período em estudo. Possibilitou às famílias

²⁴¹ Mangorinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 165.

²⁴² Em 1920, o Hospital Termal registara o seu máximo anual com 5 224 termalistas, cf. Consultar o Anexo II.

²⁴³ Uma página da edição de 1930 do *Álbum das Caldas* faz menção a uma “Semana Desportiva” que decorreria de 14 a 20 de Julho, cf. *Álbum das Caldas* (1930).

²⁴⁴ Associação Comercial dos Concelhos das Caldas da Rainha e Óbidos (2012), *Caldas da Rainha, Portugal, Estancia Balnear, Águas Sulfúreas Calcicas, Centro de Turismo, Belezas Naturais, Caldas da Rainha, ACCCRO*, p. 10.

²⁴⁵ Proença, Raul (1924), *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 593.

²⁴⁶ *Gazeta das Caldas* (1926), Caldas da Rainha. Roteiro-Guia, Caldas da Rainha, *Gazeta das Caldas*, p. 15.

²⁴⁷ Sem autor (1934), *Caldas da Rainha: La Plus Importante des Villes d'eaux Portugaises, Le plus Ancien Hospital Thermal du Monde*, Centre de Tourisme, d'Art et d'Histoire, Caldas da Rainha, Tipografia Caldense, p. 12.

abastadas encontrar na vila um local condigno para se alojarem, suprimindo uma carência que era urgente ultrapassar e constituindo-se como mais um fator determinante na afluência das elites às termas caldenses. Destacou-se ainda por ser a unidade com maior capacidade, por disponibilizar água quente, possuir um salão de baile a garagem de automóveis própria.

Este estabelecimento foi galardoado com o 1.º Prémio do I Concurso de Hotéis da Sociedade Propaganda de Portugal, no ano de 1908²⁴⁸. O Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal, num artigo intitulado “Concurso de Hotéis”, noticia que, dos hotéis a concurso, só o Grand Hotel Lisbonense satisfaz «inteiramente às condições do concurso» e, por unanimidade, resolveu a comissão «atribuir-lhe o primeiro prémio (200\$000 réis)». Não foi atribuído segundo prémio, tendo porém sido distinguidos alguns dos restantes participantes, entre os quais o caldense Hotel da Copa²⁴⁹.

Outro caso em destaque é o Hotel Madrid, estabelecimento da preferência da vasta legião espanhola que afluía à época balnear caldense. A comunidade espanhola, como refere Chagas (1878), fazia parecer que «um enxame de vizinhos nossos, Madrid e Sevilha, sobretudo», invadia a localidade, já que naquela época «por toda a parte se [ouvia] falar espanhol»²⁵⁰. Esta comunidade deu um importante contributo para a afluência turística local, concedendo uma matiz internacional que contribuía para aumentar o prestígio da estância, mas que sofreu uma natural quebra durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939).

Resumindo, no que à hotelaria diz respeito, é fácil constatar que houve, de facto, uma significativa evolução. É importante não esquecer que a oferta de alojamento local não estava limitada aos hotéis e que, por isso, estes valores não traduzem um real panorama de toda a oferta hoteleira local. De qualquer forma, é possível verificar um crescimento do número de estabelecimentos, alguns deles com capacidade assinalável, e, sobretudo, numa época em que a regulamentação e a legislação davam os primeiros passos, a estabilidade da oferta local poderá corresponder a um momento de estabilidade de Caldas da Rainha enquanto centro turístico. A evolução da oferta hoteleira significa também que a afluência turística justificava o aumento do número de unidades bem como, no caso da afluência aristocrata, da sofisticação das unidades e dos seus serviços. O caso do Hotel Madrid deve também entendido como um fator de atracção internacional, refletindo a popularidade do centro turístico caldense e demonstrando que a procura do mesmo não estava restrita ao contexto nacional.

²⁴⁸ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 6, de Dezembro de 1907, p. 14.

²⁴⁹ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 13, de Julho de 1908, p. 55.

²⁵⁰ Chagas, Pinheiro (1878), *Fora da Terra*, Lisboa, Livraria Internacional E. Chardron, p. 8.

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO LOCAL

Para a afirmação de Caldas da Rainha enquanto centro de turismo, vários foram os contributos. A ação de Rodrigo Berquó foi importante na criação, entre outros, do Parque D. Carlos I; as instituições de enquadramento do turismo tiveram um papel determinante para o desenvolvimento do turismo local; e a praia da Foz do Arelho destacou-se como alternativa às termas. Tendo em conta estes três contributos, é essencial perceber a extensão da importância dos mesmos. Qual terá sido a real extensão do trabalho de Berquó? A sua morte prematura inviabilizou o seu projeto? Olhando o trabalho das instituições de gestão de turismo, quais foram os seus méritos? Terão esses contributos representados reais ajudas ao turismo local? Por último, em que circunstâncias se desenvolveu a sua afirmação da praia da Foz? Qual a sua real projeção?

4.1. O PAPEL DE RODRIGO BERQUÓ

De todos os que contribuíram para a transformação da vila termal num centro de turismo, merece destaque Rodrigo Berquó (1839-1896) que, enquanto administrador do Hospital (1888-1896) e presidente da Câmara (1890-1891), promoveu algumas iniciativas que contribuíram decisivamente para o desenvolvimento das atividades turísticas que se verificaram nas décadas seguintes. O caso de Caldas da Rainha apresenta uma característica singular: o facto de as infraestruturas com mais relevo na dinâmica turística local estarem sob administração do Hospital. O programa de dinamização daqueles espaços estava, por isso, subordinado à criatividade e ao orçamento que o administrador e a sua equipa teriam para gerir.

Como vimos, a administração do Hospital aprovara, em 1884, um plano de reformas para modernizar o estabelecimento, plano que seria colocado em prática por Berquó a partir de 1888. Este administrador tornaria este plano mais abrangente, numa lógica de conjunto, incidindo sobre todo o complexo termal e estendendo-o a toda a vila. De forma a poder satisfazer algumas das suas ideias, Berquó concorreu, com sucesso, à presidência da Câmara Municipal, conseguindo, assim, administrar durante o ano de 1890 os dois centros do poder local. Fruto do processo de desenvolvimento que se vivia em Caldas da Rainha, o administrador terá encontrado ali o local ideal para colocar em prática as suas ideias, sem, no entanto, se livrar de críticas em vários momentos.

Nos oito anos em que trabalhou na vila, Berquó fez remodelações em todo o complexo gerido pelo Hospital (Hospital Termal, Casa da Convalescença, Mata, Passeio da Copa/Parque D. Carlos I, Clube de Recreio e Casa Real) modernizando-o, ampliando-o e tornando-o moderno e funcional, potenciando as virtudes características da época balnear local. Acrescentou ao complexo termal a Casa dos Administradores, para ali alojar os serviços administrativos do Hospital e o Hospital D. Carlos, não acabado e designado como Pavilhões do Parque (Figura n.º 4.1.). A viagem que efetuou a Vichy, em 1890²⁵¹, terá contribuído para Berquó aprofundar conhecimento e aperfeiçoar algumas das suas

²⁵¹ Mangorrinha, Jorge (1996), “Da Felgueira às Caldas da Rainha. A Arquitectura Termal”, em Jorge Mangorrinha (Coord.) (1996), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, p. 56.

ideias, já que Vichy, numa escala substancialmente maior, era, por aquela altura, uma das mais emblemáticas estâncias termais no panorama europeu, contando, à semelhança de Caldas da Rainha, com a presença da aristocracia local, sendo um dos locais onde os hábitos, práticas e infraestruturas eram, à época, os mais sofisticados.

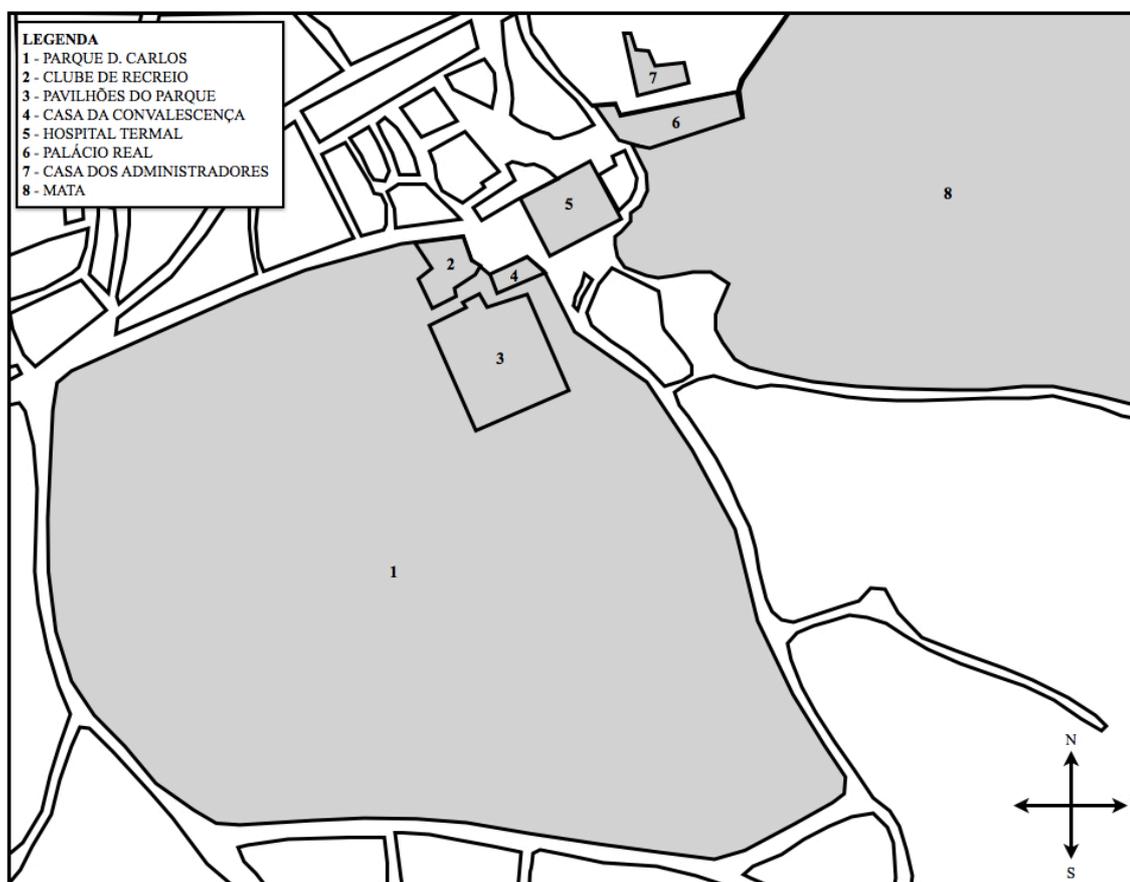


Figura n.º 4.1. Mapa de Caldas da Rainha com os locais do complexo termal com intervenção de Rodrigo Berquó²⁵²

Ao envolver toda a vila de Caldas da Rainha num plano urbanístico, Berquó impôs regras nas licenças de obra, na construção dos edifícios e abriu novas artérias. Numa época em que a higiene e saúde pública ditavam regras, promoveu várias medidas de combate à falta de salubridade e higiene da vila onde se destacam as construções, com projetos próprios, do Hospital Civil de Santo Isidoro e do Matadouro, bem como as redes de esgotos e abastecimento de água potável²⁵³. Ambicionou fazer outras obras, mas, por questões financeiras ou por não conseguir reunir o apoio das elites locais, estas acabaram por não se realizar. Estavam neste lote equipamentos culturais como uma nova praça de

²⁵² Imagem original retirada de Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 407, e editada por Ricardo Hipólito de acordo com os objetivos pretendidos para o mapa.

²⁵³ Mangorrinha, Jorge (1996), “Da Felgueira às Caldas da Rainha. A Arquitectura Termal”, em Jorge Mangorrinha (Coord.) (1996), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, pp. 52-70.

touros e um teatro. Todas estas medidas tinham como objetivo equiparar Caldas da Rainha às estâncias mais prestigiadas da Europa.

Berquó destacou-se ainda pelo seu lado solidário e filantropo, doando dinheiro ou adquirindo equipamentos para o Hospital e investindo na formação dos recursos humanos hospitalares, para o que criou uma escola. Noutra vertente, fruto da sua personalidade adepta da convivência e sociabilidade, contribuiu também para animar as elites locais, fazendo-se valer dos seus dotes de barítono, clarinetista e de ator, com os quais participava ativamente na animação local. Pontualmente, convidava amigos ilustres que ajudavam a enriquecer as festas da vila. Desta forma a sua atividade em solo caldense extravasou o âmbito exclusivamente profissional que o trouxe à vila.

O seu trabalho em Caldas da Rainha foi reconhecido pelo rei D. Carlos, que o agraciou com o Oficialato de S. Tiago em 1892 e, a propósito da inauguração do novo Hospital de Santo Isidoro, com a Comenda da Ordem de S. Tiago²⁵⁴. Todavia, Berquó encontrou sempre detratores e críticos do seu trabalho. A sua determinação e convicção fizeram com que fosse criticado pela comunidade local, sobretudo a elite, sendo inclusivamente inúmeras vezes satirizado por Francisco Gomes Avelar e Rafael Bordalo Pinheiro, sobretudo pelo estado caótico em que se encontrava a vila aquando destas transformações.

Apesar das críticas e da obra inacabada, em virtude da sua morte, Berquó contribuiu com as suas ideias para tentar fazer das termas caldenses uma estância que pudesse ombrear com as suas congéneres estrangeiras mais prestigiadas. Resistiu, não sem dificuldade, a todas as pressões e críticas de que foi alvo e fez da vila um dos principais complexos termais nacionais, urbanisticamente ordenado e recreativamente rico e diversificado. O legado da sua obra nos anos seguintes foi sobretudo visível na afirmação do Parque D. Carlos I como principal polo dinamizador das atividades lúdicas e sociais da estância, já que a sua outra grande ambição e projeto – o Hospital D. Carlos – acabou por não se concretizar. Doente, Berquó acabaria por falecer em 1896, numa altura em que muitos dos seus projetos e ideias para a vila ainda não estavam terminados. Não havendo a possibilidade de avaliar o que seria a extensão total do plano por si idealizado é, no entanto, essencial interpretar o seu legado e a importância do mesmo para o turismo local.

Atendendo ao seu carácter ambicioso e à sua tenacidade, Berquó lançou importantes contributos urbanísticos e infraestruturais que guindariam o desenvolvimento turístico local daí em diante, podendo e devendo a sua obra ser por isso encarada como o primeiro grande contributo para o desenvolvimento das infraestruturas turísticas locais. Por ventura, muito do que a localidade veio a lucrar se deveu à sua intervenção, mesmo tendo em conta os avultados investimentos que foram necessários para realizar todas as intervenções. A afirmação social e turística de espaços como o Clube de Recreio e o Parque D. Carlos I, sobretudo este último, não teria sido possível sem as intervenções

²⁵⁴ Mangorrinha, Jorge (1996), “Da Felgueira às Caldas da Rainha. A Arquitectura Termal”, em Jorge Mangorrinha (Coord.) (1996), Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, p. 26

levadas a cabo por aquele administrador. Também a modernização do complexo hospitalar pretendeu valorizar o espaço e permitir a introdução de modernas e eficazes técnicas e práticas termais.

Lançadas as bases para uma evolução que se ambicionava há bastante tempo, a junção dos contributos de Berquó (1888-1896) com outras medidas suas contemporâneas, como a construção da Praça de Touros (1883), a instalação da Fábrica de Faianças das Caldas da Rainha (1884), a chegada do comboio (1887), a abertura do Grand Hotel Lisbonense (1893), a construção do Teatro Pinheiro Chagas (1897) ou a fundação de várias associações e sociedades, com destaque para a Associação de Comércio e Indústria (1902), dotaram a vila de um conjunto de entidades e equipamentos com os quais se ambicionava dali em diante conseguir tirar o melhor partido turístico da vila. Perspetivava-se a criação de uma entidade que tomasse conta da gestão e da programação turística da vila.

4.2. AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES (1908-1910)

Quando surgiram as instituições de gestão do turismo – a Sociedade de Propaganda de Portugal e a Repartição de Turismo –, a missão de desenvolvimento da atividade turística, que até então havia pertencido à iniciativa de indivíduos e de grupos por estes criados (ligas e comissões), ganharia prioridade gradual. A importância da atividade turística institucional seria maior tanto do ponto de vista da regulamentação como na propaganda. A estância termal de Caldas da Rainha veria serem ali instaladas diferentes delegações em anos e períodos distintos. Estas delegações teriam importâncias diferentes, não apenas pelos diferentes períodos cronológicos em que operaram, mas sobretudo pelas diferenças no volume de trabalho que conseguiram concretizar. Uma consulta à bibliografia sobre o turismo nacional, legislação incluída, e em especial às publicações e mecanismos de publicidade utilizados pelas instituições do turismo, ajuda a perceber como funcionavam estas delegações e quais os seus objetivos. A consulta da imprensa local ajuda também a perceber que medidas estas delegações foram promovendo no contexto local e quais as dificuldades e obstáculos com que se foram deparando.

As primeiras tentativas de constituição de uma entidade que chamasse a si o papel de fazer a propaganda da vila tiveram lugar ainda no período monárquico. Em primeiro lugar, em 1908, com a fundação da Comissão Propaganda dos Interesses das Caldas da Rainha, também designada como Comissão de Propaganda de Melhoramentos Locais²⁵⁵ e, em segundo lugar, em 1910, com a criação da Liga de Defesa e Propaganda das Caldas da Rainha²⁵⁶. As informações sobre a atividade destas duas entidades são praticamente inexistentes para além das datas da sua fundação. No caso da primeira, não foi mesmo possível encontrar qualquer outra informação. Relativamente à segunda instituição, *O Círculo das Caldas* faz uma referência a uma reunião que aconteceu em 14 de Fevereiro de 1910, no Teatro Pinheiro Chagas, e na qual foram aprovados o estatutos da entidade, enaltecendo a ideia de que

²⁵⁵ Serra, João B. (1993), “Caldas da Rainha, 1887-1927: Expansão e Modernidade”, em Luís Nuno Rodrigues, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, p. 407.

²⁵⁶ Fundada em 14 de Fevereiro de 1910, cf. Serra, João B. (1995) 2.^a Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha* – Cadernos de História local, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 107.

os interesses da liga «nenhum filho das Caldas devia deixar de defender com entusiasmo e patriotismo»²⁵⁷. Sobre a mesma entidade há ainda uma curta referência, salientando que aquela era uma liga que se propunha promover iniciativas tendentes a tornar a vila «a mais importante estância termal da Península Ibérica e a melhor estação de verão», fazendo para tal «larga propaganda das suas condições climatéricas e turísticas»²⁵⁸.

A falta de informação relativa a estas entidades e às suas atividades pode estar relacionada com a limitação de atividade das mesmas. Apesar das boas intenções na sua criação, muitas vezes estas pecavam pela falta de iniciativa, que pode estar relacionada com questões financeiras ou com a falta de empenho dos seus membros. Não é por isso possível fazer uma real avaliação das atividades desenvolvidas por estas entidades, sendo certo que a iniciativa da fundação de ambas é um indicador bastante claro da consciência da comunidade local da necessidade de dotar a localidade de uma entidade que gerisse a propaganda e os melhoramentos necessários na vila.

Os limitados resultados destas instituições, todavia, não impediram, e muito menos aniquilaram, a ambição da criação de uma entidade que, mais do que as ideias, trouxesse, por um lado, medidas concretas para suprir as carências existentes e, por outro, aproveitasse o que já estava feito. Era, por isso, aguardada com relativa expectativa a possibilidade da criação de delegações dos órgãos de gestão do turismo nacional e, com ela, conseguir-se a almejada, há largos anos, ascensão da vila a um lugar ainda mais destacado no contexto turístico nacional e internacional.

A primeira instituição a introduzir as delegações foi a Sociedade Propaganda de Portugal. Os seus estatutos já previam essa criação, como definido no Capítulo VI - Comissões de Iniciativa e no Capítulo VII - Delegações Regionais dos mesmos, que previa a criação das «Comissões Permanentes de Iniciativa que forem necessárias para integral realização dos fins sociais, sendo o seu número e atribuições fixadas em regulamento», bem como «estabelecer Delegações nos pontos em que o número de sócios ou as condições locais o aconselharem»²⁵⁹. O objetivo era instalar nos locais com relevância turística e com entusiastas da causa turística uma instituição que, embora ligada à administração central, tivesse um conhecimento mais eficaz das necessidades turísticas locais e, ao mesmo tempo, tivesse a determinação de tomar as medidas necessárias para promover os melhoramentos que se julgassem essenciais para o desenvolvimento do turismo nesses locais.

A informação sobre a Delegação da Sociedade Propaganda de Portugal em Caldas da Rainha é escassa. Uma notícia do *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, em 1907, mencionava o regozijo por ter sido feita, para as Caldas da Rainha, a «nomeação oficial de uma comissão, de que muito se há a esperar pelos elementos que a compõem, para estudar a maneira de prover aquela importante terma de todos os melhoramentos, condições de conforto e luxo exigidos pela moderna

²⁵⁷ Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 664, de 20 de Fevereiro de 1910.

²⁵⁸ Franco d' Araújo, Hugo (2010), “Da Corte á República” em Dora Mendes (Coord.) (2010), *A República a Banhos. O Hospital Termal e a I República*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar Oeste Norte, p. 14.

²⁵⁹ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 1, de Julho de 1907, p. 9

civilização»²⁶⁰. Todavia, esta nomeação não significou a constituição imediata da delegação local. Na verdade, um outro artigo da mesma publicação, intitulado “Delegações e Delegados”, alertava para a morosidade da criação das delegações, informando ainda que, até à data (1908), só tinha sido possível a implementação de três delegações: Porto-Leixões, Braga e Figueira da Foz²⁶¹.

De facto, a delegação caldense demoraria sensivelmente mais uma década até ser instituída. Ainda antes disso, porém, existira uma aproximação da Sociedade Propaganda de Portugal a Caldas da Rainha. De acordo com *O Círculo das Caldas*, duas notícias documentam essa ligação entre as duas partes. A primeira, de Setembro de 1906, indicava ter-se realizado, no Teatro Pinheiro Chagas, uma festa em benefício da Sociedade Propaganda de Portugal. Na segunda, dois anos mais tarde, solicitavam-se trabalhos fotográficos sobre Caldas da Rainha, a fim de serem enviados, pela Sociedade Propaganda de Portugal, para revistas e jornais estrangeiros a propósito das praias e termas de Portugal²⁶².

Outro dado interessante para atestar o entusiasmo e a expectativa da comunidade local em relação à atividade turística era os sócios locais da Sociedade Propaganda de Portugal. Em Dezembro de 1913, o *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal* publica a lista integral dos seus sócios até 31 de Dezembro daquele ano. De Caldas da Rainha estavam registados como sócios daquela entidade sete pessoas ou entidades. Eram elas Manuel Saudade e Silva (sócio n.º 1 524), o Hotel Lisbonense (sócio n.º 1 938), António Pimenta Baptista (sócio n.º 2 113), a Associação Comercial e Industrial (sócio n.º 2 882), Jaime Pinto (sócio n.º 2 934), José da Silva Dias (sócio n.º 7 071) e José Agostinho da Silva (sócio n.º 8 883). Não foi possível encontrar registos de outros sócios depois de 1913, dados que seriam interessantes para melhor analisar a evolução do entusiasmo dos agentes turísticos locais.

De acordo com a vasta publicidade encontrada no *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, os sócios da instituição beneficiavam de descontos nas entidades parceiras da Sociedade Propaganda de Portugal. Haveria por isso certamente interesse dos agentes turísticos locais em se associarem à Sociedade Propaganda de Portugal. Os promotores turísticos teriam maior divulgação das suas atividades e poderiam oferecer condições especiais. Os entusiastas das práticas e costumes turísticos e que deles pretendiam apenas disfrutar teriam, por sua vez, vantagens nas atividades e serviços turísticos. Esta lista de sócios caldenses pode ser um indicador das expectativas que aqueles tinham para o turismo da localidade e ao mesmo tempo indicador da esperança que depositavam na ação da Sociedade Propaganda de Portugal em Caldas da Rainha. Se atentarmos ao já referido capítulo VII dos estatutos da Sociedade Propaganda de Portugal, dedicado às Delegações Regionais, percebemos que uma das premissas para a criação de delegações locais era o número de sócios locais da Sociedade Propaganda de Portugal e os motivos de interesse da própria localidade. Tendo Caldas da Rainha alguns sócios e múltiplos motivos de interesse, a criação da delegação seria, mais do que uma esperança, uma questão de tempo.

²⁶⁰ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 2, de Agosto de 1907, p. 16

²⁶¹ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, n.º 16, de Outubro de 1908, p. 82-83

²⁶² *Jornal O Círculo das Caldas*, n.º 543, de 6 de Setembro de 1906 e n.º 611, de 10 de Agosto de 1906.

Apesar da demora, a delegação local seria finalmente fundada em 11 de Setembro de 1916. Da efeméride deu conta *O Círculo das Caldas*, salientando que todos «preconizaram a conveniência da delegação local procurar desenvolver o turismo»²⁶³. Salienta ainda que a entidade tinha na sua presidência o Capitão Jaime Pinto, sócio da Sociedade Propaganda de Portugal, na vice-presidência António Baptista Pereira, como secretário César Coelho da Silva, o tesoureiro era Manuel Lopes e os vogais era José da Silva Dias, sócio da Sociedade Propaganda de Portugal, João Daniel de Sousa, Aires Augusto da Silva, Joaquim Pires Machado e Fernando Júlio de Sousa Machado.

Todavia, atendendo às expectativas que para esta delegação se tinham criado, não foi muito profícua a sua atuação. A consulta do *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal* permitiu constatar «um certo abandono por parte de quase todos os seus membros», diagnóstico que alertava para a inatividade da delegação e que acabaria por motivar a Sociedade Propaganda de Portugal a «considerá-la dissolvida», assim o noticiava a mesma publicação em 1919. Em sequência dessa decisão, ainda no mesmo número da publicação, a entidade lamenta a dissolução do núcleo caldense, «inaugurado com tanto entusiasmo há dois anos»²⁶⁴. Esta notícia indica que a delegação terá funcionado durante dois anos. Tendo sido noticiada a fundação da Delegação em 1916, perfazendo os dois anos de atividade acima mencionados, a delegação caldense terá sido extinta nos finais de 1918, mas não foi possível encontrar a data exata.

Independentemente da data, foi possível perceber que a delegação local daquela entidade, mais do que um período de vida efémero, esteve aquém das expectativas. Dos melhoramentos promovidos pela delegação local destacou-se a montagem de um posto meteorológico «para apreciação do respetivo clima», iniciativa que contou com a colaboração do Observatório Infante D. Henrique, tendo a delegação contribuído com 700\$00 para a construção da infraestrutura. Outra preocupação daquela delegação foi o aproveitamento da Lagoa de Óbidos, que acreditavam dever ser elemento-chave para a região pela sua «importância turística e para aumentar a sua clientela de cura e repouso». Pretendiam por isso melhorar «as suas condições de navegabilidade» e ao mesmo tempo promover melhoramentos nas ligações a Caldas da Rainha e, assim, «permitir digressões e festas de vária ordem, que a colónia banhista ou mesmo os naturais na época própria» pudessem promover²⁶⁵.

Não há registo de outras medidas ou iniciativas promovidas por aquela delegação. Aquando da sua dissolução, a Sociedade Propaganda de Portugal mostrara a sua estranheza pela falta de iniciativa da delegação caldense, indicando que Caldas da Rainha havia sido uma das regiões a que a Sociedade Propaganda de Portugal mais atenção tinha dispensado. A extinção é novamente confirmada, em 1920, com a das delegações de Évora e Castelo de Vide. Apesar da extinção da delegação, ainda de acordo com o seu boletim, não foi suspensa a missão da Sociedade Propaganda de Portugal de proceder a melhoramentos na Lagoa de Óbidos²⁶⁶.

²⁶³ Jornal *O Círculo das Caldas*, n.º 895, de 14 de Setembro de 1916.

²⁶⁴ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, Ano 13.º, n.º 1 e 2, de Janeiro-Abril de 1919, p. 13.

²⁶⁵ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, Ano 11.º, n.º 2, de Março-Abril de 1917, p. 33.

²⁶⁶ *Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal*, Ano 14.º, n.º 2, de Janeiro-Abril de 1920, p. 30 e 34.

Em entrevista de 18 de Outubro de 1925, publicada na *Gazeta das Caldas*, o coronel Ferreira Madail, representante da Sociedade Propaganda de Portugal, lamentava que na vila tivessem «falhado por completo todas as tentativas para se constituírem núcleos de progresso e melhoramentos», referindo como exemplo a «malograda delegação» da Sociedade Propaganda de Portugal²⁶⁷. Sobressai a ideia de que a iniciativa local havia frustrado todas as tentativas de se criar um grupo de locais que, mais do que fundar uma entidade com a responsabilidade de desenvolver o turismo, tivesse a iniciativa efetiva de promover as medidas necessárias a esse desenvolvimento.

4.3. A COMISSÃO DE INICIATIVA DAS CALDAS DA RAINHA (1924-1936)

Criadas pela Lei n.º 1 152, de 23 de Abril de 1921²⁶⁸, as Comissões de Iniciativa eram independentes do poder municipal, estando subordinadas à Repartição de Turismo e funcionando como delegações do poder central na província. A sua missão era atuar junto das regiões e locais de turismo, interessando-se pelos assuntos turísticos das respetivas áreas de jurisdição. As responsabilidades destas entidades obedecem ao artigo 5.º do Regulamento da Lei n.º 1 152 de 23 de Abril de 1921, aprovado pelo Decreto n.º 8 046 de 24 de Fevereiro de 1922²⁶⁹.

Dada a falta de meios, tanto financeiros como de recursos humanos e infraestruturas, a Repartição de Turismo, sediada em Lisboa, viu na criação destas comissões o instrumento ideal para conseguir estender a sua área de atuação às diversas regiões e locais de turismo do país. Aproveitou o trabalho e a disponibilidade dos sócios das delegações da Sociedade Propaganda de Portugal e contou ainda com a boa vontade e voluntarismo de todos aqueles que, localmente, se identificavam com o fenómeno turístico. Estes contribuíram, dessa forma, para a promoção das melhorias necessárias às regiões e aos locais turísticos, que conheciam melhor que ninguém, promovendo igualmente a propaganda destes enquanto lugares de turismo.

As comissões estavam instaladas nas estâncias hidrológicas, praias, estâncias climatéricas, de altitude, de repouso e turismo promovendo o desenvolvimento destes e procurando aumentar a afluência de turistas dos mesmos, assim o definia o artigo 1.º do Decreto n.º 8 046, de 24 de Fevereiro de 1922²⁷⁰. Se se tiver em linha de conta que as comissões se constituíram com base num sistema ainda embrionário e com poucos automatismos, promovido por recursos humanos pouco qualificados, vivendo sobretudo da boa vontade e espírito voluntarioso de entusiastas, as Comissões de Iniciativa tiveram um papel meritório, embora nem sempre consensual ou decisivo. As indefinições das respetivas leis que administravam o turismo, tal como o esquecimento a que foram votadas politicamente em determinados momentos conjugadas com a falta de meios financeiros, foram também entraves a uma maior eficácia.

²⁶⁷ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 3 151 de 16 de Agosto de 1978.

²⁶⁸ Lei à qual se adicionaram os decretos n.º 8 046 de 24 Fevereiro de 1922 e n.º 10 057 de 24 de Agosto de 1924.

²⁶⁹ Consultar a transcrição do artigo n.º 5 do Decreto n.º 8 046, de 24 de Fevereiro de 1922; consultar o Anexo IV.

²⁷⁰ Consultar o Decreto n.º 8 046, de 24 de Fevereiro de 1922.

Neste contexto, foi instituída a Comissão de Iniciativa das Caldas da Rainha. Não foi uma das pioneiras, tendo sido constituída apenas em 23 de Fevereiro de 1924²⁷¹, ao abrigo da portaria que definiu as estâncias hidrológicas e respetivas áreas de abrangência²⁷². Contaria na sua direção com um grupo de ativistas de «absoluto zelo, inteligência e dedicação pela sua terra»²⁷³, assim caracterizava a *Gazeta das Caldas*. A direção da Comissão era composta por Saul Simões Sério (presidente da comissão executiva da Câmara Municipal), Joaquim Gonçalves (presidente da Junta de Freguesia das Caldas da Rainha), Custódio Maldonado Freitas (administrador do Hospital Termal D. Leonor), António de Melo Ferrari (inspetor clínico do Hospital Termal D. Leonor), António Montez (delegado da Sociedade de Propaganda de Portugal), Tomaz Sales Henriques (proprietário local), Francisco Baptista de Carvalho (hoteleiro) e João Montez (comerciante)²⁷⁴.

O representante da Sociedade Propaganda de Portugal em 1925, coronel Ferreira Madail, reforçaria os elogios à Comissão de Iniciativa, destacando a sua direção, «constituída por autênticas competências, tudo gente moça, ativa, enérgica e dotada da melhor boa vontade» e que, ao contrário dos anteriores grupos, ajudou a vila a sair do «sono letárgico em que durante muitos anos permaneceu»²⁷⁵. A entidade, que tinha como área de jurisdição Caldas da Rainha e o lugar e Praia da Foz do Arelho²⁷⁶, esteve inicialmente sediada na Rua Camões, no prédio do Ibéria Club²⁷⁷.

Para analisar o trabalho da Comissão de Iniciativa e, à falta de outras fontes de informação, foi consultado o periódico *Gazeta das Caldas*. Apesar de muita informação encontrada, grande parte limita-se a pequenas notícias que, não raras vezes, não são pormenorizadas e que impedem uma melhor definição da especificidade dos contributos daquela entidade. Todavia, foi possível verificar que, ao longo dos 12 anos (1924-1936) de atividade, o ponto mais forte da atuação da Comissão de Iniciativa terá sido a forte e consistente propaganda e promoção da vila que levou a efeito, cumprindo assim um dos desígnios da missão que lhe estava destinada. Para tal, no âmbito local, adquiriu uma «camioneta» que circulava pelas ruas da vila prestando informações e promovendo a vila. De entre os meios propagandísticos usados destacam-se a edição de dez bilhetes-postais ilustrados (BPI), com fotografias sobre a vila, editando ainda postais com reproduções de quadros de José Malhoa, que difundiu juntamente com os BPI editados pelos amigos do Museu José Malhoa. Publicou também o *Guia-Propaganda das Caldas*²⁷⁸ e contribuiu, com outras entidades, para a publicação anual do *Álbum das Caldas*, revista de propaganda local. Ainda no contexto nacional, a partir de Abril de 1934

²⁷¹ Comissão de Iniciativa do Luso e Bussaco (1936), Nota sucinta das principais obras realizadas pelas comissões de iniciativa criadas pela lei no 1 152, de 23 de Abril de 1921, Lisboa, Oficina Gráfica, p. 15.

²⁷² Consultar: Portaria n.º 2 867 de 10 de Agosto de 1921.

²⁷³ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 44 de 08 de Agosto de 1926.

²⁷⁴ Composição diretiva que obedece, ao art. 2.º da Lei n.º 1 152, de 23 de Abril de 1921, que define as estâncias hidrológicas.

²⁷⁵ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 3 151 de 16 de Agosto de 1928, p. 10.

²⁷⁶ Integrada na Comissão de Iniciativa das Caldas da Rainha ao abrigo do Decreto n.º 10 721 de 28 de Abril de 1925.

²⁷⁷ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 195 de 13 de Outubro de 1929.

²⁷⁸ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 78 de 17 de Julho de 1927.

difundi, todas as quartas-feiras, «breves notícias sobre as Caldas da Rainha e Praia da Foz do Arelho» aos microfones do Rádio Clube Português e da T.S.F.²⁷⁹.

No contexto internacional promoveu a edição de selos, cartazes e folhetos de propaganda, que fez distribuir em Espanha, alvo importante face à colónia espanhola que todos os anos frequentava a localidade. As comunidades inglesa e francesa também mereceram destaque, neste caso com a distribuição pelas «Casa de Portugal em Londres, Paris e Antuérpia, pela agência de Wagons-Lits e Delegação de Companhia dos Caminhos de Ferro para o Turismo» de material propagandístico promovendo a vila²⁸⁰. Difundi ainda, em formato bilingue, um folheto de promoção da vila no âmbito do III Congresso Internacional de História das Ciências, que teve lugar em Coimbra, Lisboa e Porto, em 1934, e que contou com a ajuda da comissão caldense na organização. Os congressistas almoçaram no Grand Hotel Lisbonense, tendo a pretexto desta ocasião inaugurado a comissão, no mesmo hotel, uma Exposição de Propaganda Turística de Portugal²⁸¹. São outros exemplos das atividades de promoção local a venda ao público de água engarrafada das Águas Santas²⁸² e a participação, em 10 de Janeiro de 1928, juntamente com a Câmara Municipal e com Comissões de Iniciativa e Câmaras Municipais de outras localidades, numa reunião, na capital do distrito, Leiria, com vista a debater a propaganda da região. Dessa reunião resultaria a decisão de criar uma Comissão Central e dividir a região em três zonas de turismo, pertencendo as Caldas da Rainha, juntamente com Óbidos, há zona número três²⁸³.

Para além da propaganda, a Comissão de Iniciativa promoveu melhoramentos que contribuíram para a eficácia dos serviços e infraestruturas da vila, nomeadamente os mais diretamente ligados ao turismo. Estas atividades iam desde preocupações urbanísticas e sociais a propostas de programação cultural e lúdica, sem esquecer a exaltação da memória dos atores locais enquanto elementos identitários para a comunidade e de prestígio para a localidade. Procurou ainda ser uma voz ativa em questões delicadas como a legalização do jogo ou na definição de leis locais. Foi possível encontrar inúmeros relatos destas atividades e assim ter uma noção exata do impacto do trabalho desta comissão em prol do desenvolvimento turístico local.

Do ponto de vista urbanístico e das infraestruturas locais, foram mais importantes as contribuições para a abertura da Avenida D. Manuel Figueira Freire da Câmara²⁸⁴ (e respetivo muro de separação do Parque D. Carlos I e vedação com gradeamento em ferro), assim como o Largo Conde de

²⁷⁹ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 429 de 05 de Maio de 1934 e n.º 431 de 19 de Maio de 1934.

²⁸⁰ Várias referências no Jornal *Gazeta das Caldas*, entre os anos de 1927 e 1934, relatam o trabalho da comissão na promoção da vila no estrangeiro.

²⁸¹ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 454 de 27 de Outubro de 1934.

²⁸² Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha: a sua história. as suas águas. as suas curas*, Caldas da Rainha, Soc. Gráfica Editorial, p. 271.

²⁸³ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 105 de 22 de Janeiro de 1928.

²⁸⁴ Denominação atribuída ao Largo das Águas Quentes por deliberação camarária em 28 de Julho de 1909, cf. Forsado, Rui (1966), *As Ruas das Caldas (Achegas para uma toponímia Caldense)*, Caldas da Rainha, Tipografia Gazeta das Caldas, p. 2.

Fontalva²⁸⁵. Estas duas artérias constituíam, à época, o conjunto que compunha a entrada na vila a quem vinha de Lisboa, contribuindo para melhorar a imagem de um dos locais mais movimentados da localidade. Era justamente nesse eixo que se encontrava edificado o Grand Hotel Lisbonense. Não menos importante foi a cooperação na colocação de painéis de azulejos na estação de caminhos-de-ferro, além do alargamento dos passeios no Largo da Estação com calçada portuguesa completada com a macadamização da Avenida da Independência Nacional²⁸⁶ e a colocação das respetivas placas para o trânsito de peões, candeeiros e arborização, obras que decorreram entre o final de 1926 e o início de 1930. Estas duas ações contribuíram para embelezar o outro grande ponto de entrada, a Estação, e a sua principal via de ligação ao centro urbano, a Avenida da Independência Nacional. A Comissão de Iniciativa colaborou ainda em melhoramentos de menores dimensões no Parque D. Carlos I, em vários momentos e períodos, no financiamento das obras de instalação da Estação de Telégrafo-Postal e na edificação do Estádio das Caldas (inaugurado em 1 de Setembro de 1934)²⁸⁷, entre outros pequenos apontamentos um pouco por toda a vila. Mostrou ainda preocupação com a imagem e preservação do património local ao mandar reparar e limpar a torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pópulo²⁸⁸.

Na vertente social, destacou-se no combate à mendicidade²⁸⁹, uma das preocupações constantes nas estâncias de turismo²⁹⁰. Ferreira Madail, na já referida entrevista de 1925, destacaria mesmo o eficaz combate à mendicidade como um «dos melhoramentos mais importantes» da comissão²⁹¹. Colaborou ainda na organização de várias festas de beneficência e, mais importante, na fundação do Lactário-Creche Rainha D. Leonor, em 18 de Novembro de 1925. Subsidiou ainda, com donativos, a Misericórdia e os Bombeiros Voluntários locais²⁹² e efetuou trabalho de realce na higienização das ruas da vila, para a qual adquiriu uma «camionette-tanque» para regar as ruas.

No panorama cultural, a comissão participou ativamente na celebração e edificação de monumentos em homenagem às principais figuras locais. Destaque para a participação na organização das comemorações do 4.º centenário da morte da Rainha D. Leonor (1525-1925), em 18 de Novembro de 1925, para a construção do busto de homenagem a Rafael Bordalo Pinheiro, da autoria de Teixeira Lopes e inaugurado em 15 de Maio de 1927 no Parque D. Carlos I, para a colaboração na comissão que promoveu a construção do busto de homenagem a José Malhoa, inaugurado em 10 de Setembro de 1928, e ainda para os subsídios para a construção da estátua de homenagem à Rainha D. Leonor, da

²⁸⁵ Denominação atribuída à Rua Ocidental do Passeio por deliberação camarária em 23 de Julho de 1925, cf. Forsado, Rui (1966), *As Ruas das Caldas (Achegas para uma toponímia Caldense)*, Caldas da Rainha, Tipografia Gazeta das Caldas, p. 87.

²⁸⁶ Denominação atribuída ao antigo Casal do Galrão em 18 de Janeiro de 1890, no contexto da reação nacionalista ao *ultimatum* Britânico, cf. Forsado, Rui (1966), *As Ruas das Caldas (Achegas para uma toponímia Caldense)*, Caldas da Rainha, Tipografia Gazeta das Caldas, pp. 59-65.

²⁸⁷ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 166 de 24 de Março de 1929 e n.º 446 de 01 de Setembro de 1934.

²⁸⁸ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 454 de 27 de Outubro de 1934.

²⁸⁹ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 12 de 27 de Dezembro de 1925.

²⁹⁰ Já em 1896 o periódico local *Cavacos das Caldas* fazia referências em vários números ao problema da mendicidade e à necessidade da sua resolução, cf. *Cavacos das Caldas*, n.º 9 de 15 de Setembro de 1896, p. 31.

²⁹¹ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 3 151 de 16 de Agosto de 1978.

²⁹² *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 435 de 16 de Junho de 1934 e n.º 544 de 18 de Julho de 1936.

autoria de Francisco Franco, inaugurada em 15 de Setembro de 1935 no Largo Conde de Fontalva. Foram angariados, para esse efeito, cerca de 11 000\$00²⁹³ através da venda de postais, além de 2 550\$00 de subsídios próprios da comissão. Estas ações visaram a exaltação dos atores locais e daqueles que mais contribuíram para o crescimento e progresso da vila. A comissão seria depois chamada à responsabilidade pela manutenção e conservação dos mesmos²⁹⁴. Outro empreendimento de âmbito cultural que contou com o apoio monetário da comissão foi a edificação do Museu José Malhoa, inaugurado em 28 de Abril de 1934 na Casa dos Barcos, no Parque D. Carlos I²⁹⁵.

Na vertente lúdica, foram contributos da comissão a instalação de um recinto de diversões para crianças e uma biblioteca ao ar livre, ambos no Parque D. Carlos I, onde também promoveu concertos musicais para animar as tardes do parque e para os quais contratou a Banda do Regimento de Infantaria n.º 5²⁹⁶. No âmbito das atividades do Clube de Recreio, promoveu e subsidiou alguns bailes e festas. Foi também habitual a oferta de prémios e a colaboração na organização de provas desportivas, como o Grande Circuito Hípico Nacional de 1925, curiosamente ganho pelo caldense José Tanganho, o III Quilómetro Lançado, em 1932 e o I Rallye Auto-Rádio, que passou pela cidade em 26 de Agosto de 1934. Para além destes, a Comissão de Iniciativa participava na organização das Festas da Cidade ou da feira de S. João. Colaborou ainda em inúmeros outros eventos, como por exemplo a oferta do almoço à comitiva do vagão “Hotel Modelo” em 1933 ou a receção ao grupo excursionista de médicos hidrologistas que visitou a estância caldense em 1935.

A comissão fez também parte da Comissão Organizadora que, em conjunto com as mais influentes e importantes entidades da vila – a Associação Comercial e Industrial, a Câmara Municipal, o Hospital Termal Rainha D. Leonor e a *Gazeta das Caldas*²⁹⁷, entre outros – promoveu, de 21 a 28 de Agosto de 1927, no Parque D. Carlos I, a V Exposição Agrícola, Pecuária, Industrial e de Automóveis nas Caldas da Rainha, também denominada V Exposição das Caldas. Esta exposição, tal como as anteriores (I em 1920, II em 1921, III em 1923 e IV em 1925)²⁹⁸, funcionou como montra da vitalidade local, numa altura em que o concelho conciliava diversos fatores de atracção que fizeram deste um polo cosmopolita. Era um centro de prestígio onde o turismo (termalismo, praia e excursionismo), a cultura (exposições, teatro, concertos, artes plásticas, entre outros) e os eventos desportivos (touradas, concursos hípicos, provas velocipédicas, entre outros) eram indicadores de vitalidade associados ao desenvolvimento e crescimento económico e social. A organização da V Exposição das Caldas contou com o imprescindível e decisivo empenho das «forças vivas» locais, alcançando larga difusão na

²⁹³ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 154 de 30 de Dezembro de 1928 e n.º 552 de 12 de Setembro de 1936.

²⁹⁴ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 331 de 12 de Junho de 1933.

²⁹⁵ Rodrigues, Luís Nuno (2010). “A Criação do Museu José Malhoa nas Caldas da Rainha”, Couto, Matilde Tomaz do e (Coord.) (2010), *O Museu José Malhoa As Caldas e a República*, Museu José Malhoa, Caldas da Rainha, pp. 14-24.

²⁹⁶ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 439 de 14 de Julho de 1934.

²⁹⁷ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 70 de 22 de Maio de 1927.

²⁹⁸ Rodrigues, Luís Nuno, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha, pp. 430-432.

imprensa local e nacional²⁹⁹, tendo a Comissão Organizadora promovido o evento em vários locais do país³⁰⁰. Contou também com a presença de membros do governo³⁰¹ ao longo do certame, presença mencionada no decreto que consagra a elevação da vila a cidade, aprovado na semana do evento³⁰².

Os méritos da atividade desta comissão não se esgotaram nos subsídios e apoios financeiros nem nos programas e propostas de carácter cultural e lúdico. A esse propósito destacou-se a solicitação, juntamente com outras comissões do país, às autoridades competentes para permissão da livre entrada de espanhóis em Portugal³⁰³. Dada a importante comunidade espanhola que todos os anos visitava Caldas da Rainha, o sucesso desta solicitação era imprescindível e o deferimento do pedido foi naturalmente meritório. A comissão destacar-se-ia ainda como uma voz ativa junto da autarquia local na defesa dos interesses locais. Mostrou-se solidária com decisões da autarquia local em medidas administrativas que, no entender da comissão, ajudavam ao desenvolvimento local, como a carta enviada ao subsecretário de estado das Corporações, a sublinhar a concordância com a autarquia em manter o descanso semanal à segunda-feira³⁰⁴, sob pena dos prejuízos da mudança do mesmo para os domingos, tal como era equacionado.

Numa altura em que o turismo termal já se encontrava numa fase descendente e a sua hegemonia já tinha uma forte, e cada vez maior, concorrência e rivalidade por parte das praias e dos seus hábitos mais sofisticados que granjeiam a preferência de cada vez mais veraneantes, a Comissão de Iniciativa expandiu a sua atividade, alargando a sua intervenção de um forma mais visível para a praia da Foz do Arelho, promovendo ali melhoramentos com destaque para o estabelecimento de transportes de forma sistemática e com custos reduzidos durante a época balnear.

As meritórias atividades da comissão caldense foram elogiadas por José de Ataíde, diretor da Repartição de Turismo. Este afirmara que a comissão local, «sem desprimor para as outras, [fora] uma das que mais [havia] manifestado desejos de contribuir para o desenvolvimento turístico da região», afirmando ainda que do relatório das atividades desta comissão fazia parte «uma série notável de empreendimentos»³⁰⁵ que contribuiu para a prosperidade da vila. As palavras elogiosas de Ataíde, principal responsável pelo diagnóstico do estado de desenvolvimento do turismo nacional, pressupõem um reconhecimento inequívoco e elucidativo por parte da administração central do turismo face ao papel decisivo que a Comissão de Iniciativa caldense teve em prol da evolução dos serviços e infraestruturas turísticas locais. O mérito dos trabalhos realizados pela comissão havia tido eco inclusivamente do outro lado do Atlântico. Também no Brasil, na *Revista Portugal*, se deu conta do

²⁹⁹ A revista *Ilustração* dedica à exposição algumas páginas dos n.º 41, de 1 de Setembro de 1927, e n.º 42, de 16 de Setembro de 1927.

³⁰⁰ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 75 de 26 de Junho de 1927 e n.º 76 de 03 de Julho de 1927.

³⁰¹ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 71 de 29 de Maio de 1927.

³⁰² Consultar: Decreto n.º 14 157, de 26 de Agosto de 1927.

³⁰³ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 235 de 27 de Julho de 1930.

³⁰⁴ *Jornal Gazeta das Caldas*, n.º 451 de 06 de Outubro de 1934.

³⁰⁵ Turismo, Comissão Municipal (1927), *Caldas da Rainha, Rainha das Termas, Caldas da Rainha*, Imp. Marques Abreu, Lda., p. 34.

trabalho da comissão em prol de Caldas da Rainha, noticiava em 1926 a *Gazeta das Caldas*³⁰⁶. A estes dois testemunhos juntam-se muitas outras notícias elogiosas que foram sendo enunciadas ao longo do período de atividade da comissão, a propósito das mais diversas iniciativas.

Apesar dos seus méritos, nem tudo foram sucessos e conquistas nos 12 anos de atividade da comissão. Uma das medidas mais importantes que a comissão chamou a si como uma responsabilidade foi a problemática dos jogos de azar. Esta atividade, inicialmente clandestina e de conotação imoral, era ao mesmo tempo um dos mais dinâmicos mecanismos da vida dos locais de lazer. O jogo era proibido e perseguido, uma situação que desagradava a muitos. A sua regulamentação era uma questão urgente. Alguns defendiam que «o jogo [era] a base essencial do turismo»³⁰⁷. O *Cavacos das Caldas*, numa notícia intitulada “O jogo d’azar”, em 1897, informava que na vila se jogava «à vontade», destacando a não existência de contestação a essas práticas. Todavia, a mesma notícia refere também que a inauguração do Restaurant Clube, onde não era permitido jogar, motivou o encerramento de todas as casas de jogo³⁰⁸, indicador claro das dificuldades de afirmação do jogo em solo caldense. Uma publicação turística local, editada pela *Gazeta das Caldas* em 1926, refere que ali funcionavam em simultâneo três casinos: o Parque Casino, o Casino Ibéria e o Casino Internacional³⁰⁹. Não foram encontradas referências às atividades destes três equipamentos, podendo essa escassez de informação refletir, por um lado, o pouco destaque dos mesmos e, por outro, que, apesar do nome, os locais poderiam ter atividades e funções distintas daquelas que esse nome pode subentender.

A regulamentação dos jogos de fortuna e azar acabaria por ser uma realidade apenas em 1927³¹⁰, sendo rigidamente fiscalizado e regulamentado e apenas autorizada a sua exploração em determinados pontos do país. Frustrando as ambições locais, Caldas da Rainha não constou desse mapa. Com a missão de fazer integrar a estância caldense naquela lista, a comissão foi junto do Ministério do Interior, em 29 de Janeiro de 1928, solicitar a inclusão da cidade numa das zonas de jogo oficiais. A proposta não foi atendida, continuando a estância à margem do mapa oficial do jogo autorizado, com os prejuízos que isso representava em comparação com outros locais com essa oferta. O jogo terá mesmo sido um dos pontos fracos da oferta local em contraste com outros onde aquela atividade se afirmara como atracção central, casos do Estoril ou da Figueira da Foz, entre outros.

Foi também possível encontrar na imprensa local testemunhos relativos a alguma inoperância e falta de iniciativa da comissão. Fruto desse menor fulgor nas atividades e de alguma instabilidade diretiva, o final da década de 20 foi conturbado para a comissão. Foi neste contexto de indefinição que

³⁰⁶ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 47 de 29 de Agosto de 1926, p. 5.

³⁰⁷ Brito, Sérgio Palma (2010) “A Institucionalização do Turismo”, em Maria Alexandre Lousada e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 140.

³⁰⁸ *Cavacos das Caldas*, n.º 33 de 9 de Setembro de 1897, p. 10.

³⁰⁹ Inaugurado em 1926, cf. Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 190.

³¹⁰ Consultar Decreto n.º 14 643 de 3 de Dezembro de 1927.

surge o pedido de demissão de António Montês, em 27 de Julho de 1929³¹¹, um dos mais dinâmicos elementos da instituição. Dada a indefinição, em Março de 1932³¹², no momento mais delicado da vida da entidade, uma portaria do governo dissolveria a Comissão de Iniciativa e nomearia uma Comissão de Turismo, atribuindo-lhe novos membros³¹³.

Na origem deste período de crise diretiva e de atividade estiveram também problemas de ordem financeira. Disso é prova o empréstimo de 110 000\$00 contraído em Novembro de 1933 para que a comissão pudesse pagar ao estado um valor em dívida de anos anteriores. Em 1935 uma notícia dava a conhecer os números em dívida pela comissão desde a sua fundação até aquele ano. A comissão viu-se mesmo obrigada a alterar os seus orçamentos para fazer face às dívidas ao estado e com isso reduziu substancialmente a sua atividade. Nessa fase de bloqueio financeiro, a comissão contou com a colaboração da Câmara Municipal para conseguir manter alguns dos serviços até então existentes, sendo obrigada a abrir mão de muitos outros por falta de financiamento³¹⁴.

Outro exemplo das dificuldades de tesouraria da comissão aconteceu por ocasião da edificação do Museu Malhoa. Júlio Lopes, presidente da comissão, depois de ter sido contactado por António Montês, grande impulsionador da ideia do Museu, solicitando apoio financeiro da comissão na edificação do Museu, respondeu à solicitação indicando que a comissão não podia avançar qualquer ajuda financeira por indisponibilidade económica. Tal posição, embora justificada, motivou um desabafo indignado de António Montês, referindo que para Caldas «de todo o país vem dinheiro e o turismo caldense ... nem um vintém!»³¹⁵.

Não sendo objetivo deste estudo comparar a atividade das diferentes comissões espalhadas pelo território nacional, e descontando algum eventual, porém natural, exagero por parte da imprensa local ao enaltecer os méritos da iniciativa local, é seguro afirmar que, apesar de alguns fracassos e dificuldades, a Comissão de Iniciativa das Caldas da Rainha teve um volume de trabalho significativo e diversificado que em muito contribuiu para o desenvolvimento e eficiência do turismo local. Os seus contributos foram tão meritórios quanto o facto de, no período cronológico em que as comissões foram chamadas a atuar (1922-1936), o país ter sofrido uma grande transformação do ponto de vista político. A instauração da Ditadura Militar e a entrada em cena da Constituição de 1933 (Abril de 1933)³¹⁶, que consagraria o Estado Novo como regime, motivou inúmeras transformações na administração pública.

³¹¹ Carta de demissão publicada no Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 208 de 12 de Janeiro de 1930.

³¹² Rodrigues, Luís Nuno (1996), “António Montês e a criação do Museu de José Malhoa. 1924-1934”, em Paulo Henriques (Coord.), António Montês, *Museu de José Malhoa*, Caldas da Rainha, Instituto Português de Museus, pp. 81 e 92.

³¹³ Foram então designados José Saudade e Silva (presidente da Câmara Municipal), Ruben Gomes, José Ferreira Neto, António Montês (o único a regressar), João Fernandes Coelho Pereira, João Serafim Moreira e Appio Sotto Mayor⁵¹. Mais tarde, João Fernandes Coelho Pereira seria substituído por José Venâncio Coelho Pereira e José Saudade e Silva por Júlio Lopes, cf. Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 320 de 27 de Março de 1932, p. 4.

³¹⁴ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 405, 11 de Novembro de 1933, n.º 509 de 16 de Novembro de 1935, e n.º 543 de 11 de Julho de 1936.

³¹⁵ Rodrigues, Luís Nuno (1996), “António Montês e a criação do Museu de José Malhoa. 1924-1934”, em Paulo Henriques (Coord.), António Montês, *Museu de José Malhoa*, Caldas da Rainha, Instituto Português de Museus, p. 87.

³¹⁶ Pina, Paulo (1988), *Portugal: o turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 77.

No momento de afirmação, o Estado Novo estaria mais preocupado em combater quem se lhe queria opor do que em dar uma política estruturada ao Turismo, que por isso se encontrava esquecido. Esse esquecimento não o livrou de sofrer mutações, consubstanciadas com a sua passagem do Ministério do Interior para o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), dirigido por António Ferro, em 31 de Dezembro de 1939³¹⁷, numa altura em que as Comissões de Iniciativa e Turismo já haviam sido extintas e substituídas por Juntas e Comissões Municipais de Turismo³¹⁸, à luz do novo Código Administrativo³¹⁹. Este novo regulamento traçara o destino das comissões, considerando-as «extintas, sem prejuízo n.º 2 do artigo 7.º e único do artigo 8.º, em 1 de Janeiro de 1937»³²⁰. Esta medida vinha confirmar a ideia defendida por Marcelo Caetano (responsável pela elaboração do referido código administrativo de 1936) de que «as Comissões de Iniciativa deveriam ser extintas» e integradas nos serviços municipais visto, no seu entender, os serviços por estas prestados serem por vezes administrados pelos municípios, pelo que esta integração deveria resultar numa «maior eficácia dos dinheiros públicos»³²¹. Para além do efeito direto da extinção das comissões, esta medida revelou ainda uma reconfiguração entre poder central e local que faria com que o turismo passasse a estar diretamente ligado às ambições do poder local perdendo a autonomia de ação que tivera até então.

Em síntese, apesar da pouca definição e atenção estatal a que a atividade do turismo e as comissões foram votadas, nos doze anos em que Caldas da Rainha teve a sua Comissão de Iniciativa, esta desenvolveu um trabalho meritório. Sendo o turismo uma atividade ainda em expansão e em constante evolução e mutação, as novidades, os hábitos e as exigências eram novas a cada dia que passava. Nesse sentido, embora as grandes transformações locais já tivessem acontecido, a Comissão de Iniciativa teve o mérito de conseguir levar a cabo, com poucos recursos, uma série de empreendimentos nas mais variadas áreas. A morosidade na concretização dos empreendimentos mais onerosos ajuda a perceber as dificuldades no financiamento dos mesmos, mas permite também perceber a determinação, a objetividade e o sentido de responsabilidade da comissão no cumprimento da sua missão. No entanto, aquando da sua constituição, em 1924, a comissão encontrou uma vila que já se havia afirmado enquanto centro de turismo nacional, sendo um dos lugares de turismo que mais prestígio granjeava.

³¹⁷ Consultar: Decreto-lei n.º 30 251, de 30 de Dezembro de 1939.

³¹⁸ Brito, Sérgio Palma (2011), *Direcção-Geral de Turismo: Contributos para a sua História*, Lisboa, Turismo de Portugal, p. 12.

³¹⁹ Consultar Código Administrativo de 1936.

³²⁰ Consultar Decreto-lei n.º 27 424, de 31 de Dezembro de 1936.

³²¹ Pina, Paulo (1988), *Portugal: o turismo no século XX*, Lisboa, Lucidus, p. 43.

Quadro n.º 4.1. Comissões de Iniciativa do Distrito de Leiria (1922-1936)

Comissões de Iniciativa do Distrito de Leiria			
Data da constituição	Comissão de Iniciativa	Impostos pagos ao Estado	#
1922/07/04	Cucos e Santa Cruz (Torres Vedras)	124 830,5 \$	2
1923/03/14	Tomar	78 500,00 \$	4
1923/04/24	Areia Branca	23 050,00 \$	9
1923/07/09	Alcobaça	79 561,99 \$	3
1924/00/00	Nazaré	45 746,96 \$	6
1924/02/23	Caldas da Rainha (Foz do Arelho)	46 511,55 \$	5
1925	Leiria	139 801,10 \$	1
1925/09/04	São Marinho do Porto	32 293,76 \$	8
1926/11/17	Peniche (Baleal, Consolação e S. Bernardino)	14 700,70 \$	12
1927/07/05	Marinha Grande	18 268,13 \$	10
1927/07/23	Batalha	16 972,97 \$	11
1929/06/22	Pombal	38 710,24 \$	7

Fonte: Comissão de Iniciativa do Luso e Bussaco (1936), Nota sucinta das principais obras realizadas pelas comissões de iniciativa criadas pela lei n.º 1 152, de 23 de Abril de 1921, Lisboa, Oficina Gráfica

Todavia, e apesar dos elogios de Ataíde, uma análise às comissões de iniciativa do distrito de Leiria (Quadro n.º 4.1.) permite perceber que, apesar da extensa lista de atividades promovidas pela Comissão de Iniciativa de Caldas da Rainha, esta, de entre as doze comissões do distrito, não foi senão a sexta a ser fundada. Por outro lado, no que ao pagamento dos impostos diz respeito, foi a quinta comissão que mais desembolsou em função das suas atividades, posição que será certamente ainda mais modesta numa análise do panorama nacional. Os valores pagos estavam diretamente ligados às taxas cobradas pelas comissões aos serviços turísticos locais, sobretudo aos hotéis, não sendo um dado totalmente fidedigno, pois nem sempre essas taxas eram recebidas.

Outro dado a ter em conta diz respeito ao facto de a Comissão de Iniciativa de Cucos e Santa Cruz, que administrava as termas dos Cucos, ter sido a primeira a ser fundada no distrito, em 1922, e nos pagamentos de imposto só foi superada pela comissão da capital de distrito. Este pode ser um

indicador de que as termas caldenses tinham nos Cucos um rival regional como até então não tinham tido e que, a avaliar pelo quadro, procurava a todo o custo modernizar-se e afirmar-se. Estes números funcionam apenas como indicadores comparativos entre as diferentes localidades. Os gastos não seriam necessariamente proporcionais à importância dos locais, nem espelhariam por si só a importância turística dos mesmos. É preciso ter em linha de conta que no caso caldense as constantes dificuldades financeiras podem influenciar decisivamente uma melhor correlação dos números. Uma análise da atividade das Comissões de Iniciativa das restantes localidades poderá ajudar também a atestar a importância efetiva de cada comissão na sua área de jurisdição.

4.4. A PRAIA DA FOZ DO ARELHO

O turismo em Caldas da Rainha foi, como vimos, muito influenciado pelas características termais da localidade e pelas práticas e hábitos associados a essa atividade. Quando o termalismo se afirmou enquanto prática turística Caldas da Rainha emergiu como um dos principais centros termais no contexto nacional. Todavia, com a profusão, ainda no século XIX, dos banhos de mar, iniciou-se o desenvolvimento do turismo de praia, que viria a concorrer diretamente com o termalismo. As praias acabariam mesmo por se superiorizar, já no século XX, às termas enquanto locais da preferência da grande maioria dos turistas. Sendo espaços mais acessíveis, por serem mais baratos, mas também locais onde as diferenças sociais e respetivos comportamentos são menos antagónicos, estes foram os locais procurados pelas classes menos abonadas. É neste contexto que a praia da Foz do Arelho, pertencente ao concelho das Caldas da Rainha, vai ganhar importância no período cronológico em estudo, embora com algumas particularidades. Inicialmente este destaque restringiu-se ao âmbito local, mas a curto prazo a projeção da praia atrairia gente de outras zonas.

Quando o turismo de praia se começou a afirmar enquanto alternativa ao termalismo, na região Oeste a praia da Foz do Arelho estava ainda distante do dinamismo de S. Martinho do Porto. A Foz estava antes «inscrita nos roteiros turísticos pela ocasião que proporcionava a caçadores e apreciadores de caldeiradas, como o rei. D. Carlos»³²², funcionando essencialmente como um local de passeio, sobretudo para aqueles que se alojavam nas Caldas da Rainha e que dali partiam em diversas excursões. A paixão reconhecida de D. Carlos pela caça despertara-lhe o interesse na Lagoa de Óbidos. Ali tinha a companhia do amigo Pe. António³²³ para satisfazer o seu gosto pela caça e era na casa deste que preparavam os eventos³²⁴. A Foz do Arelho era apreciada pelas suas características naturais, onde se incluía a Lagoa de Óbidos e as atividades piscatórias a ela associadas. Um artigo do *Cavacos das Caldas* noticia essas atividades ao referir que ali se havia realizado «uma caçada [...] muito concorrida e abundante»³²⁵. A Lagoa de Óbidos foi um local com relevância recreativa em

³²² Trancoso, Vasco (2009), *Grandela e a Foz do Arelho*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 43.

³²³ Também conhecido por Padre António José de Almeida, Padre António das Caldas e Padre António de Óbidos, cf. Umbelino, Jaime (2000), *A Foz do Arelho na Lenda e na História*, Torres Vedras, Tipoeste, p. 115.

³²⁴ Umbelino, Jaime (2000), *A Foz do Arelho na Lenda e na História*, Torres Vedras, Tipoeste, pp. 111-113.

³²⁵ *Jornal Cavacos das Caldas*, n.º 11 de 15 de Outubro de 1896, p. 32.

virtude das provas aquáticas que ali eram realizadas, mas era também lugar de excursão e de contemplação pelas suas características naturais intrínsecas.

O *Cavacos das Caldas* noticia também um dado interessante para a perceção da importância do local no final do século XIX. Numa altura em que o seu mediatismo enquanto praia estava ainda longe de chegar, a Foz do Arelho funcionavam sobretudo como um destino para «muitas famílias caldenses»³²⁶, quando nas Caldas da Rainha a época balnear se aproximava do seu encerramento e o dinamismo social já não era o mesmo dos meses de Agosto e Setembro. Servia a Foz para os caldenses fazerem a sua vilegiatura. Para além de ser uma praia de banhos e um local de excursão, funcionava como local de refúgio das famílias de Caldas da Rainha e de alguns dos frequentadores das suas termas que ali encontravam um local onde podiam «descansar» do rebuliço característico da época balnear nas termas caldenses e aproveitar para o «uso de banhos de mar»³²⁷. Na Foz do Arelho podiam tomar-se «duas espécies de banhos, o denominado de choque, que é tomado no mar, e o de mergulho, que é tomado na lagoa»³²⁸. O banho de mar dava os seus primeiros passos nas atividades balneares nacionais e as suas práticas começavam a tornar-se cada vez mais quotidianas.

Em 1897 a Foz do Arelho é caracterizada como uma «pequena povoação» onde pontificavam as «modestíssimas casas, [...] ruas tortuosas e sem plano» tendo, no entanto, a pouca distância, a «majestosa e imponente» Lagoa de Óbidos. A praia de banhos é caracterizada como «uma das mais limpas do litoral», salientando que a mesma era «bastante concorrida por muitas famílias espanholas e portuguesas», provenientes da época balnear caldense. Assim, ali se formava «algum bulício e animação», promovida pela já referida afluência portuguesa e espanhola, que «proporcionam todas as diversões compatíveis com os recursos que o acanhado meio da povoação» dispunha. Este dinamismo não tinha no entanto qualquer comparação com o que se vivia em Caldas da Rainha³²⁹.

A proximidade entre as localidades tenderia a aumentar com o passar dos anos, afirmando-se a Foz do Arelho como um complemento à oferta turística de Caldas da Rainha. Só mais tarde, já num período de acentuado declínio do termalismo, a Foz ganharia preponderância. Para essa transformação contribuíram decisivamente os diversos investimentos que ali foram sendo feitos, nas mais variadas áreas. Um dos mais importantes e decisivos foram os acessos entre ambas as localidades. Embora a ligação fosse uma realidade, com o aumento da afluência e do interesse que a Foz conquistou, as suas vias de acesso tornar-se-iam insuficientes e seriam necessárias medidas para modernizar e tornar eficazes as ligações Caldas-Foz e vice-versa, numa altura em já existiam «carreiras diárias», a preços reduzidos, «todos os dias na época própria»³³⁰.

Havia no entanto a clara noção de que para fazer face às necessidades e às ambições que se profetizavam para o local era necessário a construção de uma linha de caminho-de-ferro. Da determinação na superação dessa limitação é exemplo a notícia do *Cavacos das Caldas*, que enaltece a

³²⁶ Jornal *Cavacos das Caldas*, n.º 11 de 15 de Outubro de 1896, p. 31.

³²⁷ Jornal *Cavacos das Caldas*, n.º 42 de 21 de Novembro de 1897, p. 12.

³²⁸ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, p. 46.

³²⁹ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, p. 46.

³³⁰ Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense, p. 46.

entrada no Ministério das Obras Públicas de um «pedido de concessão para o estabelecimento de uma linha de caminho de ferro de via reduzida, das Caldas da Rainha à praia da Foz»³³¹. As ligações seriam uma preocupação constante, não apenas em função do crescimento da afluência, mas também pela necessidade de modernizar o serviço em função da evolução que os transportes sofreriam ao longo do período cronológico deste estudo.

No final do século XIX a Foz do Arelho começava, assim, a afirmar-se no panorama balnear local, acreditando-se que deveria e poderia ocupar um lugar de maior destaque no que às praias nacionais dizia respeito. Adivinhava-se, por isso, que o início do século XX seria um período de progresso e sobretudo de aumento do seu prestígio balnear. O estatuto social e o potencial económico da grande maioria daqueles que visitavam e procuravam a convivência social seriam também elementos que contribuíram decisivamente para o impulso progressista que o lugar viveria naquela época.

O aumento de afluência e consequente modernização das infraestruturas seria decisivo para sublinhar o crescimento da importância da localidade. A edificação de um hotel representaria um marco importante, embora simbólico, da relevância turística da Foz. O Eden Palace Hotel seria inaugurado em 1910³³² e oferecia aos turistas «muitas comodidades e confortos: [era] elegante e muito bem situado»³³³. Contemporâneo deste estabelecimento hoteleiro são algumas moradias de férias construídas por visitantes e entusiastas da localidade que, fruto da sua prosperidade, capacidade económica e filantropia ajudariam a localidade a desenvolver-se e dotar-se de melhores condições. Os dois exemplos mais paradigmáticos deste empreendedorismo foram o visconde de Almeida Araújo e Francisco de Almeida Grandela. Ambos construíram os seus palacetes (residências balneares privadas) no local, mas ajudaram também a localidade a prosperar com outros investimentos. Enquanto o visconde Almeida Araújo custeou a edificação do posto da Guarda Fiscal, da Estação Telegráfica e do já referido hotel, Grandela³³⁴ destacou-se pela construção da Casa do Povo e das escolas da Foz do Arelho e do Nadadouro. Também o visconde de Sacavém, figura cimeira da cerâmica e da promoção das atividades lúdicas da época balnear caldense, ali havia edificado uma habitação.

A Sociedade Propaganda de Portugal reconhecera em 1915 a pertinência turística da Foz do Arelho num folheto de propaganda turística nacional, destinado ao público espanhol. Naquele meio de propaganda a localidade era apresentada como «uma interessantíssima praia [...] banhada por mar e na qual há hotel e restaurante»³³⁵. Merecem destaque as referências ao hotel e ao restaurante, que ainda que módicos, eram reflexo claro de algum progresso turístico que ali se ia vivendo. Numa outra publicação referente às praias nacionais, da mesma instituição, apresentava-se um inventário das

³³¹ *Jornal Cavacos das Caldas*, n.º 34 de 23 de Setembro de 1897, p. 12.

³³² Seria arrendado por Luís Grandela, filho de Francisco Grandela, em 1923 e redominado Hotel do Facho, Trancoso, Vasco (2009), *Grandela e a Foz do Arelho*, Calda da Rainha, Património Histórico, p. 50.

³³³ Madail, J. A. Ferreira (1911), *Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Typographia Dias & Paramos, p. 53.

³³⁴ O seu palacete foi vendido em 1940 à FNAT por 190 contos, cf. Trancoso, Vasco (2009), *Grandela e a Foz do Arelho*, Caldas da Rainha, Património Histórico, p. 101.

³³⁵ Sociedade Propaganda de Portugal (1915), *Portugal: Clima, Paisagens, Estaciones Termales, etc.*, Lisboa, Tipografia Universal, p. 10.

praias nacionais com indicações básicas sobre as mesmas. A praia da Foz do Arelho era então considerada como «uma das mais pitorescas de todo o país», destacando-se por ser «vasta e desafogada», mas, ainda assim, permanecendo como «uma das menos conhecidas» de todo o país³³⁶.

As referências da Sociedade Propaganda de Portugal demonstram a importância que as instituições de turismo depositavam na Foz do Arelho. Apesar do seu desenvolvimento, esta praia não tinha, nem de perto, o destaque e a importância de outras substancialmente mais mediáticas e aristocratizadas, como eram os casos das praias da Granja, em Vila Nova de Gaia, das Maçãs, em Sintra, e de Espinho ou Cascais. Embora não tendo a capacidade de ombrear com as praias de topo do contexto nacional, no contexto local o crescimento do lugar da Foz do Arelho foi inegável, consubstanciado com a elevação do mesmo à categoria de freguesia em 5 de Julho de 1919³³⁷, separando-se da freguesia da Serra do Bouro, onde estava incluída.

Até ao final do período em estudo não foi possível encontrar informações que permitam identificar grandes alterações no microcosmos local como nas primeiras duas décadas do século XX. Naturalmente que a freguesia se desenvolveu, se foi adaptando às vicissitudes dos anos seguintes e foi conquistando o seu espaço no panorama balnear da região. A integração da freguesia da Foz do Arelho na área de jurisdição da Comissão de Iniciativa das Caldas da Rainha, em 28 de Abril de 1925³³⁸, foi um reconhecimento do potencial turístico do local. A sua inclusão no programa de atividades daquela comissão permitiu que a Foz passasse a ter uma atenção especial. A atividade da referida comissão em solo focense vem relatada nas páginas da *Gazetas das Caldas*, embora sem o volume e a importância das atividades promovidas pela mesma entidade em Caldas da Rainha.

Uma questão muito debatida localmente era a necessidade de introduzir uma linha de transportes que ligasse Caldas da Rainha à Foz do Arelho, em função da importância que aquela praia vinha granjeando, mas também do mau estado da estrada que ligava as duas localidades. Com a importância que as praias tiveram naquele período era imperativo estabelecer esta ligação, até para que a praia pudesse servir como mais um complemento da oferta turística local. Essa ligação já havia sido uma realidade, tal como relata a imprensa local, com alguma satisfação em 1908, ao afirmar que foi «muito apreciado pela colónia balnear e pelos habitantes desta vila este importante melhoramento [auto-ônibus] que aqui se acaba de fundar». Apesar de o mesmo não estar a funcionar a cem por cento, foi «muito preferido este meio de transporte entre Caldas e Foz do Arelho e [era] curioso ver que quando [regressava] da Foz [era] imediatamente assaltado pelo público, enchendo-se rapidamente e chegando quase a comportar mais do que a sua lotação». Esta iniciativa deveu-se ao visconde d'Almeida Araújo e a Frederico Pinto Bastos, «abastados proprietários da Foz e das Gaeiras»³³⁹ que, como muitos outros filantropos, contribuíram com as suas fortunas para promover atividades e melhoramentos nas infraestruturas que serviam o turismo. Anos mais tarde, em 1914, é mais uma vez

³³⁶ Sociedade Propaganda de Portugal (1918), *As Nossas Praias. Indicações Gerais para uso de Banhistas e Turistas*, Lisboa, Tipografia Universal, pp. 50-51.

³³⁷ Consultar Decreto-Lei n.º 839 de 5 Julho de 1919.

³³⁸ Consultar Decreto n.º 10 721 de 28 de Abril de 1925.

³³⁹ *Jornal Echos das Caldas*, Ano I, n.º 14, de 27 de Setembro de 1908.

a imprensa local quem alerta para a necessidade de se «criar uma carreira de elétricos para a Foz do Arelho»³⁴⁰, a exemplo do que se já fazia para S. Martinho do Porto. Esta notícia poderá indicar que a iniciativa noticiada em 1908, já se encontrava desadequada, ou mesmo fora de serviço, em 1914. Anos mais tarde, mais uma vez por iniciativa da imprensa, seria novamente levantada a questão da necessidade da abertura de uma linha de autocarros que ligasse Caldas da Rainha à Foz do Arelho, iniciativa que seria uma realidade a partir de 1934³⁴¹ e que se deve à ação da Comissão de Iniciativa.

Apesar de, desde o início dos seus trabalhos, este ter sido em dos temas centrais, apenas quase dez anos depois foi possível àquela entidade, em colaboração com outras, satisfazer tão urgente necessidade. Ainda a propósitos dos acessos, intercedeu a comissão junto da autarquia para a reparação da estrada que ligava Caldas da Rainha à Foz do Arelho. Esta estrada, considerada de turismo e cujo péssimo estado fora denunciado por José de Ataíde em 1913³⁴², seria finalmente melhorada depois de ter a comissão visto satisfeita a sua solicitação ao município de apoio aos melhoramentos, tendo para esse efeito sido também contactada a Junta Autónoma de Estradas³⁴³.

A Comissão de Iniciativa promoveria também ações de melhoramento na praia, tais como a instalação de bancos, melhorando a comodidade do local³⁴⁴. Ainda na Foz do Arelho, solicitou ao ministro das Obras Públicas um estudo tendo em vista uma ligação marítima permanente entre o mar e a Lagoa de Óbidos, solicitação que foi atendida³⁴⁵. Criou ainda o posto telefónico, bem como a definição dos horários do mesmo, elemento essencial para as comunicações dos banhistas e turistas. Por último, teve, desde o início da sua atividade na Foz, a preocupação de alertar os proprietários de casas para arrendamento para que cobrassem aos hóspedes a taxa de turismo, preocupação que no caso desta comissão se estendia à totalidade da sua área de abrangência³⁴⁶.

Apesar de, no período cronológico, a praia da Foz do Arelho nunca ter conseguido ombrear com o dinamismo turístico do termalismo da sede de concelho, a verdade é que foi neste espaço temporal que a localidade saiu do seu anonimato turístico e deu os primeiros passos em direção a uma posição de destaque no panorama turístico balnear regional. No âmbito deste estudo, a praia da Foz do Arelho afirmou-se sobretudo como um complemento à oferta turística de Caldas da Rainha, destacando-se numa primeira fase como local de passeio e de provas desportivas, estas na Lagoa de Óbidos, e só mais tarde como um local de turismo por si só, embora num contexto sobretudo local e virado para, na sua maioria, os caldenses e os frequentadores das suas termas. Ainda assim, a Foz do Arelho merece destaque por ter oferecido a Caldas da Rainha mais uma alternativa à já variada oferta recreativa que era possível encontrar durante a época balnear caldense.

³⁴⁰ Jornal *O Defensor*, Ano I, n.º 10, de 1 de Fevereiro de 1914.

³⁴¹ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 424 de 24 de Março de 1934.

³⁴² Ataíde, José de (1913), *Serviços da Repartição de Turismo. Relatório. Junho de 1912-Junho de 1913*, Ministério do Fomento, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, p. 135.

³⁴³ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 425 de 31 de Março de 1934 e n.º 454 de 27 de Outubro de 1934.

³⁴⁴ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 439 de 14 de Julho de 1934.

³⁴⁵ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 461 de 15 de Dezembro de 1934 e n.º 490 de 07 de Julho de 1935.

³⁴⁶ Jornal *Gazeta das Caldas*, n.º 429 de 05 de Maio de 1924.

5. CONCLUSÃO

O trabalho a que me propus teve como objeto de estudo o desenvolvimento turístico na sua dimensão local. Foi usado o exemplo das termas de Caldas da Rainha com a finalidade de estudar e identificar o desenvolvimento e funcionamento daquela atividade fora dos grandes centros urbanos. A dimensão local do desenvolvimento turístico obedece a necessidades e objetivos específicos, em virtude das suas características próprias, dos seus recursos humanos e económicos ou da sua capacidade de atracção.

Carecendo a historiografia do turismo nacional de um estudo exaustivo sobre o desenvolvimento das estâncias termais nacionais, o estudo de Mangorrinha (2000), que se debruça sobre as termas da região Oeste, analisa quatro casos (Cucos, Piedade, Vimeiro e Caldas da Rainha), permitindo uma clara perceção da importância a todos os níveis das termas caldenses face às suas vizinhas. O estudo do desenvolvimento do termalismo à escala nacional permitiu perceber que o caso de estudo deste trabalho acompanhou o processo-tipo de transformação do termalismo numa atividade com um novo conceito em que lhe estavam associados outros objetivos e comportamentos, não exclusivamente médicos. Face à ligação intrínseca entre Caldas da Rainha e o termalismo, o desenvolvimento do novo conceito de termalismo sustentou-se nesta localidade mais cedo do que noutros locais. Quando a moda das termas se apoderou dos hábitos turísticos dos portugueses, já Caldas da Rainha possuía o Passeio da Copa (1799) e o Clube de Recreio (1837), construídos respetivamente para a convalescença e para a ocupação dos tempos livres das classes mais abastadas que frequentavam aquelas termas. Estas duas infraestruturas são claros sinais de que a localidade já se encontrava num patamar mais adiantado. No entanto, mais do que afirmar-se enquanto centro turístico termal, Caldas da Rainha destacou-se por se ter transformado num polo turístico regional, com oferta turística que ia muito para além da exclusividade do termalismo e das práticas a ele associadas.

A consulta da literatura sobre o turismo possibilitou enquadrar Caldas da Rainha no contexto evolutivo daquela atividade. Em simultâneo, a identificação das características específicas do turismo local e a análise e conjugação das mesmas no contexto nacional permitiu tirar conclusões sobre o caso particular do objeto de estudo deste trabalho. Muitas das estâncias termais, cujas concessões eram privadas, datam de finais do século XIX e inícios do século XX e foram projetadas para serem dinamizadas e aproveitadas turisticamente. A legislação do termalismo e a disseminação das práticas de turismo a isso ajudavam. O caso caldense distingue-se por ser uma concessão do estado, criada no final do século XV, e que soube conquistar o seu espaço no panorama turístico em função das suas próprias características e da noção do seu próprio potencial. Paradoxalmente, nunca o termalismo local perdeu a sua característica intrínseca – o assistencialismo –, conjugando-a com o novo conceito de termalismo e com as novas práticas que ele introduziu. A consulta médica, obrigatória no

termalismo caldense desde a sua fundação, representa um elemento vanguardista face ao panorama geral, e a própria existência não de um balneário, mas de um Hospital é um elemento singular do termalismo caldense que, certamente, lhe proporcionou prestígio e legitimação. Estas duas particularidades devem também ser entendidas como elementos de diferenciação face a outras estâncias termais.

Naturalmente que a ascensão turística de um local procurou tirar partido e potenciar as atrações existentes nesse mesmo local. Ao mesmo tempo, gerou a necessidade de serem criados outros serviços e infraestruturas que suportassem o seu desenvolvimento. Em Caldas da Rainha, verificou-se esse desenvolvimento de forma clara. Transversal à transformação do termalismo, a localidade assistiu à mutação do seu microcosmos. Nesse aspeto, salienta-se a constante preocupação em modernizar as infraestruturas. Apesar das restrições sempre presentes neste tipo de empreendimentos, nas Caldas da Rainha houve sempre o cuidado de tentar dotar os serviços e infraestruturas das melhores condições. Esta ambição denota que a comunidade local tinha a consciência da perspectiva de uma afluência cada vez maior de termalistas e turistas e das implicações que isso traria para a localidade, do ponto de vista económico, mas também das exigências sociais e recreativas que os mesmos procuravam saciar.

O plano de 1884 é um exemplo dessa preocupação urgente. A nomeação de Rodrigo Berquó para a administração do complexo termal das Caldas da Rainha pode indicar uma ambição de tornar o plano exequível sob outros pontos de vista, não exclusivamente medicinais, e obedecendo a conceitos distintos, procurando que Caldas da Rainha ombreasse com as suas congéneres internacionais, acreditando-se, assim, que teria potencial e argumentos para tais ambições. Ao expandir o plano a toda a vila, Berquó ambicionou o que até então nenhum outro administrador havia perspectivado. O embelezamento da estância, com preocupações arquitetónicas e urbanísticas, fazia parte dos novos conceitos urbanísticos das localidades que foram postos em prática por toda a Europa. Neste âmbito, o Parque D. Carlos I afirmou-se enquanto centro lúdico. Terá sido uma das mais valiosas contribuições e uma das melhores infraestruturas criadas para o desenvolvimento das práticas turísticas locais. A variedade de ofertas daquele espaço ao longo do período estudado fez daquele lugar um ex-líbris do turismo local. As transformações nos tempos sociais e nos hábitos e costumes das comunidades balneares fizeram ascender a importância deste tipo de espaços. O parque caldense foi, sem dúvida, um centro de convívio e sociabilidade, tendo acompanhado a evolução do turismo local sempre como um dos locais-chave desse processo. A instalação do posto de informação da Comissão de Iniciativa, a realização das grandes exposições e a construção de infraestruturas como o velódromo ou o Museu Malhoa são indicadores do dinamismo daquele espaço.

Outro componente importante do dinamismo das termas foram as atividades e espetáculos desportivos, com destaque para as corridas de cavalos, partidas de ténis, regatas, jogos de futebol, corridas de natação, touradas, mas também o cinema, teatro ou concertos, entre

outras atividades que eram ingrediente obrigatório na vida social destes locais. Também essas atividades faziam parte do programa de verão de Caldas da Rainha e perfaziam uma oferta para todos os gostos. Por aqui se pode subentender um forte dinamismo do centro turístico caldense, onde a mundanidade e cosmopolitismo eram características essenciais. Para além do Parque D. Carlos I, Caldas da Rainha possuiria ainda o Teatro Pinheiro Chagas, o Clube de Recreio e o Salão Ibéria para a promoção de atividades culturais, e ainda uma praça de touros, um velódromo, um hipódromo, um lago para regatas, um rink de patinagem ou campos de tiro para as atividades desportivas. Faltou-lhe sobretudo um local oficial para o jogo. Este terá mesmo sido o elo mais fraco do centro turístico caldense. Não quer isto dizer que a sua prática não existisse, mesmo que clandestina, mas na verdade os jogos de sorte e azar constituíram-se como um elemento essencial nos locais de turismo. A inclusão/exclusão dos lugares de turismo das zonas oficiais de jogo foi também um fator preferencial para os aficionados daquelas práticas, ficando nessa perspetiva Caldas da Rainha à margem dessas escolhas. Uma investigação mais detalhada sobre a prática do jogo em Caldas da Rainha poderá ser decisiva para melhor esmiuçar o impacto do jogo no turismo caldense, ficando no entanto a clara ideia de que este não terá sido um elemento central na componente turística local.

Por um lado, o carácter elitista das práticas termais foi também uma particularidade bem vinculada na sociedade balnear em análise. Tendo como ponto alto a presença da família real, Caldas da Rainha era destino de veraneio de uma assinalável quantidade de personalidades nacionais. São inúmeros os relatos da presença de figuras ilustres nas fontes e imprensa. Estes permitem concluir que na época balnear local se formava uma sociedade verdadeiramente de elite. Não pode ser ignorado esse facto enquanto contributo para o desenvolvimento turístico, nomeadamente na sua componente social e nos espaços onde a mesma se colocava em prática, destacando-se as modas, hábitos e costumes sociais que aquelas classes introduziram na localidade.

Essencial para a afluência turística, a hotelaria é um espelho da atratividade dos locais. O desenvolvimento da indústria hoteleira obedece à necessidade de alojar pessoas, no caso caldense, termalistas e turistas. A quantidade da oferta reflete a importância e a atratividade do local. Também nesse aspeto Caldas da Rainha se desenvolveu significativamente. Desde estabelecimentos virados para a elite a edificações centradas em colónias estrangeiras, o centro turístico caldense procurou dotar-se de infraestruturas, sendo notória a evolução da sua oferta ao longo do período analisado. A não inclusão de outras categorias de estabelecimentos impede uma análise mais abrangente e eficaz da real capacidade do alojamento local, mas ainda assim é possível, com os dados apresentados, constatar que a evolução da oferta acompanha o crescimento da afluência de termalistas e turistas, podendo a estabilização da oferta ser um indicador da estabilização da procura turística local. A não existência de dados estatísticos abrangentes sobre o turismo local pode ser amenizada pelos dados estatísticos da afluência

termal que, não sendo um espelho fiel da total afluência, permitem, pelo menos, construir uma ideia, ainda que aproximada, da realidade.

Numa outra abordagem, a vertente institucional do turismo foi importante para a regulamentação, legislação e também para a definição das atividades e serviços a ele associados. Naturalmente não se podem ignorar as limitações e dificuldades, sobretudo económicas, para fazer com que, na época, as atividades turísticas fossem mais eficazes. Todavia, também não se pode deixar de referir que foi nesse contexto que os lugares de turismo se desenvolveram e foi com essas limitações que se tornaram apeteceíveis. Foi também nesse contexto que Caldas da Rainha se transformou em centro de turismo. O estudo da atividade das delegações locais dos órgãos de gestão do turismo foi essencial para a perceção do papel da administração central nas políticas de turismo locais. É fácil de perceber o reconhecimento dos méritos turísticos locais com a implantação das referidas delegações. No entanto, é também fácil de constatar que só a Comissão de Iniciativa desenvolveu trabalho significativo e sistemático. Todavia, mesmo os contributos desta devem ser devidamente contextualizados, uma vez que, no período de vigência desta comissão, Caldas da Rainha já se havia afirmado como centro de turismo. Os espaços de lazer e as infraestruturas associadas à atividade turística já haviam sido implementados. Sem retirar méritos à atividade desenvolvida pelas instituições, estas contribuíram sobretudo para a divulgação do centro turístico caldense, na promoção de eventos culturais e recreativos, tendo promovido, aqui e ali, alguns melhoramentos pertinentes. É importante ressaltar que a atividade destas instituições estendeu-se à praia da Foz do Arelho e à Lagoa de Óbidos, elementos complementares ao turismo de Caldas da Rainha. De forma muito mais eficaz que as outras entidades, a Comissão de Iniciativa, dentro daquilo que era a sua missão, terá cumprido como poucas o objetivo de promover a localidade, de organizar eventos culturais e recreativos e de participar ativamente na procura de maior eficiência dos serviços turísticos. No entanto, a sua mais representativa contribuição poderia ter sido a inclusão de Caldas da Rainha nas zonas oficiais de jogo, o que não se verificou. Ainda assim, é preciso referir que o trabalho levado a cabo por esta entidade esteve diretamente ligado ao empenho daqueles que a compuseram que, conhecendo as características da localidade, e sem excluir algum “bairrismo” dos mesmos, tentaram efetivamente suprir as carências do turismo local.

Por último, é necessário ter em atenção a particularidade de muito do dinamismo turístico local estar restrito ao período de verão, não tendo continuidade ao longo do resto do ano. De maneira geral, as termas eram locais com dois períodos de atividade destintos ao longo do ano, que coincidiam com a abertura e o encerramento da época balnear³⁴⁷. Neste caso de

³⁴⁷ Por norma, a época balnear abria em Maio e fechava, consoante os locais, em Setembro ou Outubro, cf. Henriques, Eduardo Brites e Maria Alexandre Lousada, (2010), “Féria em Portugal no Primeiro Quartel do Século XX. A Arte de Ser Turista”, em Lousada, Maria Alexandre e Ana Paula Pires, *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, p. 108.

estudo, a sazonalidade também era extensível, por exemplo, ao Clube de Recreio, «o grande atrativo da vila dos banhos»³⁴⁸, que funcionava em complementaridade com o Hospital. O facto de alguns estabelecimentos hoteleiros só abrirem as portas durante a época balnear também ajuda a constatar esta dualidade e permite subentender que, fora do período balnear, a afluência seria certamente menor. Todavia, a sazonalidade foi, e ainda é, uma característica presente no turismo, estendendo-se a todos os locais.

Numa análise geral ao estudo realizado, é incontestável a importância turística de que se revestiu Caldas da Rainha, conjugando diversas valências e sabendo adaptar-se e modernizar-se. O papel do estado foi importante na gestão do termalismo e suas infraestruturas, por estarem daquele dependentes. O constante debate em torno do Hospital e a instalação das delegações de turismo também revelam a atenção que o estado tinha para com a localidade. No entanto, a efetivação das medidas que se revelaram contributos para o desenvolvimento turístico local dependeu do empenho e do trabalho das “gentes locais”, do seu conhecimento da localidade e, sobretudo, do seu voluntarismo, entusiasmo, boa vontade e “carolice”. A construção da indústria turística local dependeu da conjugação de fatores vários, obedeceu a critérios próprios e procurou responder a exigências e imposições diversas, tendo sempre como base para a sua sustentabilidade as suas particularíssimas e intrínsecas características.

³⁴⁸ Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 182.

6. FONTES E BIBLIOGRAFIA

6.1. FONTES IMPRESSAS

Ataíde, José de (1916), *Serviços da Repartição de Turismo. Relatório. Junho de 1915 Junho de 1916*, Ministério do Fomento, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa

Ataíde, José de (1913), *Serviços da Repartição de Turismo. Relatório. Junho de 1912 Junho de 1913*, Ministério do Fomento, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa

Anon (1934), *Caldas da Rainha. Informações*, Caldas da Rainha, Comissão de Turismo

Carvalho, Augusto da Silva (1932), *Memórias das Caldas da Rainha 1484-1884*, Lisboa, Tip. da Livraria Ferin

Chagas, Pinheiro (1878), *Fora da Terra*, Lisboa, Livraria Internacional E. Chardron

Comissão de Iniciativa do Luso e Bussaco (1936), Nota sucinta das principais obras realizadas pelas comissões de iniciativa criadas pela lei no 1 152, de 23 de Abril de 1921, Lisboa, Oficina Gráfica

Comissão Organizadora do I Congresso Nacional de Turismo (1936), *Actas do I Congresso Nacional de Turismo*, Sem editora Lisboa

Costa, Leonildo de Mendonça e (1907), *Manual do Viajante em Portugal, com itinerários da viagem em todo o paiz e para Madrid, Paris, Salamanca, Badajoz e Sevilha*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

Costa, Leonildo de Mendonça e 4ª Edição (1913), *Manual do Viajante em Portugal, com itinerários da viagem em todo o paiz e para Madrid, Paris, Salamanca, Badajoz e Sevilha. Completamente remodelada e augmentada*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

Costa, Leonildo de Mendonça e 1ª Edição (1924), *Manual do Viajante em Portugal*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

Costa, Leonildo de Mendonça e e Carlos Ornelas 6ª Edição (1930), *Manual do Viajante em Portugal com itinerários de excursão em todo o paiz e para Madrid, Paris, Salamanca, Badajoz e Sevilha e Barcelona*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

Costa, Leonildo de Mendonça e e Carlos Ornelas 7ª Edição (1940), *Manual do Viajante em Portugal*, Lisboa, Typ. da Gazeta dos Caminhos de Ferro.

Empreza Nacional de Navegação (1907), *Guia do Viajante: em Portugal e suas Colónias em África*, Lisboa, Empreza Nacional de Navegação

Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha, a sua História, as suas Águas, as suas Curas*, Caldas da Rainha, Sociedade Gráfica Editorial

Garage e oficinas do Hospital Real Tarifa (1908)

Garrett, Almeida (1904), *Viagens Na Minha Terra*, Lisboa, Empreza da História de Portugal

Gazeta das Caldas (1926), *Caldas da Rainha. Roteiro-Guia*, Caldas da Rainha, Gazeta das Caldas

Hospital Real das Caldas da Rainha e Seus Anexos (1892), Regulamento do Hospital Real das Caldas da Rainha, Lisboa, Imprensa Nacional

Lopes, Silvano Armando (1883), *Notícia do que foi ontem e do que é hoje a vila das Caldas da Rainha*, Lisboa, Typ. Minervas Central

Madail, J. A. Ferreira (1911), *Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Typographia Dias & Paramos

Proença, Raul (1924), *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Ed. Biblioteca Nacional de Lisboa

Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora

Recenseamento Geral da População (1878, 1890, 1900, 1911, 1920, 1930 e 1940)

Regulamento do Club de Recreio (1862)

Regulamento do Hospital Real das Caldas da Rainha (1893) Lisboa, Imprensa Nacional.

Regulamento do Parque D. Carlos I e Matta.

Sem autor (1934), *Caldas da Rainha: La Plus Important des Villes d'eaux Portugaises, Le plus Ancien Hospital Thermal du Monde*, Centre de Tourisme, d'Art e d'Histoire, Caldas da Rainha, Tipografia Caldense

Soares, Fernando (Coord.) (1934), *Guia de Hotéis e Turismo em Portugal*, Lisboa, J. Rodrigues

Sociedade Propaganda de Portugal (1908), *Portugal: Seus Múltiplos Aspectos como Pais de Excursões*, Lisboa, Imprensa Líbano da Silva

Sociedade Propaganda de Portugal (1915), *Portugal: Clima, Paisages, Estaciones Termales, etc.*, Lisboa, Tipografia Universal

Sociedade Propaganda de Portugal 2ª Edição (1915), *Guia dos proprietários de hotéis*, Lisboa, Tipografia Universal

Sociedade Propaganda de Portugal (1918), *As Nossas Praias. Indicações Gerais para uso de Banhistas e Turistas*, Lisboa, Tipografia Universal

Sotto-Mayor, A. de (1897), *Almanaque Ilustrado Caldense para 1898*, Leiria, Typographia Leiriense

Turismo, Comissão Municipal (1927), *Caldas da Rainha, Rainha das Termas*, Caldas da Rainha, Imp. Marques Abreu, Lda.

6.2. LEGISLAÇÃO

Decreto de 30 de Setembro de 1892

Decreto de 5 de Julho de 1894

Decreto-lei de 16 de Maio de 1911

Decreto n.º 1 121, de 2 de Dezembro de 1914

Decreto n.º 1 652, de 15 de Junho de 1915

Decreto n.º 5 787F de 10 de Maio de 1919

Decreto-lei n.º 839 de 5 Julho de 1919

Portaria n.º 2 867 de 10 de Agosto de 1921

Decreto n.º 8 046, de 24 de Fevereiro de 1922

Decreto n.º 8 046 de 24 Fevereiro de 1922

Decreto n.º 10 057 de 24 de Agosto de 1924

Decreto n.º 10 057 de 24 de Agosto de 1924

Decreto n.º 10 698, de 15 de Abril de 1925

Decreto n.º 10 721 de 28 de Abril de 1925

Decreto n.º 17 174, de 11 de Agosto de 1927

Decreto n.º 14 157, de 26 de Agosto de 1927

Decreto n.º 14 643 de 3 de Dezembro de 1927

Decreto n.º 15 401 de 17 de Abril de 1928

Decreto n.º 18 421, de 5 de Junho de 1930

Decreto n.º 19 101, de 8 de Dezembro de 1930

Decreto-lei n.º 27 424, de 31 de Dezembro de 1936

Código Administrativo de 1936

Decreto-lei n.º 30 251, de 30 de Dezembro de 1939

Decreto-lei n.º 142/2004 de 11 de Junho de 2004

6.3. PERIÓDICOS

A Capital (1911)

Album das Caldas (1929-1940)

Almanaque Ilustrado Caldense (1897)

Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal (1907-1920)

Cavacos das Caldas (1896-1897)

Echos das Caldas (1908)

Gazeta das Caldas (1926-2014)

Gazeta dos Caminhos-de-ferro (1899-1916)

Ilustração (1927)

Ilustração Portuguesa (1906-1921)

O António Maria (1879-1899)

O Touring Português (1936)

O Defensor (1914)

Pontos nos ii (1885-1891)

Revista de Turismo (1916-1924)

6.4. ARQUIVOS

Associação Património Histórico - Caldas da Rainha

Arquivo da Associação Comercial do Concelhos de Caldas da Rainha e Óbidos

Arquivo da Gazeta das Caldas

Arquivo Histórico do Museu do Hospital e das Caldas

Arquivo Histórico Municipal de Caldas da Rainha

Centro de Documentação do Turismo de Portugal

Hemeroteca Municipal de Lisboa

6.5. BIBLIOGRAFIA

Aires-Barros, Luís et al (Coord.) (2005), *Caldas da Rainha: Património da Águas*, Caldas da Rainha, Assírio & Alvim;

Associação Comercial dos Concelhos das Caldas da Rainha e Óbidos (2012), *Caldas da Rainha, Portugal, Estancia Balnear, Águas Sulfúreas Cálcidas*, Centro de Turismo, Belezas Naturais, Caldas da Rainha, ACCCRO

Barton, Susan (2005), *Workingclass organization and popular tourism, 1840-1970*, Manchester, Manchester University Press;

Bonifácio, Maria de Fátima (2011) 10.^a edição, *D. Maria II*, Lisboa, Círculo de Leitores

Boyer, Marc (2005), *Historie Générale du Tourisme, du XVI^e au XXI^e siècle*, Paris, L'Harmattan;

Boyer, Marc (2007), *Le Tourisme de Masse*, Paris, L'Harmattan;

Brito, Sérgio Palma (2003), *Notas Sobre a Evolução do Viajar e a Formação do Turismo*, Lisboa, Média Livros, Vol. 2,

Brito, Sérgio Palma (2011), *Direcção-Geral de Turismo: Contributos para a sua História*, Lisboa, Turismo de Portugal

Centro Hospitalar das Caldas da Rainha, Casa da Cultura das Caldas da Rainha e Património Histórico (1992), *O Compromisso da Rainha: Exposição*, Caldas da Rainha, Património

Histórico

Correia, Fernando da Silva (1995), *Pergaminhos das Caldas*, Caldas da Rainha, Património Histórico

Corbin, Alain (2001), *História dos Tempos Livres. O Advento do Lazer*, Lisboa, Teorema

Couto, Matilde Tomaz (Coord.) (2010), *O Museu José Malhoa As Caldas e a República*, Museu José Malhoa, Caldas da Rainha.

Cunha, Licínio (2013) 3.^a Edição, *Economia e Política de Turismo*, Lisboa, LIDEL

Domingues, Celestino (2000), *4 Décadas de Turismo, contributos de uma instituição*, Lisboa, Instituto de Apoio e Financiamento ao Turismo

Espinha da Silveira, Luís Nuno e Paulo Jorge Fernandes (2006), *D. Luís*, Lisboa, Circulo de Leitores;

Forsado, Rui (1966), *As Ruas das Caldas (Acheegas para uma toponímia Caldense)*, Caldas da Rainha, Tipografia Gazeta das Caldas

Ganhão, Paula (2009), *O Turismo em Óbidos durante o Estado Novo: Narrativas Turísticas Inspiradas na Política de Espírito: dos Anos 20 aos Anos 70*. Dissertação de mestrado em História Moderna e Contemporânea, Lisboa, ISCTE.

Henriques, João Miguel (2011), *Da Riviera Portuguesa à Costa do Estoril, Fundação, Desenvolvimento e afirmação de uma Estância de Turismo*, Câmara Municipal de Cascais, Edições Colibri

Henriques, Paulo (Coord.) (1996), António Montês, *Museu de José Malhoa*, Caldas da Rainha, Instituto Português de Museus

Jamal, Tazim e Mike Robinson (2009), *The Sage Handbook of Tourism Studies*, Londres, SAGE Publications, Ltd.

Lino, Mário (1997), *Cineteatro Pinheiro Chagas e o Salão Ibéria Nas Memórias das Caldas*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha

Lousada, Maria Alexandre e Ana Paula Pires (2010), *Viajar: Viajantes e Turistas à Descoberta da Portugal no Tempo da I República*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República

Mangorrinha, Jorge (1996) (Coord.), *Rodrigo Berquó Cantagalo (1839-1896): arquitecto das termas*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar das Caldas da Rainha;

Mangorrinha, Jorge (1999), *Pavilhões do Parque: Património e Termalismo nas Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar de Caldas da Rainha

Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte;

Mangorrinha, Jorge (2002), *À Volta das Termas*, Caldas da Rainha, Livraria Nova Galáxia;

Mangorrinha, Jorge e Helena Gonçalves Pinto (2003), *Álbum das Termas na Colecção do Centro Português de Fotografia*, Lisboa, Assírio & Alvim

Mangorrinha, Jorge (2012), *O que é uma Cidade Termal*, Lisboa, Gráfica 99

Martins, Vicent Craveiro (2012), *História Social e Arquitectónica com Observação em Teoria de Conservação e Restauro do Grand Hotel Lisbonense nas Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, V. C. Martins

Matos, Ana Cardoso de e Maria Luísa F. N. dos Santos (2004), “Os Guias de Turismo e a Emergência do Turismo Contemporâneo em Portugal dos Finais de Século xix às Primeiras Décadas do Século xx”, Scripta Nova. (Online), Disponível em <http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn167.htm>.

Mendes, Dora (Coord.) (2010), *República a Banhos: O Hospital Termal e a I República*, Caldas da Rainha, Centro Hospitalar Oeste Norte

Mónica, Maria Filomela (2012) 8.^a edição, *D. Pedro v*, Lisboa, Circulo de Leitores

Neves, José e Nuno Domingos (Coord.) (2011), *Uma História do Desporto em Portugal. Corpo, Espaços e Média*, Vila do Conde, Quidnovi, Vol. I

- Pina, Paulo (1988), *Portugal: O Turismo no Século XX*, Lisboa, Lucidus
- Pina Cabral, Carlos e José Carlos Nascimento (2008), *Termas de Portugal*, Lisboa, Pandora
- Proença, Maria Cândida (2013), *D. Manuel ii*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Ramalho, Margarida Magalhães (2001), *Fotobiografias Século XX. Rei D. Carlos*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Ramos, Rui (Coord.) (2010), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 5.^a Edição
- Ramos, Rui (2013) 8.^a edição, *D. Carlos (1863/1908)*, Lisboa, Círculo de Leitores
- Rodrigues, Luís Nuno, João B. Serra e Mário Tavares (Coords.) (1993), *Terra de Águas: Caldas da Rainha, História e Cultura*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal das Caldas da Rainha;
- Sarzedas, Joaquim António dos Reis (1903), *Relatório sobre a Inspeção Médica às Águas Mineraes e suas Estancias em 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional
- Serra, João B. (1991), *Arte e Industria na Cerâmica Caldense*, Caldas da Rainha, Património Histórico
- Serra, João B. (1995) 2.^a Edição, *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Caldas da Rainha, Património Histórico
- Serra, João B. (2003), *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico
- Silva, Maria Cardeira da (Coord.) (2004), *Outros Trópicos: Novos Destinos Turísticos: Novos Terrenos da Antropologia*, Lisboa, Livros Horizonte
- Silva, Sandra Isabel Pinto (2005); “O Turismo na Serra da Estrela: a Comissão de Iniciativa da Covilhã, 1929-1936”; dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Universidade de Aveiro
- Soares, Mário (2004), *Caldas da Rainha Vista em 100 Biografias*, Caldas da Rainha, Gracal

Soure, Dulce (1993), *Um parque para as Caldas: história do Parque D. Carlos I*, Caldas da Rainha, Património Histórico, Grupo de Estudos

Tavares, Mário (1988), *Entre Lisboa e as Caldas no Século XIX*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Tavares, Mário (2011), *A Primeira Invasão Francesa. Os fuzilamentos das Caldas da Rainha de 9 de Fevereiro de 1808*, Caldas da Rainha, Câmara Municipal de Caldas da Rainha

Trancoso, Vasco (1999), *Caldas da Rainha - Um contributo iconográfico através do Bilhete Postal Ilustrado editado até meado do século XX*, Lisboa-Mafra, Edições Elo.

Trancoso, Vasco (2009) 2.^a edição, *Grandella e a Foz do Arelho*, Caldas da Rainha, Património Histórico.

Umbelino, Jaime (2000), *A Foz do Arelho na Lenda e na História*, Torres Vedras, Tipoeste

Valente, José Carlos (2010), *Para a História dos Tempos Livres em Portugal: da FNAT à INATEL (19352010)*, Lisboa, Edições Colibri/Fundação INATEL

Vicente, Filipa Lownder (2003), *Viagens e exposições: D. Pedro v na Europa do Século XIX*, Lisboa, Gótica.

Vieira, João Martins (1997), *A Economia do Turismo em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote

Walton, John K (2009), *Histories of Tourism, Representation, Identity and Conflict*, Clevedon, Chanel View Publications

7. ANEXOS

Anexo 1	As termas de Ramalho Ortigão (1875) p. CI
Anexo 2	Gráfico e Tabela da Evolução do número de banhistas e da população (1876-1930) p. CII
Anexo 3	Lista de unidades hoteleiras por ano e respetiva fonte p. CIII
Anexo 4	Transcrição do Art.º. 5.º do Decreto n.º 8046, de 24 de Fevereiro de 1922 p. CIV

ANEXO I - AS TERMAS DE RAMALHO ORTIGÃO (1875)

Minho (7 termas)

Águas das Caldas de Rendufe
Águas das fontes de Lijó e Galegos
Águas de Entre-os-Rios
Caldas das Taipas
Caldas de Monção
Caldas de Vizela
Caldas do Gerês

Beiras (4 termas)

Águas do Luso
Águas de Manteigas
Caldas de Aregos
Caldas de S. Pedro do Sul

Trás-os-Montes (5 termas)

Águas das Pedras Salgadas
Água de Vidago
Água de Vilarejo da Raia
Caldas de Chaves
Caldas de Moledo

Estremadura (11 termas)

Águas da Fonte dos Cucos
Águas das Alcariças
Águas das Caldas de Gaeiras
Águas das Fontes de Cascais
Águas das Fontes do Vimeiro
Águas dos Chafarizes de El-Rei e de Andaluz
Águas Salino-Sulfúreas de Óbidos
Banhos do doutor Lourenço
Caldas da Rainha
Caldas de Águas Santas
Chafariz de El-Rei

Alentejo (5 termas)

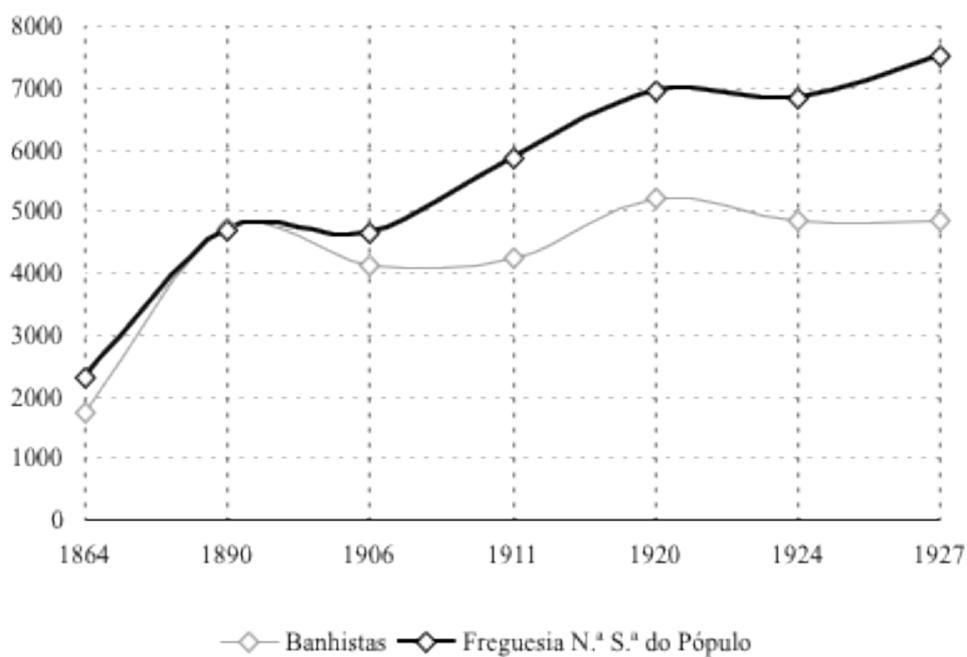
Águas de Aljustrel
Águas de Arez
Águas de Cabeço de Vide
Águas de Maria Veigas
Águas de Ouguela

Algarve (2 termas)

Caldas de Monchique
Caldas de Santo António de Tavira

Fonte: Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Porto, Magalhães & Moniz

ANEXO II - GRÁFICO E TABELA DA EVOLUÇÃO DO NÚMERO E BANHISTA E POPULAÇÃO (1876-1930)



Ano	Termalistas	População da Freguesia de Nossa Senhora do Pópulo
1864	1730	2289
1890	4712	4687
1906	4115	4639
1911	4227	5851
1920	5224	6937
1924	4862	6837
1927	4830	7000

Fonte: Serra, João B. (2003) *21 anos, pela história: Caldas da Rainha, estudos, notas e documentos*, Caldas da Rainha, Património Histórico e Serra, João B. (1995), *Introdução à História das Caldas da Rainha – Cadernos de História local*, Edição Património Histórico – Grupo de Estudos, Caldas da Rainha, Gráfica da Ponte

ANEXOS III - LISTA DE UNIDADE HOTELEIRAS POR ANO E RESPECTIVA FONTE

- **1875**

Unidades: José Paulo Rodrigues, Justino Vieira

Ortigão, Ramalho (1875), *Banhos de Caldas e Águas Minerais*, Sintra, Colares Editora, p. 122

- **1882**

Unidades: Ricarda, Lisbonense, Caldense

Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 164

- **1883**

Unidades: Lisbonense e Caldense + 1

Lopes, Silvano Armando (1883), *Notícia do que foi ontem e do que é hoje a vila das Caldas da Rainha*, Lisboa, Typ. Minervas Central, p. 59

- **1902**

Unidades: «nove ou dez»

Sarzedas, Joaquim António dos Reis (1903), *Relatório sobre a Inspeção Médica às Águas Mineraes e suas Estancias em 1902*, Lisboa, Imprensa Nacional, p. 36

- **1905**

Unidades: Lisbonense, Central, Copa, Madrid, Pires e União

Júnior, Santos e A. Morgado, (1905), *Guia ilustrado o Viajante em Portugal*, Lisboa, Amanach Palhares, p.84

- **1907**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid, Caldense e «muitos mais»

Costa, Leonildo de Mendonça e (1907), *Manual do Viajante em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Gazeta dos Caminhos de Ferro, p.155

- **1907**

Unidades: «Magníficos hotéis»

Empresa Nacional de Navegação (1907), *Guia do viajante em Portugal e suas colónias em África*, Lisboa, Cristóvão Augusto Rodrigues, p. 258

- **1908**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid, Caldense, Central, Pires, União e Leal

Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal, n.º 15, de Setembro de 1908, p. 72

- **1908**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid, Caldense, Central Pires e Leal

Jornal Echos das Caldas, Ano i, n.º 14, de 27 de Setembro de 1908, p. 3

- **1908**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid e Caldense

Manual du Voyager em Portugal - Mangorrinha, Jorge (2000), *O lugar das termas: Património e desenvolvimento regional. As estâncias termais da região Oeste*, Lisboa, Livros Horizonte, p. 164

- **1909**

Unidades: Lisbonense, Madrid, Copa, Caldense, Central, Pires, Leal

Madaíl, J. A. Ferreira (1909), *Caldas da Rainha*, Lisboa, Typ. Da Empreza da Historia de Portugal, p. 36

- **1911**

Unidades: Lisbonense, Madrid, Copa, Hotel do Parque, Central, Pires, Leal, Parque Hotel, Eden-Palace-Hotel

Madaíl, J. A. Ferreira (1911), *Caldas da Rainha*, Caldas da Rainha, Typ. e Pap. Dias & Paramos, p. 32, 33 e 53

- **1913**

Unidades: Lisbonense, Copa, Eden-Palace Hotel, Madrid, Comercial, Central, Parque, Leal, Pires e o Parque Hotel

Ataíde, José de (1913), *Serviços da Repartição de Turismo. Relatório. Junho de 1912-Junho de 1913*, Ministério do Fomento, Lisboa, Imprensa Nacional de Lisboa, pp. 89 e 90

- **1918**

Unidades: Eden-Palace-Hotel

Sociedade Propaganda de Portugal (1918), *As Nossas Praias. Indicações Gerais para uso de Banhistas e Turistas*, Lisboa, Tipografia Universal, p. 50

- **1918**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid, Leiriense, Parque-Hotel, Pension-Hotel, Hotel Gutierrez

Sociedade Propaganda de Portugal (1918), *Águas e termas portuguesas. Indicações Gerais para uso de Banhistas e Turistas*, Lisboa, Tipografia Universal, p. 60

- **1923**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid, Central, Rosa, Leiriense, Parque Hotel e Eden-Palace-Hotel

Associação Comercial dos Concelhos das Caldas da Rainha e Óbidos (2012), *Caldas da Rainha, Portugal, Estancia Balnear, Águas Sulfureas Calcicas, Centro de Turismo, Belezas Naturais*, Caldas da Rainha, ACCCRO, p. 10

- **1924**

Unidades: Lisbonense, Madrid, Leiriense (abertos apenas na época balnear), Copa, Central, Rosa e Eden-Palace-Hotel

Proença, Raul (1924), *Guia de Portugal. Estremadura, Alentejo, Algarve*, Lisboa, Ed.

Biblioteca Nacional de Lisboa, p. 593

- **1926**

Unidades: Lisbonense, Copa, Madrid, Central, Rosa, Leiriense, Parque Hotel

Gazeta das Caldas (1926), *Caldas da Rainha. Roteiro-Guia*, Caldas da Rainha, Gazeta das Caldas, pp. 15-16

- **1927**

Unidades: Lisbonense, Palace-Hotel, Copa, Madrid, Central, Rosa, Leiriense, Parque Hotel, Cautelas

Sem autor (1927), *Caldas da Rainha. Rainha das Termas de Portugal*, Porto, Imprensa Marques Abreu

- **1929-1936**

Unidades: 1929 – Copa e Rosa; 1933 – Rosa - Pensão Extremadura; 1934 – Central e Rosa - Pensão Extremadura; 1936 – Copa e Rosa - Pensão Extremadura

- **1930**

Unidades: Lisbonense, Central, Leiriense, Madrid, Parque Hotel, Foz Hotel Palace

Costa, Leonildo de Mendonça e Carlos Ornelas (1930), *Manual do Viajante: Manual do Viajante em Portugal: com itinerários de excursões em todo o país, e para Madrid, Paris, Vigo, Santiago, Salamanca, Badajoz, Sevilha e Barcelona*, Lisboa, Tipografia da Gazeta dos Caminhos-de-ferro, p. 170 e 172

- **1930**

Unidades: Lisbonense, Palace Hotel, Copa, Madrid, Central, Rosa, Leiriense e Parque Hotel

Ferrari, António de Melo, Manuel de Melo Ferrari e Fernando da Silva Correia (1930), *O Hospital Termal das Caldas da Rainha: a sua história. as suas águas. as suas curas*, Caldas da Rainha, Soc. Gráfica Editorial, p. 263-265

- **1940**

Unidades: Lisbonense, Rosa, Central e Facho

Costa, Leonildo de Mendonça e e Carlos Ornelas (1940), *Manual do Viajante em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Gazeta dos Caminhos-de-ferro, p. 136 e 137

ANEXOS IV - TRANSCRIÇÃO DO ART.º 5.º DO DECRETO N.º 8046, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1922

«Art.º 5.º Às comissões de iniciativa compete:

1.º Submeter à aprovação do Governo a importância da taxa de turismo, época do seu pagamento e latitude de aplicação;

2.º Organizar o relatório anual, de que deverá ser remetido um exemplar à Repartição de Turismo, e outro à Inspeção de Águas Minerais e Instituto de Hidrologia, quando se trate de estâncias hidrólogas, até 30 de Novembro de cada ano, sobre o funcionamento da estância, donde deverão constar as receitas e despesas, os trabalhos realizados e projetados, os planos de melhoramentos a executar e todas as informações que interessem à vida da estância.

3.º Cobrar dos hoteleiros e proprietários a taxa de turismo e administrar o seu produto;

4.º Remeter ao Conselho de Estradas e Turismo e Instituto de Hidrologia as percentagens que cabem a estas entidades no produto da taxa de turismo;

5.º Elaborar orçamentos e submetê-los à aprovação superior, por intermédio da Repartição do Turismo, que sobre eles emitirá a sua opinião com parecer da Inspeção das Águas Minerais, quando se trate de estâncias hidrólogas, até 30 de Novembro de cada ano. Os orçamentos serão devolvidos, devidamente aprovados ou notificados, até o dia 31 de Janeiro seguinte, considerando-se aprovados se não forem devolvidos até aquela data. Dentro dos limites destes orçamentos têm as comissões de iniciativa completa autonomia administrativa;

6.º Traçar e propor planos e projetos de melhoramentos;

7.º Contrair empréstimos caucionados com os seus fundos nas mesmas condições em que o podem fazer as corporações administrativas, desde que as propostas respectivas tenham recebido a aprovação superior;

8.º Organizar o inventário das relíquias históricas, artísticas e de quaisquer curiosidades dignas de interesse para os viajantes, existentes na localidade;

9.º Promover o cumprimento do determinado pelos regulamentos e proscricções da Direção Geral de Saúde, bem como o que for indicado pelas autoridades sanitárias ou por quem tenha competência legal para tal fim;

10.º Exercer a fiscalização dos hotéis, restaurantes, pensões e hospedarias, em harmonia com as instruções da Repartição do Turismo;

11.º Aplicar e cobrar multas pelas infrações ao presente regulamento;

12.º Elaborar regulamentos dos seus serviços;

13.º Aprovar as contas do tesoureiro e os atos do administrador delegado;

14.º Exercer a sua ação, em todos os outros casos não especificados, de forma a satisfazer ao artigo 1.º deste regulamento;

8. CURRICULUM VITAE

A. INFORMAÇÃO PESSOAL

Nome: Ricardo Fonseca de Oliveira Furtado Hipólito

Morada: Rua Dr. Leonel Sotto Mayor, n°23, 3°B, 2500-227, Caldas da Rainha

Telefone: 964 430 163

Correio electrónico: hipolito.ricardo@gmail.com

Data de nascimento: 07/02/1983

B. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

- **De 23 de Maio a 19 de Julho de 2013:** Conclusão da Formação Pedagógica Inicial de Formadores, certificada pelo IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional, com aproveitamento e nota final, Excelente.
- **Desde Outubro de 2011:** Frequência no Mestrado em História Moderna e Contemporânea especialidade em Cidades e Património no ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa.
- **Outubro de 2007 a Julho de 2008** – Pós-Graduação em Património e Projectos Culturais no ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa, com média final de 15 valores.
- **Outubro de 2003 a Junho de 2007** – Licenciatura em História Moderna e Contemporânea pelo ISCTE-IUL - Instituto Universitário de Lisboa com média final de 12 valores.

C. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- **Desde Fevereiro de 2012** - Visitas guiadas, ao serviço do CECHAP e a título particular, em Lisboa e Caldas da Rainha. São objectivos destas visitas levar os participantes aos lugares mais emblemáticos daquelas localidades, narrando-lhes um pouco da história desses locais e do país, tentando em simultâneo levar os participantes a conhecer outros patrimónios, menos conhecidos mas que pelas suas particularidades (históricas, culturais, artísticas) são também importantes para ambas as localidades.
- **De De 26 de Setembro de 2011 a 31 de Dezembro de 2012** - Contrato com a Fundação Portuguesa das Comunicações com a finalidade de efectuar o inventário museológico da reserva do Museu das Comunicações, particularmente as subcoleções Telefonia e Comutação pertencentes à categoria das Telecomunicações.
- **Desde 19 de Junho de 2011** – Sócio fundador, primeiro e actual presidente do CECHAP - Centro de Estudos de Cultura, História, Artes e Patrimónios, legalmente constituída como uma associação de direito privado e sem fins lucrativos sediada em Vila Viçosa, Distrito de Évora.
- **De 24 de Janeiro de 2011 a 31 de Julho de 2011** – Colaborador em regime de estágio

voluntário (*part-time*) com o Sport Lisboa e Benfica com vista à recolha de informação para o Centro de Documentação e Informação do clube, e que serviu, entre outros, para a construção dos conteúdos que constituirão o futuro Museu do Benfica Cosme Damião.

- **De 15 de Fevereiro a 30 de Junho de 2011** – Sub-coordenador e guia-assistente na exposição “EDUCAR – Educação para todos. Ensino na I República” patente no Palácio Valadares, no Largo do Carmo, em Lisboa. Comissariada pela Professora Maria Cândida Proença e organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.
- **De 23 de Julho a 30 de Dezembro de 2010** – Guia-assistente na exposição “VIAJAR – Viajantes e turistas á descoberta de Portugal no tempo da I República” patente no Torreão Nascente do Terreiro do Paço, na Praça do Comércio, em Lisboa. Comissariada pela Professora Doutora Maria Alexandre Lousada e por Ana Paula Pires e organizada pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República.
- **Desde Janeiro de 2009** – Estruturação e desenvolvimento do projecto *HIM - História da Indústria do Mármore*. Projecto complementar da *RMAE - Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*, e que consiste na inventariação de todo o património industrial do concelho de Vila Viçosa, com destaque para o património industrial ligado ao sector dos mármore. O projecto foi, entretanto, agregado ao CECHAP.
- **Desde Janeiro de 2008** – Estruturação do projecto *Callipo-Artes* e apresentação do mesmo ao Município de Vila Viçosa. O projecto consiste na recolha, análise, tratamento e divulgação de informação referente a todas as personalidades que se destacaram no concelho de Vila Viçosa e que contribuíram para a construção dos mais diversos elementos de identidade local da vila. O projecto foi, entretanto, agregado ao CECHAP.
- **Desde Janeiro de 2008** – Elaboração do projecto *RMAE - Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*, nos concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz, Sousel e Vila Viçosa. O projecto foi, entretanto, agregado ao CECHAP.
- **Maio a Novembro de 2007** - Co-organização do projecto *Museus Voluntariado*, com o apoio do *MNAA - Museu Nacional de Arte Antiga* com o objectivo de criar uma bolsa de voluntários para os museus e monumentos de Lisboa. Neste projecto as actividades realizadas foram acolhimento ao público; assistente de exposição; digitalização de colecções; serviços educativos; investigação documental; design e comunicação; apoio ao inventário; apoio à conservação preventiva; manutenção de espaços e equipamentos; apoio a bibliotecas e arquivos documentais dos museus.

D. PUBLICAÇÕES

- Tinoco, Alfredo, Carlos Filipe e Ricardo Hipólito (Orgs.) (2014), “A Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz”, Lisboa, CECH-IUL.
- Filipe, Carlos, Ricardo Hipólito e Alfredo Tinoco (2009), “Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz (Projecto)”, em Carlos Neto de Carvalho e Joana Rodrigues, *Geoturismo & Desenvolvimento Local*, Idanha-a-Nova, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, pp. 200-203.
- Filipe, Carlos, Ricardo Hipólito e Alfredo Tinoco (2009), “Industria e Património Industrial de Vila Viçosa”, *Revista Rochas e Equipamentos*, 95, pp. 91.

E. COMUNICAÇÕES

- Apresentação da comunicação *A Rota dos Mármore do Anticlinal de Estremoz*, realizada no âmbito do II Congresso Internacional sobre Património Industrial, a 23 de Maio de 2014, na Universidade Católica do Porto.
- Apresentação oficial, no âmbito do CECHAP, do projecto *Rota dos Mármore do Anticlinal de Estremoz*, realizada em Vila Viçosa a 25 de Maio de 2013, no Alentejo Marmòris Hotel & Spa.
- Apresentação, no âmbito do CECHAP, do projecto *O Património Arquitectónico, Urbano e Paisagístico na Região dos Mármore: Inventariação nos concelhos de Borba, Estremoz e Vila Viçosa*, realizada em Odivelas a 28 de Setembro de 2012, no Centro de Exposições de Odivelas no âmbito das Jornadas SIPA 2012.
- Apresentação do projecto *Rota dos Mármore do Anticlinal de Estremoz*, realizada em Lisboa a 29 de Março de 2012, no ISCTE e no âmbito da Pós-Graduação em Património e Projectos Culturais.
- Apresentação oficial do CECHAP, realizada em Vila Viçosa a 25 de Fevereiro de 2012, no Cineteatro Florbela Espanca.
- Apresentação do projecto *Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*, realizada em Lisboa a 26 de Maio de 2010, no ISCTE e no âmbito da Pós-Graduação em Património e Projectos Culturais.
- Apresentação do projecto *Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*, realizada em Lisboa a 4 de Maio de 2009, no ISCTE e no âmbito da Pós-Graduação em Património e Projectos Culturais.
- Apresentação do projecto *Rota do Mármore do Anticlinal de Estremoz*, realizada em Idanha-a-Nova entre 25 e 28 de Setembro de 2008, no âmbito das XVIII Jornadas sobre a função social do Museu (MINOM).